



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Andrei Luis Signor

**HABITAÇÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR:
Permanência no campo e Repercussões do PNHR**

FLORIANÓPOLIS

2019

Andrei Luis Signor

**HABITAÇÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR:
Permanência no campo e Repercussões do PNHR**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Inês Sugai

Florianópolis

2019

Signor, Andrei Luis

HABITAÇÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR : Permanência no campo e Repercussões do PNHR / Andrei Luis Signor ; orientadora, Maria Inês Sugai, 2019.
142 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. 2. Habitação Rural. 3. Agricultura Familiar. 4. Permanência no Campo. 5. Programa Nacional de Habitação Rural. I. Sugai, Maria Inês . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Andrei Luis Signor

**HABITAÇÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR:
Permanência no campo e Repercussões do PNHR**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Samuel Steiner dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Prof. Dr. Fernando Simon Westphal
Coordenador(a) do Programa

Prof.^a Dra. Maria Inês Sugai
Orientador(a)

Florianópolis, 2019.

Dedico este trabalho às famílias que cultivam a terra. Àqueles que mesmo desprovidos das condições de vida às quais têm direito, encontram sua dignidade no esforço diário e no amor pelo seu trabalho e pela natureza. Conhecer a trajetória dessas famílias de agricultores é conhecer um pouco da minha.

Dedico, também, aos futuros leitores e pesquisadores, na esperança de que cada vez mais pessoas se interessem por essa luta e que juntos possamos pensar em novas formas de transformar a realidade.

AGRADECIMENTOS

Sou grato por todos que tornaram essa pesquisa possível.

Agradeço à professora Dra. Maria Inês Sugai, pelo constante direcionamento no trabalho, pelos conhecimentos partilhados e pela compreensão.

Aos agricultores com quem conversei no município de Rancho Queimado, por sua disponibilidade e confiança. Ao Nei e ao Nazareno da HABITARQ, pelo auxílio e pelas suas contribuições ao longo do processo. Aos colegas e amigos que contribuíram na realização das entrevistas, em especial à Sueme, Bruno, Angélica, Anne e Felipe, que foram comigo até Rancho Queimado ao longo das 5 viagens realizadas.

Agradeço à Cecília e à Jovânia pelas conversas e trocas de informações. Aos colegas do PósArq, que se tornaram amigos, pelo constante apoio e troca de conhecimentos. Aos professores Renato e Samuel pelas orientações na qualificação e defesa final da dissertação.

Aos meus queridos amigos, que são tantos e difíceis de listar. Agradeço à Géssica, ao Ale, à Betânia, à Marina e à Joana que estiverem presentes ao longo de cada etapa deste trabalho, e em nome deles aos demais amigos que sempre estiveram por perto.

Agradeço à Fran e à Gi, e em nome delas aos colegas de trabalho com quem convivi durante todo o período do mestrado, pela disponibilidade em me substituir sempre que necessário e pelas amizades construídas. Também agradeço à Ana, que me aturou como uma irmã durante esses últimos dois anos.

Por fim e de forma muito especial, agradeço à minha família, pais, irmãos, cunhadas, sobrinho, tios, tias e primos. O apoio constante de vocês me faz mais feliz. Eu amo vocês!

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...

Nas cidades a vida é mais pequena
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.
Na cidade as grandes casas fecham a vista à chave,
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe
de todo o céu,
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos
nos podem dar,
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.

Da minha aldeia
Alberto Caeiro¹

¹ Poema de Fernando Pessoa publicado em: PESSOA, Fernando. Poemas completos de Alberto Caeiro. São Paulo: Martin Claret, 2006

RESUMO

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) destacou-se por destinar um significativo montante de recursos, subsidiados pelo Governo Federal, para construção de casas para famílias de agricultores de baixa renda no Brasil, entre os anos de 2010 e 2016. O programa beneficiou cerca de 3,94% dos agricultores familiares em todo o país. Em Santa Catarina, estado recordista na proporção de agricultores beneficiados, alguns municípios tiveram índices surpreendentes de adesão ao programa. É o caso do município de Rancho Queimado, onde aproximadamente 30% das famílias de agricultores construíram suas casas no ano de 2013. A repercussão do programa alimentou a hipótese desta pesquisa, de que a construção habitacional nesses municípios pode ter permitido a permanência de famílias de agricultores no campo. Dessa maneira, o estudo consistiu em numa análise da repercussão do PNHR para a permanência de famílias de agricultores familiares no campo, onde foram feitas entrevistas semiestruturadas junto à proprietários de habitações construídas por meio do PNHR no Município de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina. A permanência desses agricultores no campo, além de minimizar a migração para as cidades, tem o potencial de preservar um capital social incalculável, tendo em vista que, atualmente, a agricultura familiar produz cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. A pesquisa aborda, portanto, a habitação rural e a agricultura familiar, bem como, sua importância econômica e estratégica para o Brasil. Além disso, discute a transformação social que se deu através da construção da moradia, em termos de dignidade e qualidade de vida, para milhares de famílias de agricultores de baixa renda que vivem nas áreas rurais do país.

Palavras-chave: Habitação Rural, Agricultura Familiar, Permanência no Campo, PNHR, Rancho Queimado.

ABSTRACT

The Rural Housing Nacional Program (known in Portuguese as PNHR) was outstanding for investing a significant amount of resources regards housing construction in favor of low-income farmer families in Brazil. The resources, subsidized by the Federal Government from 2010 to 2016, benefited 3.94% of the family farmers in the country. In the state of Santa Catarina, where the highest proportion of beneficiaries was found, some municipalities had surprising numbers. As an example, Rancho Queimado had almost 30% of local families benefited from the housing construction. The PNHR's transformation in these municipalities feeds this research's hypothesis that, housing construction might support family farmers to continue living in rural areas. Therefore, this research aims to analyze the importance of PNHR for continuity of family farmers' work and life in rural areas. Aiming qualitative analysis, this research made use of semi-structured interviews among the owners of dwellings constructed by PNHR in the municipality of Rancho Queimado, State of Santa Catarina. The continuity of these families in rural areas has shown great importance, taking into account that, family farmers produce around 70% of the food consumed in Brazil. It might also stop farmers migration to large cities. In summary, the research addresses rural housing and family farming, as well as its economic and strategic importance to the country. Furthermore, the research discusses social transformation through housing construction in terms of dignity and welfare to thousands of low-income families who inhabit the rural areas of Brazil.

Keywords: Rural Housing, Family Farmers, Rural Continuity, PNHR, Rancho Queimado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Localização do município de Rancho Queimado.	18
Figura 2. Residências de Madeira em Rancho Queimado e região.	50
Figura 3. Residência em zona rural de município da Grande Florianópolis.	51
Figura 4. Casa no município de Rancho Queimado.	53
Figura 5. Localização de Rancho Queimado no Estado de Santa Catarina.	76
Figura 6. Paisagem tradicional de Rancho Queimado	78
Figura 7. Sítio de agricultores familiares.	78
Figura 8. Casa rural em madeira.	87
Figura 9. Esquadrias em madeira.	87
Figura 10. Ampliação em casa de madeira.	88
Figura 11. Casa em madeira com ampliações.	89
Figura 12. Entrada de residência rural com jardim.	94
Figura 13. Visão geral da apostila entregue aos construtores pela HABITARQ.	98
Figura 14. Planta baixa do projeto Inicial contratado pela HABITARQ (sem escala).	100
Figura 15. Planta baixa do segundo projeto construído pela HABITARQ em parceria com o arquiteto Loureci Ribeiro (sem escala).	101
Figura 16. Antes e depois residência A.F. construída através da HABITARQ, em Rancho Queimado.	103
Figura 17. Antes e depois residência da residência DS.	103
Figura 18. Antes e depois residência de construída J.S. construída por meio da HABITARQ.	103
Figura 19. Antes e depois residência H.W.K. construída por meio da HABITARQ.	104
Figura 20. Tratamento adequado dos desejos em propriedade rural.	105
Figura 21. Ampliação aos fundos (segunda imagem) de residência em RQ.	106
Figura 22. Ampliação de residência construída pela HABITARQ em RQ.	107
Figura 23. Ampliação de residência em Rancho Queimado	107

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa dos Assentamentos do MST no Brasil.....	41
Mapa 2. Localização das mesorregiões no estado de Santa Catarina.....	67
Mapa 3. Quantidade de unidades habitacionais do PNHR nos municípios de Santa Catarina.....	69
Mapa 4. Porcentagem de acessos ao PNRH nos municípios de Santa Catarina.	70
Mapa 5. Município de Rancho Queimado com comunidades visitadas durante a pesquisa.....	77
Mapa 6. Serviços de educação, saúde, assistência, segurança e lazer em Rancho Queimado.....	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil Medida pelos Imóveis- 2003/2010.	25
Tabela 2. Contratação por faixa de renda e modalidade no MCMV 1.	60
Tabela 3. Produção Nacional do PNHR por fazes do PMCMV até dezembro de 2016.	61
Tabela 4. Distribuição dos Recursos do PNHR entre 2010 e 2016	63
Tabela 5. Recursos do PNHR de acordo com as faixas de renda dos beneficiários.	64
Tabela 6. Estabelecimentos enquadrados na Lei 11.326/2006 como da agricultura familiar.	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Porcentagem de produção de alimentos produzidos pela agricultura familiar em comparação ao total produzido no Brasil.	24
Gráfico 2. Evolução da população rural e urbana no Brasil.	28
Gráfico 3. Número de financiamentos do PNHR por ano no Brasil.	64
Gráfico 4. Evolução da população rural e urbana de Santa Catarina da década de 1940 à 2010.	65
Gráfico 5. Financiamentos do PNHR em Santa Catarina por ano de contratação.	68
Gráfico 6. Faixa etária dos agricultores entrevistados em Rancho Queimado.	80
Gráfico 7. Interesse das famílias em ampliar a casa.	106
Gráfico 8. Resposta para a pergunta: Você e sua família planejavam construir uma casa?	110
Gráfico 9. Motivo pelo qual as famílias entrevistadas ainda não haviam construído uma casa.	111
Gráfico 10. Faixa etária das famílias no período de acesso ao recurso do PNHR.	113
Gráfico 11. Importância da casa para que as famílias continuassem vivendo no campo. ..	119
Gráfico 12. Razões pelas quais a casa foi importante para a permanência dos agricultores.	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNHR- Programa Nacional de Habitação Rural
HABITARQ- Associação Habitacional do Município de Rancho Queimado
FMI- Fundo Monetário Internacional
WID- *World International Database*
PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida
EO- Entidade Organizadora
FAO- *Food and Agriculture Organization*
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
CEF- Caixa Econômica Federal
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PRONAF- Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
ONU- Organização das Nações Unidas
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária
BNH- Banco Nacional de Habitação
PSH Rural- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social Rural
PNH- Política Nacional de Habitação
PlanHab- Plano Nacional de Habitação
Fetraf Sul- Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
SNHIS- Sistema Nacional de Habitação de Interesse social
Contag- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
MPA- Movimento dos Pequenos Agricultores
Mapa- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SM- Salário Mínimo
IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
OGU- Orçamento Geral da União
PMRQ- Prefeitura Municipal de Rancho Queimado
CEASA- Centrais de Abastecimento de Santa Catarina
CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina
NBR- Norma Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	O AGRICULTOR FAMILIAR E A LUTA POR SOBREVIVÊNCIA DENTRO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	23
2.1	QUEM SÃO OS AGRICULTORES FAMILIARES?	23
2.2	QUE ESPAÇO AGRÁRIO É ESSE?.....	27
2.2.1	Da agricultura de subsistência à agricultura de exportação: uma breve perspectiva.....	30
2.2.1.1	<i>A reformulação do camponês.....</i>	<i>33</i>
2.2.2	O cenário agrário como parte do processo de urbanização.....	36
2.3	OS AVANÇOS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	38
2.3.1	Os movimentos sociais rurais	39
2.3.2	A questão da permanência no campo	41
3	HABITAR NO CAMPO.....	44
3.1	A REALIDADE DA HABITAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO BRASIL.....	46
3.1.1	Aspectos da habitação rural.....	48
3.1.1.1	<i>A função de abrigo e os materiais</i>	<i>49</i>
3.1.1.2	<i>As funções de alojamento e intimidade</i>	<i>51</i>
3.1.1.3	<i>A função de depósito.....</i>	<i>52</i>
3.1.1.4	<i>Saúde, subsistência e outros aspectos da habitação.....</i>	<i>54</i>
3.2	POLÍTICAS HABITACIONAIS PARA O MEIO RURAL.....	56
3.2.1	O programa Minha Casa Minha Vida e suas repercussões na habitação para famílias de baixa renda.....	59
3.3	O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL	61
3.3.1	Os desdobramentos do PNHR em Santa Catarina.....	65
4	A REPERCUSSÃO DO PNHR NA VIDA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE RANCHO QUEIMADO	72

4.1	A REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	72
4.2	CONHECENDO OS AGRICULTORES FAMILIARES DE RANCHO QUEIMADO	76
4.2.1	As famílias beneficiadas pelo PNHR.....	78
4.2.2	Produção Agrícola.....	80
4.2.3	Infraestrutura e Saneamento básico nas comunidades rurais	82
4.2.4	Acesso à educação, saúde e lazer	84
4.3	AS CONDIÇÕES DE MORADIA DOS AGRICULTORES DE RANCHO QUEIMADO ANTES DO PNHR.....	85
4.3.1	Aspectos construtivos.....	86
4.3.2	Aspectos espaciais e funcionais.....	90
4.3.2.1	<i>A casa enquanto local de trabalho e depósito</i>	<i>92</i>
4.3.3	Saneamento e abastecimento	92
4.3.4	Condições de Manutenção	93
4.3.5	Outros aspectos da moradia	93
4.4	A HABITARQ E A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNHR EM RANCHO QUEIMADO	95
4.5	AS TRANSFORMAÇÕES NAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RANCHO QUEIMADO	98
4.5.1	Aspectos gerais da nova moradia.....	99
4.5.2	Uma análise de contrastes: o antes e o depois das casas	103
5	ANALISANDO A REPERCUSSÃO DO PNHR SOB O PONTO DE VISTA DA PERMANÊNCIA RURAL.	109
5.1	CASA E PERMANÊNCIA: DE QUE FORMA A CASA PERMITIU A PERMANÊNCIA DE AGRICULTORES NO CAMPO.	109
5.1.1	A casa como realização pessoal para os agricultores.....	110
5.1.2	A casa como incentivo à permanência dos jovens	111
5.1.3	A casa como garantia de melhores condições de saúde.....	114
5.1.4	A casa como motivação para novos projetos.....	118

5.2	REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DA HABITAÇÃO RURAL: HÁ PERSPECTIVAS NO ATUAL CENÁRIO SOCIOECONÔMICO	121
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
	REFERÊNCIAS.....	130
	ANEXO A – Roteiro de Entrevistas.....	137

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é uma das maiores economias do mundo. Os dados do Fundo Monetário Internacional² (FMI) mostram que o país é a nona maior potência econômica do planeta, sétima maior quando tratamos do seu poder de compra. No entanto, o país ainda é refém de uma estrutura agrária com intensas disparidades, fruto de seu passado colonial, da ausência de políticas públicas incisivas e da presente concentração de riquezas. Dados do *World Inequality Database*³ (WID.world), atualizados em setembro de 2018, demonstram que 1% da população brasileira detém cerca de 30% da riqueza do país – o índice mais desigual no planeta.

A reforma agrária, condição importante até mesmo ao desenvolvimento capitalista, nunca ocorreu por aqui, e está cada vez mais distante de se tornar realidade⁴. Nesse contexto, os agricultores familiares lutam diariamente por sua sobrevivência dentro do capitalismo monopolista, buscando estratégias para não migrar a grandes centros urbanos. Ainda assim, a produção desses agricultores é responsável por 70% dos alimentos consumidos pela nação⁵.

A permanência no campo é custosa, mas necessária. Num quadro em que os recursos para investimentos sempre foram escassos, a prioridade se torna a produção, enquanto morar com dignidade se converte a uma questão secundária. As políticas habitacionais do governo, insuficientes para solucionar a questão da moradia urbana, nunca foram propostas para as populações rurais. O primeiro programa com subsídio para moradia de agricultores familiares de baixa renda, o Programa Nacional

²Disponível

em:https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/WEOWORLD/ADVEC. Acesso em: 01 set. 2018.

³ O *World Inequality Database* visa a promover acesso aberto a um banco de dados da evolução histórica da distribuição mundial de renda e riqueza dentro dos países, bem como entre eles. Disponível em: <https://wid.world/>. Acesso em: 16 set. 2018.

⁴ Listada nos planos de governo da década de 90 e início dos anos 2000, a reforma agrária no Brasil nunca foi efetivada (VEIGA, 2002). Atualmente é uma ação impensável para o governo federal que, de acordo com os recentes projetos de lei, defende a soberania da propriedade privada, seja ela legítima ou não.

⁵ De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil, a agricultura familiar produz cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil. Além disso, no Censo Agropecuário de 2006, constituía a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com menos de 20 mil habitantes, respondendo ainda a 35% do Produto Interno Bruto do país. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 set. 2018.

de Habitação Rural (PNHR), surgiu apenas em 2004, e sua abrangência, embora limitada, trouxe-nos uma visão mais clara das condições em que habitam essas populações, bem como da sua dimensão.

Criado em 2009, como uma ramificação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o PNHR se destacou por promover uma meta para construção de habitação de interesse social rural nunca antes implementada, além de fornecer uma quantidade significativa de subsídio para agricultores de baixa renda. Através do programa, 172.273 famílias de pequenos agricultores tiveram acesso ao benefício em todo o território nacional.

Santa Catarina, onde se localiza nosso caso de estudo, foi o estado do país com maior adesão ao programa. Quando tratamos da proporção de beneficiados em relação ao número de unidades agrícolas em todo território estadual, obteve-se um percentual de 8,84% de famílias que fizeram uso do recurso, um total de 14.906 famílias de agricultores. Ocorre, ainda, que em alguns municípios esse índice de acesso ao programa demonstrou-se surpreendente, aproximando-se de 50% de agricultores beneficiados. Esses dados alimentaram nossa hipótese de que esse crédito habitacional subsidiado pode ter contribuído significativamente para a permanência de famílias na agricultura familiar.

Compreender a repercussão do PNHR para a permanência dessas famílias no campo é essencial por uma série de motivos. Entre estes motivos, é necessário entender que a permanência no campo é vital para que haja continuidade da produção de alimentos. A perspectiva da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO é de que, até 2050, a demanda mundial aumente em 70%, e de que o Brasil, por meio da agricultura familiar, seja um dos principais fornecedores de alimento para o planeta⁶.

Mesmo produzindo grande parte dos alimentos, a agricultura familiar ainda ocupa a menor parcela do solo produtivo do país quando comparada às médias e grandes propriedades rurais. Em síntese, enquanto as propriedades dos agricultores familiares totalizam 84% de todos os estabelecimentos rurais⁷, quando somadas, a área dessas propriedades, consideradas minifúndios, dizem respeito a

6 Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/>. Acesso em: 07 fev. 2019.

7 De acordo com dados do IBGE, 2006.

aproximadamente 8,2% do solo brasileiro⁸. Não há dúvidas de que esses agricultores produzem muito com muito pouco ao seu dispor.

Ao mesmo tempo em que se reconhece o potencial da agricultura familiar, essa população vem diminuindo década após década. Em Santa Catarina, um dos estados de maior predominância de agricultores familiares entre produtores rurais, a população rural representava, na década de 1970, 67% da população do estado. Em 2000, esse número já havia despencado para 21% do total da população, chegando a um índice de 16% no ano de 2010⁹. Nos últimos anos, a estimativa é de que essa população diminua ainda mais, já que o Censo Agropecuário de 2017 registrou uma queda significativa no número de propriedades agrícolas¹⁰.

Há uma série de razões para a diminuição da população do campo. No entanto, sabe-se que boa parte da população que deixa o campo é a população jovem. Esses jovens migram para as cidades em busca de oportunidades, sejam elas de estudo, trabalho, renda, lazer ou, ainda, melhores condições de moradia. Nesse sentido, é um movimento migratório compreensível, mas que ainda assim, alimenta alguns dos nossos questionamentos. Será possível a garantia de oportunidades de estudo, trabalho, renda, lazer e moradia sem deixar o campo? Em que condições é viável permanecer? A moradia enquanto possibilidade de permanência é investigada neste trabalho.

Permanecer na agricultura é um desafio para as gerações da agricultura familiar. Em especial, porque permanecer significa compactuar com longas jornadas de trabalho, nem sempre morar com as condições mínimas de conforto e ter acesso aos serviços de educação, saúde, saneamento e lazer. Permanecer significa apostar no sucesso das colheitas, no aumento da demanda pelos alimentos que produz, nos incentivos do governo, entre outros aspectos.

Como veremos, os agricultores familiares, em sua maioria, trabalham em pequenas propriedades. Dificilmente têm um retorno financeiro que os permita investir no melhoramento de suas condições de vida. O lucro que obtêm com a venda dos

⁸ De acordo com INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), 2010.

⁹ Calculado com base no Censo do IBGE de 2010.

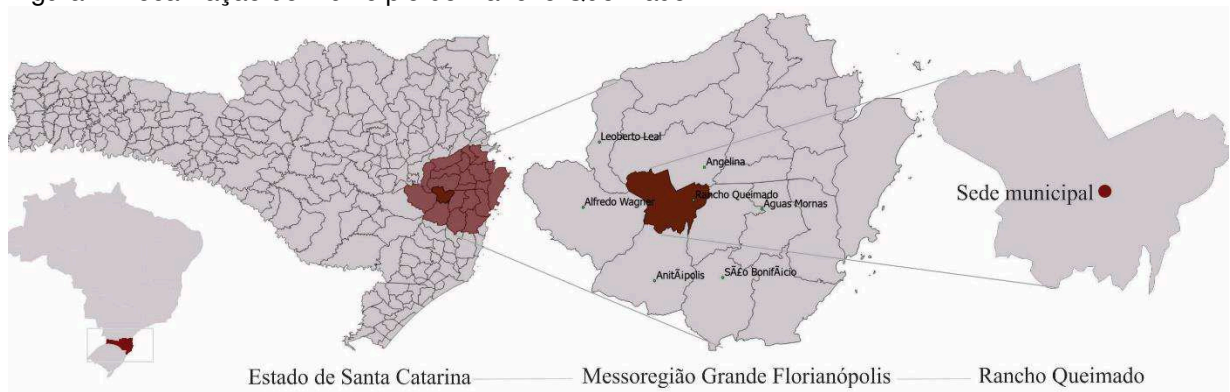
¹⁰ Em 2006 o Censo Agropecuário registrou um total de 193.668 estabelecimentos rurais. Em 2017 foi constatada uma redução para 183.065 estabelecimentos rurais. Estima-se que assim como o número de propriedades tenha ocorrido uma diminuição também da população.

produtos, na maioria das vezes, é suficiente apenas para que paguem os gastos da produção e sua subsistência, compra de alimentos e bens de consumo. A mão de obra da família que trabalha na produção rural nem sempre é remunerada mensalmente, como acontece com os trabalhadores urbanos (talvez uns dos motivos pelos quais muitos jovens deixam o campo), dada à inconstância da remuneração.

Tendo em vista a realidade vivida pela agricultura familiar e a sua importância, é que se reconhece a necessidade de analisar a repercussão do PNHR. O programa tratou-se de uma medida inaugural para a habitação do campo e trouxe subsídios nunca antes identificados em políticas habitacionais do país. Conhecer o funcionamento e as repercussões desse programa é uma forma de se pensar o futuro da habitação no campo, tema tão pouco explorado pelos profissionais da área e pela academia¹¹.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel e a repercussão do Programa Nacional de Habitação Rural para a permanência de famílias de agricultores no campo. Para tanto, foram estudadas a repercussões deste programa habitacional implementado em propriedades do município de Rancho Queimado, região da Grande Florianópolis, no Estado de Santa Catarina (ver Figura 1).

Figura 1. Localização do município de Rancho Queimado.



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IBGE (2010)

¹¹ Durante a realização da pesquisa, notou-se dificuldade em encontrar referências bibliográficas que tratem da habitação camponesa. Os poucos trabalhos encontrados e que são citados neste texto como Falls Borba (1963), Silvestro et al (2003), Lenzi (2016), entre outros reafirmam que o tema é historicamente pouco explorado.

Buscando entender a repercussão do programa, objetivos específicos foram lançados. Primeiramente, tornou-se necessário conhecer as condições de vida dos agricultores familiares na região estudada, antes e depois da casa nova. Além disso, buscou-se compreender a dinâmica de funcionamento da Entidade Organizadora (EO) responsável pela operacionalização do programa no município, a Associação Habitacional de Rancho Queimado – HABITARQ. Por fim, buscou-se investigar a importância das casas construídas pelo programa para que essas famílias de agricultores não deixassem suas propriedades.

Notavelmente, em Rancho Queimado quase 30% das famílias de agricultores tiveram acesso aos recursos do PNHR. Sendo assim, foram estudadas todas as habitações concluídas até o ano de 2013 dentro do Grupo G1 do PNRH, grupo de acesso ao programa destinado às famílias de agricultores de baixa renda¹².

Para a viabilidade da pesquisa, foram combinados diversos procedimentos metodológicos conduzidos por meio de três etapas da pesquisa: a construção de uma base teórica, a pesquisa de campo e a sistematização dos dados.

A etapa inicial foi voltada para a obtenção de uma base teórico-crítica sobre a questão que envolve a agricultura familiar no país. Foi estudada a sobrevivência da agricultura familiar dentro do desenvolvimento monopolista da produção, as relações rural-urbano, bem como as políticas de habitação rural no país. Essa etapa compreendeu o levantamento da bibliografia existente e da legislação sobre o crédito para habitação no país; a geração de dados junto a algumas instituições (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Prefeitura Municipal de Rancho Queimado, Caixa Econômica Federal – CEF); e o contato com a entidade organizadora (HABITARQ).

A segunda etapa da pesquisa consistiu em um trabalho de campo, isto é, foi visitado o município de Rancho Queimado/SC. Foram realizadas entrevistas com os representantes da HABITARQ, com o profissional responsável pela assessoria técnica e, por fim, com parte das famílias beneficiadas pelo programa. Entre as várias viagens

¹² Por baixa renda entendem-se, aqui, famílias com renda mensal inferior a dois salários mínimos. Em 2013, ano em que as famílias foram beneficiadas, o salário mínimo totalizava R\$678,00 reais. Dessa forma, as famílias beneficiadas viviam com uma renda bruta abaixo dos R\$1.356,00.

de estudo, foram elaborados um levantamento fotográfico das habitações e um diário de campo com observações de cada propriedade.

A terceira etapa da pesquisa tratou da sistematização das informações e dissertação, tornando viável a análise proposta. Foram elaborados mapas, tabelas e edição de imagens, a fim de melhor apresentar os resultados da pesquisa. Nessa etapa, também foram interpretadas as entrevistas e construídas as análises. Por fim, as reflexões e interpretações da pesquisa são apresentadas neste texto através de quatro capítulos.

O Capítulo 1 - “O agricultor familiar e a luta por sobrevivência dentro do espaço agrário brasileiro” apresenta uma série de discussões sobre o agricultor familiar e as transformações dos territórios rurais ao longo do tempo. Discutimos a trajetória da agricultura familiar no Brasil e no Estado de Santa Catarina, em especial na região onde o estudo foi realizado.

Para que possamos entender essas transformações, buscamos em Veiga (1981) e Furtado (1959) algumas explicações sobre a formação do espaço agrário no Brasil. Wanderley (1998; 2009; 2011) é nossa referência sobre o desenvolvimento agrário e as transformações na agricultura familiar. A autora apresenta um balanço dos estudos rurais brasileiros nas últimas cinco décadas, trazendo-nos reflexões sobre a agricultura e a acumulação do capital, a subordinação do trabalho e a resistência dos trabalhadores rurais, a concentração fundiária e as lutas pela terra, o campesinato e a agricultura familiar e o mundo rural no Brasil Moderno. Além disso, Abramovay (2003) também oferece reflexões sobre as perspectivas de futuro das regiões rurais.

Umbelindo Ariovaldo de Oliveira (2004; 2007; 2012) e Jessé de Souza Martins (1981; 2008) publicaram importantes contribuições sobre as lutas do campesinato e sobre sua participação nos sistemas político e econômico vigentes. Francisco de Oliveira (1982) esclarece a posição desse campesinato frente à urbanização. Quando tratamos do campesinato catarinense, um estudo de Silvestro et al. (2001) nos serve à compreensão da sua organização. Os autores fazem um estudo sobre os impasses da agricultura familiar, entre eles a questão da sucessão hereditária. Ao buscar entender o território catarinense, apoiamo-nos nos textos do geógrafo Victor Antônio Peluso Junior (1991) sobre os aspectos geográficos de Santa Catarina. Cabral (1970) é uma referência para um melhor entendimento da história do estado. Sugai (2015)

nos permite entender o processo de formação da região da grande Florianópolis, trazendo reflexões sobre o impacto dos investimentos públicos nessa área.

No segundo capítulo, intitulado “Habitar no campo”, abarcamos a questão da habitação rural. Buscamos compreender como e onde habitam os agricultores familiares e o que tem sido implementado em termos de políticas habitacionais para os agricultores familiares. Demos atenção aos programas habitacionais recentes, entre eles o PMCMV e o PNHR.

Tratando da habitação do camponês ao longo da formação do espaço agrário brasileiro, Falls Borba (1963) é nossa principal referência em termos de caracterização da arquitetura rural brasileira. Aproximando-nos do presente, alguns trabalhos recentes reúnem reflexões sobre o PNHR e foram essenciais para a construção desse capítulo. Munarini e Rover (2010) oferecem um panorama sobre a Política de Habitação Rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. Na mesma direção, Bolter (2013), em sua tese de doutorado, faz uma análise do PNHR entre as políticas voltadas para a habitação rural. Silva (2014), em sua dissertação de mestrado, reúne uma série de dados sobre os primeiros anos de efetivação do PNHR, além de compará-lo a políticas habitacionais rurais anteriores. No Estado de São Paulo, Rodriguez (2016) disserta sobre a qualidade das habitações em assentamentos rurais do PNHR e do PMCMV. Lenzi (2017) faz um estudo do PNHR através da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares – COOPERAF, analisando a produção habitacional camponesa do programa no âmbito do PMCMV em municípios de Santa Catarina, além de dar visibilidade às especificidades do programa. A autora também caracteriza a luta do campesinato catarinense ao longo do tempo e, a trajetória de movimentos sindicais na região, além de fornecer um amplo conjunto de dados sobre a produção do PNHR no estado.

Sobre as políticas habitacionais e urbanas no país, podemos destacar Maricato (2001; 2007; 2014) que, além de trazer reflexões sobre as políticas urbanas, discute o problema habitacional no país. Krause et al. (2013) discute o PMCMV; discussões semelhantes são encontradas em Bonduki (1998; 2009) e Rolnik (2012).

O terceiro capítulo, “A repercussão do PNHR na vida dos pequenos agricultores de Rancho Queimado”, apresenta nosso estudo de caso com os agricultores familiares de Rancho Queimado. Buscamos entender o papel da HABITARQ

enquanto entidade organizadora e o papel da assistência técnica dentro dessa entidade. Por fim, buscamos conhecer os agricultores, primeiramente expondo as condições nas quais viviam antes de 2013 para, então, apresentar as condições nas quais vivem atualmente, como suas moradias e, ainda, articular os seus depoimentos sobre a nova casa. Essa parte do trabalho se deu com base nas entrevistas, no diário de campo e nos levantamentos fotográficos realizados em Rancho Queimado.

No quarto e último capítulo, “Analisando a repercussão do PNHR sob o ponto de vista da permanência rural”, trazemos as nossas análises respondendo a uma série de questionamentos. Buscamos discutir as mudanças na vida e nas propriedades dos agricultores familiares de Rancho Queimado depois da construção das casas, assim como perceber quais foram os resultados que esse fato teve na permanência dessas famílias no campo.

2 O AGRICULTOR FAMILIAR E A LUTA POR SOBREVIVÊNCIA DENTRO DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

Este capítulo apresenta o agricultor familiar e o lugar que ocupa no atual espaço agrário. Para entendimento desse cenário, se retoma brevemente o processo através do qual se formou espaço agrário brasileiro, desde o padrão de ocupação do território, para fins de colonização, até o processo de urbanização. Discute-se a transformação do espaço agrário ao longo do tempo, a formação do campesinato e a constante reformulação do papel dos camponeses dentro do sistema capitalista.

O texto tem sequência com discussões sobre a trajetória da agricultura familiar no Brasil, seus avanços por meio da mobilização social, e o desafio da permanência no campo enquanto luta constante.

2.1 QUEM SÃO OS AGRICULTORES FAMILIARES?

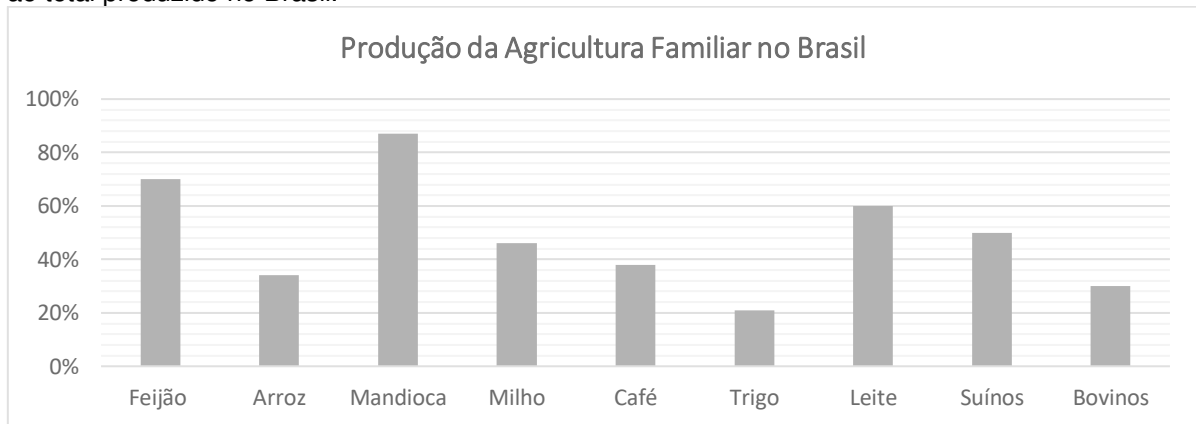
A agricultura familiar compreende milhões de famílias em todo o território brasileiro. Como já citado, ela é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos pelo país (ver Gráfico 1). Mas quem são estes agricultores familiares? De acordo com a Lei Nº11.326¹³, enquadra-se como agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural não possuindo título maior do que quatro módulos fiscais¹⁴, use mão de obra predominante da sua família nas atividades econômicas de seu estabelecimento, dirija seu estabelecimento com sua família e tenha um percentual mínimo de renda originada de suas atividades econômicas conforme definido pelo poder executivo. A Lei da Agricultura Familiar também enquadra silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e quilombolas que atendam aos requisitos da lei.

¹³ Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso: 23 mai. 2019.

¹⁴ O tamanho do módulo fiscal varia de acordo com o município. O INCRA considera “minifúndio as propriedades com até 1 módulo fiscal, pequena propriedade aquelas com área entre 1 e 3 módulos fiscais, média propriedade aquelas entre 3 e 5 módulos fiscais e grande propriedade aquela com área superior a 5 módulos fiscais. A área média das propriedades no Brasil é de 14 hectares (há) para os minifúndios, 66ha para as pequenas propriedades, 300ha para as propriedades médias e 2.440 para as grandes propriedades (INCRA, 2019).

Gráfico 1. Porcentagem de produção de alimentos produzidos pela agricultura familiar em comparação ao total produzido no Brasil.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2018).

Além de sua ampla participação na produção dos alimentos consumidos no Brasil, a agricultura familiar coloca ainda o Brasil no ranking dos maiores produtores de alimentos no mundo. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa, 2018), a agricultura familiar é responsável por um faturamento anual de US\$55,2 bilhões, colocando o Brasil na oitava posição mundial. Se somado esse rendimento, ao restante da produção brasileira, o país sobe para a quinta posição. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2019), a agricultura familiar é, ainda, a base da economia de 90% dos municípios com até 20 (vinte) mil habitantes, totalizando 84% de todos os estabelecimentos rurais.

Embora amplamente conhecida como produtora de alimentos, sua sobrevivência é constantemente desafiada. De acordo com Souza (2001), ao mesmo tempo em que a agricultura familiar é uma realidade presente em todas as regiões do Brasil, o regime de propriedade, constituído ao longo da história pela valorização dos latifúndios, conspira contra a mesma, através da privação de terras e de recursos para produção. O Estado procura assegurar espaço para a pequena agricultura, mas a dominância da grande lavoura, voltada para a exportação, sempre dominou o sistema econômico e o próprio sistema político do país. Nesse sentido o Estado releva a agricultura familiar a “uma economia residual condenada a girar em torno de seus interesses” (SOUZA, 2001 apud SILVESTRO et al., 2001, p.7). As reflexões de Wanderlei (2011) vêm de encontro, de acordo com a autora, para sobreviver no cenário agrário, a agricultura familiar deve constantemente se adequar,

compatibilizando sua existência com o desenvolvimento agrícola, transformando seus processos de produção e alcançando novos patamares tecnológicos (WANDERLEI, 2011).

As constatações destes autores vêm ao encontro à análise apresentada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA (2010), com base em dados do IBGE (2010), onde fica clara a concentração de terras nas grandes propriedades, em grande parte improdutivas, em contraste à predominância de propriedades pequenas com altos índices de produtividade (ver Tabela 1).

Tabela 1. Evolução da Concentração da Propriedade da Terra no Brasil Medida pelos Imóveis-2003/2010.

Classificação dos Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/ 2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área (há.)	Peso s/área total	
1.Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	72.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
3.Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4.Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.504.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5.Total- Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Cadastro do INCRA- Classificação segundo dados declarados pelo proprietário- e de acordo com a Lei Agrária/ 93.

De acordo com a Tabela 1, os números relacionados à concentração da propriedade da terra no Brasil demonstram que as propriedades com menos de 5 (cinco) módulos fiscais (aquelas 0 até 300 hectares (há), abrangendo aqui *minifúndios*, *pequenas propriedades* e *propriedades médias*) correspondem a 97,49% do total de propriedades e ocupam 44, 2% da área de propriedades rurais brasileiras. Por outro lado, as propriedades maiores de 5 (cinco) módulos fiscais (com área média de 2.440 há e consideradas *grandes propriedades*) correspondem à apenas 2,51% do total de propriedades, mas ocupam 55,5% do solo.

De outra perspectiva, se considerarmos apenas as propriedades inferiores a 1(um) módulo fiscal, os minifúndios (com média de 14ha de área), estas correspondem a 65% das propriedades rurais, mas ocupam apenas 8,2% do solo produtivo brasileiro. Constata-se ainda, que as grandes propriedades, aquelas que

condizem a 2,51% do total mas ocupam sozinhas mais da metade do solo, em sua maioria não produzem alimentos. Enquanto 47,6% destas têm índices de produtividade aceitáveis, 53,4% são consideradas improdutivas.

Torna-se claro, através dos dados, que a agricultura familiar é mais produtiva e sustentável (economicamente e ambientalmente) para a economia e soberania alimentar do país do que os latifúndios. Mas este é um reconhecimento recente nas esferas governamentais. Apenas no final do século XX, a agricultura familiar tornou-se protagonista nas políticas públicas, demonstrando-se uma alternativa à agronegócio, que em acelerada modernização excluiu grandes parcelas da população rural. Esse protagonismo resulta, em parte, dos movimentos sociais rurais e das ações políticas partidárias. Estas últimas são mais voltadas a necessidade do estado de ajustar o mundo rural ao mundo moderno e economicamente inovador (SILVESTRO et al., 2001). Considerações semelhantes são feitas por Wanderley (2011), relatando que a pressão dos movimentos sociais constitui o principal fator para que a questão da agricultura familiar se torne uma questão da sociedade.

Para Abramovay (2010), os agricultores familiares tem demonstrado uma capacidade organizativa como resposta a existência de políticas públicas na área, referindo-se em especial as políticas de incentivo da primeira década do século XXI.

O autor relata:

No caso do PRONAF, por exemplo, o mais importante é o quadro de mudanças institucionais a que ele vem dando lugar, por meio das comissões municipais de desenvolvimento rural, das novas cooperativas de crédito e da ampliação impressionante da quantidade de agricultores com acesso ao sistema bancário. Independentemente do juízo que se faça destas políticas do governo, o importante é que – sobretudo por meio do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais – a agricultura familiar hoje é uma força política da maior importância no País e responde por aquilo que durante tanto tempo foi tomado como uma espécie de contradição nos termos: a construção de uma sociedade civil no meio rural" (Abramovay, 2010).

O Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), citado pelo autor, é um programa do Governo Federal criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. O programa objetiva fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar, através do financiamento de atividades e

serviços. O PRONAF consta com diversas linhas de crédito, embora recentemente tenha sido limitado a um grupo menor de produtores¹⁵.

2.2 QUE ESPAÇO AGRÁRIO É ESSE?

Como citado a pouco, o espaço agrário do Brasil é um espaço desigual. De um lado há grande concentrações de terras nas mãos de poucos, de outro, há uma pequena proporção de terra distribuída entre muitos. Trata-se de uma desigualdade enraizada no padrão de ocupação do espaço, desde o início, baseado em grandes propriedades.

A definição de rural e urbano é formada por várias contradições que não levam a uma definição exata. Para compreender o que é rural, precisamos entender como se construiu este espaço ao longo dos séculos de Brasil, entender quem são seus protagonistas e de que forma estes espaços se relacionam com os espaços urbanos. Este tópico traz uma definição do que é considerado rural nas estatísticas e na legislação brasileira e quais são as implicações dessa delimitação.

No Brasil, a principal forma de classificação dos territórios é a delimitação administrativa, que vigora desde o Decreto-Lei n 311 de 1938, do governo Getúlio Vargas¹⁶. O decreto decidiu por chamar de cidades todas as sedes municipais, indiferente de suas características econômicas. Dessa forma, as áreas urbanas são as localizadas dentro do perímetro urbano e as áreas rurais aquelas externas ao mesmo. Entre os estudiosos da área, há um consenso de que esta definição está ultrapassada, apresentando uma população urbana muito maior do que aquela que de fato existe.

Veiga (2002) constata:

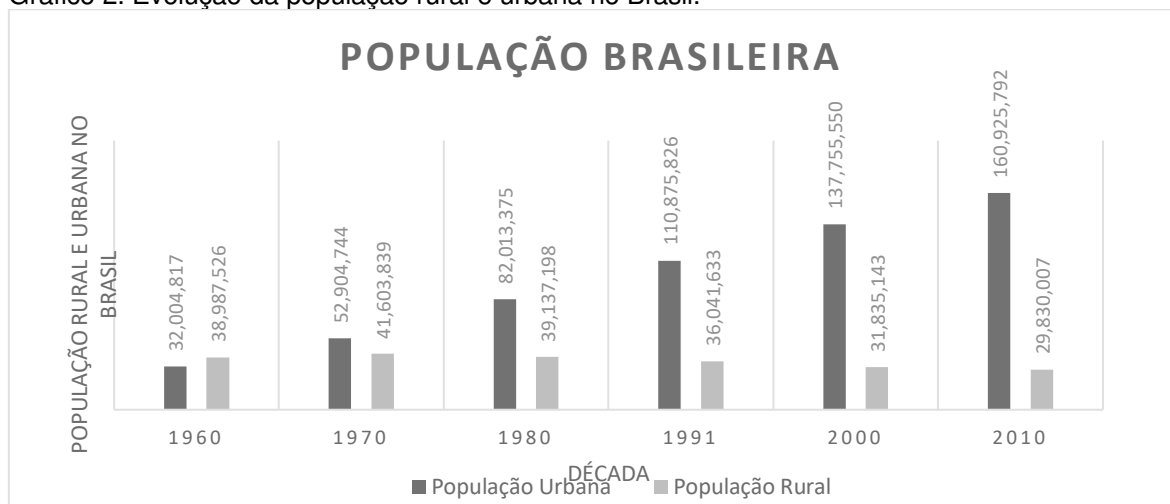
¹⁵ Recentemente o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) anunciou a interrupção de algumas linhas de crédito do PRONAF, entre elas aquelas que beneficiam os agricultores mais pobres. Foram interrompidos em maio de 2019 o Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido – MODERINFRA, com taxa de juros prefixada de 7% a.a. (sete por cento ao ano), o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns – PCA, relativo à taxa de juros prefixada de 5,25% a.a. (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento ao ano); e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF Investimento, com taxa de juros prefixada de 2,5% a.a. Aviso nº 16/2019. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br>. Acesso: 02 Jul, 2019.

¹⁶ O Decreto dispõe sobre a divisão territorial do país. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0311.htm. Acesso: 13 Out. 2018.

O entendimento do processo de urbanização no Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar que é única no mundo. Este país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem as suas características(...). De um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000 havia 1176 com menos de 2000 habitantes, 3887 com menos de 10 mil e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade, idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em infinitas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse disparate, segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000 (Veiga, 2002, p. 32).

Seguindo a reflexão apresentada por Veiga, uma análise conforme os dados do IBGE (2010) demonstram uma população 84,37% urbana, onde apenas 15,63% dos cidadãos vivem em áreas rurais. Este índice, quando comparado com os números das últimas décadas, tornam clara uma diminuição gradativa da população rural desde a década de 1960, quando esta constituía 54,91% da população brasileira, enquanto a população urbana detinha apenas cerca de 45,09% dos cidadãos (ver gráfico 02).

Gráfico 2. Evolução da população rural e urbana no Brasil.



Fonte: Autor a partir de IBGE, 2010.

Wanderley apud Veiga (2011) salienta que uma nova abordagem que considere a densidade demográfica, permitiria identificar um mundo rural mais povoado, com frequência portador de um dinamismo econômico e social de pequenas cidades e campo complementares. A autora ainda afirma que atual definição utilizada pelo IBGE “dissocia a definição de cidade da existência de um nível mínimo de vida urbana”

(WANDERLEY, 2011, p.109). Para Abramovay (2003), há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas ao atraso, carência de serviços e falta de cidadania. A decisão do IBGE é de caráter residual, rural é o que fica fora do perímetro urbano, a definição do que é rural acontece por exclusão.

Em 2017, O IBGE lançou um documento chamado “Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação”¹⁷. O objetivo deste documento é propor uma nova classificação para o censo de 2020. O documento propõe uma classificação por municípios, identificados a partir de critérios comuns a todo o país. Para o IBGE, essa nova classificação surge da reflexão de diversos pesquisadores de que o espaço rural tem sido pouco explorado diante das diversas atividades que vem ganhando espaço nos territórios rurais:

Diversos autores (ABRAMOVAY, 2003; VEIGA, 2003; ENDLICH, 2010; ROSA; FERREIRA, 2010) alertam para um novo conjunto de atividades, além das primárias, que vem sendo desenvolvido no campo, além de outros, como Abramovay (2003), que também tem destacado a recente valorização das regiões interioranas devido a diversos fatores como a biodiversidade, o patrimônio paisagístico e o estilo de vida. Concomitantemente, a urbanização acelerada transformou e continua transformando as parcelas do campo por meio da inserção de novas técnicas e pela de demanda crescente de alimentos e de recursos naturais. (IBGE, 2017, p.11).

Conforme o IBGE (2017), uma nova análise das relações de campo e cidade deve levar em conta outras atividades e elementos para além dos limites propostos pelos municípios. Muitas vezes as transformações econômicas e sociais mudam a configuração espacial dos mesmos sem que a legislação consiga acompanhar as novas estruturas territoriais e a distribuição espacial da população e das atividades econômicas. Além disso, há de se considerar que os limites oficiais entre zona urbana e zona rural são com frequência definidos com base em objetivos fiscais, enquadrando domicílios sem considerar características sociais e territoriais dos municípios. Essas definições “atendem, portanto, aos objetivos das prefeituras, mas dificultam políticas públicas e investimentos preocupados com as outras facetas e escalas da

¹⁷ Mais informações sobre a nossa proposta de classificação do IBGE podem ser acessadas através do endereço < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf> > .

classificação rural-urbano” (IBGE,2017, p.11). Sendo assim, o desafio de uma nova caracterização:

(...) consiste em não apenas perceber essas categorias que, hoje, apresentam-se de forma diversa, mas também em criar instrumentos de planejamento que consigam manter a coesão dos territórios, respeitando e desenvolvendo a sua diversidade, em especial, da federação brasileira e dos países de dimensões continentais (IBGE, 2017, p.11).

2.2.1 Da agricultura de subsistência à agricultura de exportação: uma breve perspectiva

Tendo como objetivo, a exploração econômica, o território brasileiro enquanto colônia foi desde o início dividida em capitanias hereditárias e sesmarias. Tratava-se de gigantescas porções de terra doadas para comerciantes entre outros membros da elite portuguesa que tivessem interesse em explorar o solo brasileiro. A única forma de acesso à terra era a doação, à qual os povos tradicionais e os escravos não eram dignos. A mão de obra escrava era trazida das colônias portuguesas na África para exploração nos engenhos de cana de açúcar, principal atividade econômica do país até o século XVIII (FURTADO, 1959).

Com a expansão da economia açucareira, aos poucos, foi implantada a pecuária, não apenas suprimindo as necessidades internas dos engenhos, mas ainda permitindo a exploração do interior do país. De acordo com Furtado (1959):

(...) ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar a lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar. (FURTADO, 1959, p.65).

É importante notar que enquanto a produção de açúcar dependia da importação de mão de obra escrava, o desenvolvimento da pecuária fazia uso da mão de obra indígena e tornava-se cada vez mais sustentável para a colônia. Além disso, era uma forma de expansão das propriedades para o interior do país.

O século XIX foi marcado pela independência do Brasil (1822), e Portugal perde assim o poder de regulamentar o regime de sesmarias. O Brasil tornou-se pelas próximas décadas uma terra sem leis, onde os grandes proprietários, os mesmos beneficiados pelo regime de sesmarias, puderam se apropriar de áreas ainda maiores sem qualquer regulamentação, tratava-se de um regime de posse livre que se estendeu até 1850, quando é criada no Brasil a Lei de Terras.

A Lei de Terras determinava que o acesso à terra só se daria através da compra. Com essa regulamentação, aqueles que já tinham terra ou haviam se apossado, deveriam ir ao cartório registrar suas terras. As terras não registradas foram consideradas terras devolutas, pertencentes ao estado. O estado, então, leiloava essas terras por altos valores para grandes proprietários. Em síntese, a Lei de terras de 1850, definindo o acesso à terra através da posse, facilitou ainda mais a absorção de terras pelos grandes proprietários, não tendo proposto nenhuma solução para a estrutura agrária do país e nem impedindo a grilagem de terras.

A elite do país imperial era formada pelos grandes senhores de terras, que viram na produção do café a oportunidade de desenvolver o país enquanto uma potência exportadora. No final do século XIX e início do século XX, mudava também o acesso à mão de obra. A expansão de um novo mercado, o da cafeicultura, coincidia com as leis que restringiam o trabalho escravo, e aos poucos os grandes proprietários foram optando pela exploração dos trabalhadores livres e pela chamada economia de subsistência. Vão se acumulando escravos libertos, escravos mais velhos ganhando sua liberdade e trabalhadores livres vindo da Europa. Ao mesmo tempo em que o desejo por terra aumentava os grandes fazendeiros formavam uma oligarquia nacional, restringindo o acesso à mesma. Os senhores de terras conseguiram ampliar seus territórios, abrigando também mão de obra barata, através da economia de subsistência, sem abrir mão da posse de suas terras.

Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos do número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. Contudo, não era este o aspecto fundamental do problema, pois sendo a terra abundante não se pagava propriamente renda pela mesma. Na economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria

encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A "roça" era e é a base da economia de subsistência (FURTADO, 1959, p.122).

Manter uma mão de obra barata não era difícil numa economia de subsistência, os grandes proprietários tinham a seu dispor mão de obra sempre que necessitavam sem ter a obrigação de alimentar a mesma. Nessa agricultura de subsistência ganha força a figura do caboclo, a mistura do índio com o branco praticante de uma agricultura rudimentar, capaz de produzir seu alimento sem ter posse da terra, disponível e fiel ao seu senhor sempre que necessário. A grande quantidade de terras devolutas no território brasileiro, permitia que muitas famílias de caboclos se assentassem no campo, sem que para isso investissem na titulação de suas terras. Como consequência, os futuros projetos de colonização os expulsariam dali.

Durante o período imperial a imigração europeia era fortemente subsidiada pelo governo. Mas conforme relata Furtado (1959), em várias colônias essa imigração não tinha fundamento econômico, "tinham como razão de ser, a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país" (FURTADO, 1959, p.127). Na metade do século XIX, montou-se um sistema de imigração muito semelhante ao da imigração inglesa para os EUA, onde o imigrante vendia o seu trabalho futuro. Ao contrário dos EUA onde os empresários financiavam a imigração, no Brasil, foi financiada pelo governo. O estado financiava a operação, o imigrante hipotecava o seu futuro na esperança de boas colheitas e os fazendeiros ficavam com todas as vantagens. Deve se considerar que a corrente migratória foi também estimulada pela atual situação política e econômica da Europa. Na Itália, a intranquilidade social fazia da emigração uma solução.

O grande fluxo migratório possibilitou a expansão da economia cafeeira no Brasil, deixando ao mesmo tempo o excedente da população nordestina para expansão da produção da borracha. Com a queda da economia açucareira também ganhou força a economia de subsistência em vários locais do Brasil. A economia de subsistência permitiu um crescimento populacional, em especial no sul do Brasil, onde as terras eram férteis. Furtado (1959) relata que:

As colônias europeias localizadas no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina encontraram-se em situação particularmente favorável

desse ponto de vista. A qualidade e a abundância de suas terras proporcionaram-lhe um suprimento mais que adequado de alimentos, mesmo em um nível baixo de técnica agrícola. Assim, não obstante o rudimentar de sua economia monetária, essas colônias apresentavam uma taxa altíssima de crescimento demográfico vegetativo, taxa essa que constituiu motivo de admiração para os europeus que as visitavam em fins do século XIX e começo do XX (FURTADO, 1959, p.134).

O autor relata que as correntes de migração da população para o interior do país, tinham em sua maioria indivíduos de iniciativa e com algum capital que se apropriavam de grandes extensões de terra e usufruíam da mesma compartilhando com muitos outros em sistema de economia de subsistência, não diferente daquele vivido pelos caboclos, embora o modo de vida dos colonos (imigrantes europeus) e dos caboclos era diferente.

2.2.1.1 A reformulação do camponês

Entende-se que a estrutura agrária do Brasil colonial nunca se desfez completamente. As grandes propriedades nas mãos de poucos são uma realidade enraizada na formação econômica do Brasil. De acordo com Veiga (1981), no século XIX o poder dos senhores de engenho, dos fazendeiros de café, dos importadores de manufaturas e traficantes de escravos era ainda tão grande, que conseguiam não apenas manter a escravidão, como também impedir que homens livres ou imigrantes se transformassem em pequenos e médios proprietários de terras. No início do século XX, as modificações impostas pelo crescimento demográfico e a industrialização levaram ao fim numerosas fazendas e engenhos, no entanto, o sistema latifundiário se manteve em constante expansão (VEIGA, 1981). De acordo com Wanderley (2009):

O capitalismo que se produziu no Brasil tem particularidades que decorrem de sua condição colonial original, da significação estrutural do sistema de escravidão e da importância histórica da concentração de terra, como elemento central de controle dos recursos produtivos e do poder político. Essas particularidades se expressam no fato de que, em muitas circunstâncias as relações de trabalho e de produção, até então predominantes no meio rural brasileiro, não correspondiam às relações capital-trabalho próprias do capitalismo, mas reproduziam um trabalhador de muitas formas responsável direto pela sua própria subsistência (Wanderley, 2009, p.24).

De acordo com Oliveira (1972), a revolução de 1930 marcou o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância de uma estrutura produtiva de base urbano-industrial. Nesse contexto a agricultura de subsistência torna-se uma agricultura comercial de exportação. Fernandes (1973) ainda constata que:

As evoluções que se iniciaram com a degradação da economia escravocrata associaram-se a tendências de formação de um mercado de trabalho e de dinamismos econômicos que impunham, a partir de dentro, modelos de relações econômicas que, anteriormente só se estabeleciam a partir de fora. Aos poucos surgiram vários tipos de vínculos heterônimos, através dos quais a economia evolui na direção do capitalismo moderno, mantendo laços de dependência, diante das economias centrais, ou criando novos laços de dependência em face dos focos internos de crescimento econômico urbano-comercial e urbano-industrial. (Fernandes, 1973, p.135)

A partir da década da metade do século XX, o país entrou em um processo de rápida industrialização com a entrada de multinacionais no país. Estas grandes empresas passaram a fornecer insumos para acelerar a produção, foi a chamada revolução verde. Sob o pretexto de que a modernização agrícola resolveria o problema da fome as multinacionais ganharam espaço. No entanto, essa modernização do espaço agrário não se deu por completo, investiu-se em insumos para a produção, mas as colheitas permaneceram a mercê da mão de obra, uma modernização não finalizada. Além disso, esta modernização do país manteve e agravou a estrutura agrária existente, estimulando a concentração de terras e permitindo a expansão nas áreas de fronteiras, como nas áreas de floresta amazônica por exemplo.

A expansão nas áreas de fronteiras levou consigo as pequenas propriedades, expropriando pequenos proprietários para as cidades. Enquanto a expansão da fronteira agricultura¹⁸ permite a aumento da produção de commodities, promove também a expansão descontrolada das áreas e da população urbana. Ao mesmo tempo, o Estado não possuía nenhum instrumento regulador para estas questões, uma legislação voltada ao desenvolvimento agrícola só foi pensada na segunda metade do século XX com a criação do Estatuto da Terra.

¹⁸ Fronteira agricultura é um termo utilizado para explicar o avanço da unidade de produção capitalista ou do agronegócio sobre as áreas cultiváveis, o meio ambiente e as propriedades de pequenos agricultores.

Criado em 1964, o Estatuto da Terra¹⁹ trazia novas normas para orientar a política agrícola, criando instituições para implantação da nova política e viabilizando-as através de recursos. Após a Lei de Terras de 1850, o Estatuto torna-se a primeira lei que normatiza o uso da terra e estabelece diretrizes referentes ao desenvolvimento rural. Seu texto cita os dispositivos para uso da terra e reforma agrária, bem como uma Política de Desenvolvimento Rural. Por anos, em especial durante os governos militares o Estatuto da Terra foi o instrumento no qual os movimentos sociais se apoiaram nas lutas pela reforma agrária.

Entender como se deu o processo de transição da agricultura de subsistência para a agricultura de exportação, implica em entender como esse processo tornou possível a acumulação de capital. Francisco de Oliveira (1972) explica que o processo de *acumulação primitiva*²⁰, tomado por Marx ao atrelar a acumulação capitalista à expropriação do campesinato, deve ser redefinido para o entendimento do capitalismo brasileiro. Trata-se de um processo onde não se expropria a propriedade, mas sim o excedente que se forma pela posse transitória da terra. De acordo com o autor:

Assim tanto na abertura de fronteiras “externas” como “internas” o processo é “idêntico”: o trabalhador rural ou morador ocupa a terra, desmata, destoca, e cultiva as lavouras temporárias chamadas de “subsistência”; nesse processo ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração do valor que se opera para o produtor direto reflete no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. (Oliveira, 1972, p.42).

Através desse mecanismo, Oliveira (1972) expõe que a maioria dos gêneros alimentícios (arroz, feijão, milho), os que abastecem os grandes mercados urbanos, provém de zonas de ocupação recente, e que sua permanente baixa cotação tem contribuído para o processo de acumulação nos centros urbanos. Através destes meios a agricultura primitiva concorre com a agricultura dos insumos e o custo da produção agrícola permanece baixo em relação ao industrial, permitindo a reprodução

¹⁹ O Estatuto da Terra, criado através da lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

²⁰ Forma tradicional de acumulação do capital através da exploração explicado por Marx (1988).

da força de trabalho urbana e a formação de um proletariado rural que serve tanto as culturas comerciais de mercado interno e externo. Ao mesmo tempo, não se desenvolve uma legislação trabalhista para o campo e deixam-se de lado os problemas de distribuição da propriedade. A dinâmica é viabilizada pelos baixíssimos padrões de reprodução da força de trabalho e do nível de vida da massa trabalhadora rural.

A manutenção do padrão primitivo com novas relações de produção no setor agropecuário permitiu um extraordinário crescimento industrial, contribuindo de duas formas. Em primeiro lugar, formando um exército reserva nas cidades e assim ampliando a capacidade de acumulação, em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios, cujo preço determinava-se a partir da força de trabalho rural e o custo dos bens e serviços urbanos. Cria-se uma forma de economia de subsistência urbana, responsável por baixar o preço da força de trabalho e dos salários reais e assim permitir uma enorme acumulação industrial. Nessa combinação é que está a raiz da tendência à concentração de renda na economia brasileira (OLIVEIRA, 1972, p.47).

2.2.2 O cenário agrário como parte do processo de urbanização

Conforme Francisco de Oliveira (1982), a urbanização no Brasil, ao contrário da Europeia onde se efetivou uma imensa cadeia de vilas e aldeias, produziu uma extrema polarização. No país há um contraste entre o vasto campo, movido pelo conhecido complexo latifúndio-minifúndio (onde predomina a monocultura) e as grandes cidades, como sede do aparelho produtivo. Estas fazem a intermediação entre a produção nacional e a sua realização nos mercados internacionais. Assim como nos demais países emergentes, os territórios rurais no Brasil, são constantemente recriados para se adequarem ao sistema econômico.

Ariovaldo de Oliveira (2012) argumenta que, desde o final do último século, a produção capitalista internacional, viabilizada pelos avanços na informática e nas comunicações, é fruto de uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. Neste processo de mundialização, acompanhado pelo neoliberalismo, a agricultura antes baseada na produção camponesa (sustentada por fortes subsídios agrícolas, na agroquímica e no sistema de estoques governamentais) passa a ter o

mercado e os estoques das multinacionais como seu regulador. Dentro do capitalismo monopolista, a produção de alimentos deixou de ser uma questão nacional, transformando-se em mercadoria a ser adquirida pelo mercado mundial.

Regulando a necessidade por commodities, os monopólios ditam as regras da produção agrícola. Ao mesmo tempo, eles são responsáveis pelo controle da produção de agrotóxicos e fertilizantes. Oliveira (2012) expõe que:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo controlam através dos mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, as vezes controlam a produção de agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2012, p.10).

O capitalismo monopolista, não só regula a produção agrícola como também monopoliza os territórios. De acordo com Wanderley (2011), desde 1960 está em vigor o processo de expulsão de trabalhadores residentes no campo percebidos como não partícipes das relações capitalistas. Conforme a autora:

O êxodo rural visto em seu conjunto, é, sabidamente, um antigo processo de mobilidade demográfica, porém a dimensão e a intensidade que alcançou no período representam, sem dúvida, um fato novo, resultado dos processos de expropriação e de marginalização dos trabalhadores e pequenos agricultores camponeses, em consequência das formas adotadas da modernização da agricultura. (WANDERLEY, 2011, p.45).

No entanto, há de se ressaltar, que ao mesmo tempo que se constata a consolidação da agricultura capitalista no Brasil (agronegócio), um significativo número de pequenos agricultores consegue manter a capacidade de organizar uma atividade produtiva, permanecendo produtores de mercadorias. No seu conjunto estes são conhecidos como agricultores familiares²¹ e tem um peso considerável na produção de alimentos (Wanderley, 2011).

²¹ Há uma diferença de significado atribuída aos termos “campe sinato” e “agricultor familiar”. Wanderley (2011) explica que o termo campe sinato é historicamente atrelado as formas mais tradicionais de agricultura, enquanto a agricultura familiar, embora tenha também condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados. De acordo com a autora o termo camponês também é associado ao movimento camponês, perseguido pelos movimentos militares entre 1964 e 1985.

2.3 OS AVANÇOS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O que se observa a partir das reflexões anteriores, é que as condições precárias de vida dos pequenos produtores rurais ou agricultores familiares não é ocasional, mas consequência do processo de acumulação do capitalismo brasileiro. Diferente de outros países capitalistas onde o desenvolvimento industrial apoiou-se em uma reforma agrária, no Brasil ele se apoiou em uma concentração de terras já consolidada. Mesmo estando presente nos discursos governamentais das últimas décadas do século XX, a reforma agrária nunca ganhou corpo, a não ser nas lutas dos movimentos sociais.

Veiga (1981) define reforma agrária como “a modificação da estrutura agrária de um país ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola”. De acordo com o mesmo autor, a *reforma agrária* não pode ser confundida com a *transformação agrária* de um país, é necessário que seja feita uma opção governamental por esta linha de desenvolvimento econômico. Sendo assim:

Se por um lado é verdade que os objetivos de “justiça social” e de “eficiência econômica” constam como metas de todo e qualquer programa de desenvolvimento, por outro, a decisão de privar alguns da propriedade de grandes áreas agrícolas, para entregá-las a outros que as façam produzir mais e melhor, não é fácil de ser assumida por um governo. Ela contraria interesses econômicos consideráveis e incentiva a ação de forças sociais subalternas cujo alcance é difícil de ser previsto. Além de modificar a distribuição da propriedade da terra, uma reforma desse tipo tem o poder de mudar as relações de força entre as classes sociais (VEIGA, 1981, p.8).

A reforma agrária, não surge, portanto, de uma iniciativa governamental, ela depende de uma evolução na conjuntura política do país. Desde o final da II Guerra Mundial, a reforma agrária passou a ser uma das estratégias de desenvolvimento econômico. Incentivada por organizações internacionais, como a ONU, foram realizados na década de 60 e 70 duas conferências mundiais para tratar do tema, também em voga nos relatórios do Banco Mundial como uma recomendação para os países subdesenvolvidos. No Brasil, a reforma agrária nunca saiu dos projetos de leis (VEIGA, 1981).

2.3.1 Os movimentos sociais rurais

As colocações anteriores permitem compreender como se deu, ao longo dos séculos, a formação de uma classe proletarizada no meio rural. Juntos, os povos tradicionais sobreviventes à colonização, os povos afrodescendentes “libertos da escravidão” e os imigrantes europeus pobres formaram os milhões de pequenos agricultores que habitam o Brasil hoje. Na sua maioria, estes trabalham em pequenas áreas de terra ou nem possuem propriedade formal, mas persistem na lavoura através do esforço diário.

Essa persistência não é desprovida de indignação, e é assim que no do século XX surgem no Brasil, grupos de camponeses decididos a lutar por condições mais dignas de trabalho. Entre 1940 e 1960 surgem as Ligas Camponesas um movimento que se expandiu rapidamente e reivindicava a reforma agrária. No entanto, embora tivesse abrangência nacional, em 1964 foi anulado pelo governo militar. Décadas mais tarde, surgiria o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Sufocados pelo avanço dos latifúndios e impossibilitados de produzir por falta de terras, no final da década de 70 centenas de agricultores ocupam duas granjas no Rio Grande do Sul, e logo em seguida fundam um assentamento no mesmo estado, a chamada Encruzilhada do Natalino, esse assentamento tornar-se-ia símbolo de luta e resistência dos agricultores pelas suas reivindicações a um regime democrático. Seguidos por estes, novos focos de resistência começaram a surgir no Brasil, reunindo reivindicações de trabalhadores tanto rurais quanto urbanos. Um boletim informativo dos acampados na encruzilhada natalino de 1981 trazia a seguinte mensagem:

Nós somos mais de 500 famílias de agricultores que vivíamos nessa área (Alto Uruguai) como pequenos arrendatários, posseiros da área indígena, peões, diaristas, meeiros, agregados, parceiros, etc. Desse jeito já não conseguíamos mais viver, pois traz muita insegurança e muitas vezes não se tem o que comer. Na cidade não queremos ir, porque não sabemos trabalhar lá. Nós criamos no trabalho na lavoura e é isto que sabemos fazer (MST, 2018).

Três anos mais tarde acontece em Cascavel, município do Paraná, o 1º Encontro Nacional dos trabalhadores rurais, onde é oficialmente fundado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), com três principais objetivos: lutar pela terra,

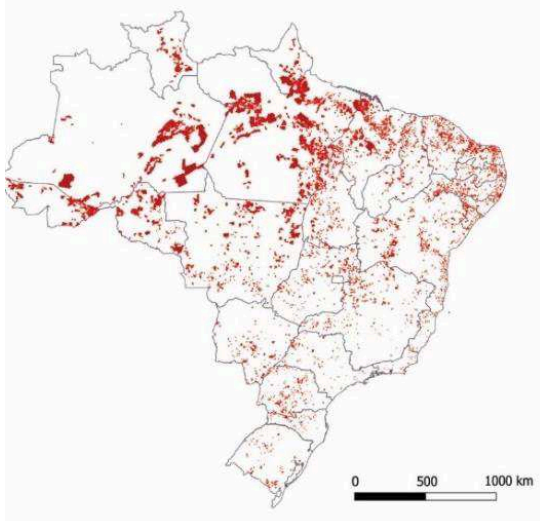
lutar pela reforma agrária e pelas mudanças sociais no país. A partir desse congresso, tomou-se consciência de que a ocupação de terras improdutivas seria a principal forma de luta do movimento. “Em maio do mesmo ano, em menos de três dias, o movimento mobilizou mais de 2500 famílias em Santa Catarina. Em outubro, o Rio Grande do Sul ocupou a Fazenda Anoni. Todos os estados começaram a fazer ocupações” (MST, 2018).

Desde então as famílias do MST lutam pelo seu direito à terra, através da ocupação de áreas desapropriadas ou improdutivas, que se encontram sob responsabilidade do poder público. Essas ocupações são chamadas de acampamentos, são estruturas improvisadas junto às áreas de terra passíveis de desapropriação, geralmente desprovidas de infraestrutura, onde as famílias se reúnem em barracos e se organizam na luta pela sua causa. As ocupações se tornaram comuns em todo o território nacional, resultando no assentamento de milhares de famílias. É importante enfatizar, que o processo envolve sempre situações de grande conflito pelo território, conflitos em diversos momentos marcados pela morte de acampados. O MST, é um movimento constantemente perseguido pela mídia e pelos grandes proprietários.

A força do movimento logo passou a demonstrar resultados. Diante da pressão popular, nas eleições indiretas de 1985 a reforma agrária era pautada por todos os partidos políticos. O PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária) fora criado prevendo a aplicação do estatuto da terra e o assentamento de 1,4 milhão de famílias. O plano resultou por fim no assentamento de apenas 90 mil famílias, número significativamente inferior ao que previa, de todo modo, foi um resultado da pressão popular. Não cessando luta, o MST teve papel importante na aprovação da lei de desapropriação de terras, junto a constituinte de 1988, onde tornaram-se passíveis de desapropriação todas as propriedades que não cumprissem a sua função social, definida por índices de produtividade. As desapropriações só passaram a ser efetivadas de fato com a lei de terras de 1993 (MST, 2018). Desde então, diversas áreas foram desapropriadas e entregues às famílias de agricultores. Por conta do movimento, milhares de pessoas hoje contribuem na produção de alimentos, são mais de 7000 assentamentos rurais (ver mapa 1) abrigando mais de 350 mil famílias (Incrá, 2016). Junto aos novos assentamentos se desenvolvem escolas, cooperativas, postos de saúde entre outras instituições, sendo que:

Após dezesseis anos de existência, o MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo (MST, 2018).

Mapa 1. Mapa dos Assentamentos do MST no Brasil



Fonte: Autor de acordo com base de dados do Incra (2017).

2.3.2 A questão da permanência no campo

A migração dos jovens para as cidades torna-se um fator preocupante para o destino das novas gerações da agricultura. O fato de a produção nestas terras não ter continuidade, não reentrarem no ciclo de produção, é um problema para a sociedade, já que, na maioria das vezes as pequenas propriedades, sem sucessão, passam a ser incorporadas as grandes propriedades e ou destinadas a pecuária extensiva. Essa migração representa uma perda de mão de obra altamente qualificada para a agricultura familiar, porém, nem sempre adequada ao mercado de trabalho das grandes cidades. Os jovens descartados por estas transformações, tendem a se encontrar em níveis inferiores de escolaridade, sendo forçados a aceitar

oportunidades de trabalho precárias fora do mundo que os criou (SILVESTRO et al., 2001). De acordo com Martins (2001):

A migração representa nesses casos a destruição de um capital social que poderia ser vital para a reinserção das novas gerações nesse modelo de economia e em condições de vida potencialmente superiores as que encontrariam nos lugares para onde migrassem. Comparando pais e filhos com melhores rendimentos e pais e filhos com menores rendimentos, fica evidente que no primeiro caso a alternativa de ficar é sua opção e opção viável. No segundo caso, ficar dependeria de providências políticas que assegurassem terra e crédito. Em todos os casos, a providência seria a de aperfeiçoar e expandir políticas públicas que de alguma forma garantissem o acesso à terra na extensão e na qualidade apropriadas e assegurassem os recursos apropriados à habitação e à produção (MARTINS, 2001 apud SILVESTRO et al., 2001, p.9).

Silvestro et al. (2001) ressalva que em nenhuma outra atividade, as relações familiares tenham tamanha importância como na agricultura familiar. Grande parte dos agricultores contemporâneos resulta da continuação da atividade paterna. No entanto, a expectativa é de uma agravante diminuição para as próximas gerações. Uma pesquisa do autor, na região oeste de Santa Catarina, em 2001, demonstrou que não mais do que 69% dos jovens, filhos de agricultores, demonstravam seu interesse em continuar na propriedade dos pais. Desde então, a população residente nas áreas rurais vem decaindo não só neste estado, mas em todo o país.

Silvestro et al. (2001) caracterizou os estabelecimentos da agricultura familiar em três níveis socioeconômicos: estabelecimentos capitalizados, estabelecimentos em transição e estabelecimentos descapitalizados. Nessa categorização, os estabelecimentos capitalizados representavam aqueles que proporcionavam a cada membro da família uma remuneração correspondente a três salários mínimos. Os estabelecimentos em transição, representavam aqueles que proporcionavam um rendimento entre 1 (um) e 3 (três) salários mínimos. Já os descapitalizados, tratavam-se dos com rendimento inferior a um salário mínimo. Nesse contexto, 45% dos estabelecimentos do estado encontravam-se ainda descapitalizados e de um modo geral, nesses estabelecimentos, o índice de jovens motivados para permanecer na agricultura foi consideravelmente menor.

A sucessão na agricultura é apontada pelos autores como um processo formado por três componentes, a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional e a retirada das gerações mais velhas da posição de comando. Trata-se,

no entanto, de um processo lento. Desde jovens, os filhos são integrados ao processo auxiliando nas atividades da propriedade, com o tempo assumem atribuições de maior importância e maior responsabilidade. O conhecimento técnico é absorvido ao longo da juventude. Esse capital social se perde quando este jovem abandona o campo.

3 HABITAR NO CAMPO

Os dados do IBGE (2010) apontam para uma diminuição da população rural nas últimas décadas²². Ao mesmo tempo, a demanda por alimentos no país e no mundo vem aumentando. A perspectiva da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* – FAO, é de que até 2050, a demanda mundial aumente em 70%, e o Brasil, através da agricultura familiar, seja então, um dos principais fornecedores de alimento para o planeta²³. Como garantir então, a permanência dos agricultores familiares no campo? Consideramos que a habitação é um dos elementos importantes que podem interferir na permanência do agricultor familiar e de sua família na agricultura.

Habitar no território rural do Brasil, sempre foi um desafio. A falta de incentivos aos pequenos agricultores, aliada a força da grande propriedade, sempre reservou aos camponeses um espaço residual no campo. No geral, estes agricultores ocuparam e ainda ocupam os assentamentos menos desejados no território rural, aqueles rejeitados pelo agronegócio por conta da dificuldade de acesso, aqueles que suas economias podem pagar.

Os esforços para comprar um pedaço de terra e se manter produzindo nele, recebem grande parte dos recursos que estes pequenos produtores têm pra investir. Não obstante, ter acesso à terra não soluciona o problema, é necessário ter condições de continuar produzindo. A modernização agrícola, implícita até mesmo no menor produtor rural, exige que ele invista em insumos, sementes e maquinários, que qualifiquem sua produção para que tenha espaço no mercado. Dentro desta realidade, investir na habitação e no conforto da casa é um desejo relevado por conta das demais prioridades.

Historicamente, os camponeses²⁴ constroem suas moradias fazendo uso da matéria prima e da mão de obra que tem acesso. Quando podem arcar com os custos

²² Conforme Gráfico 2, pag. 29.

²³ Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos. Disponível em < <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/> > acesso em 07 de Outubro de 2018.

²⁴ O termo “camponês” é utilizado para se referir aos pequenos agricultores, em especial em partes do Capítulo 1 e do Capítulo 2. O termo, no entanto, se refere a famílias de pequenos agricultores que praticavam agricultura primitiva até o final do século XX. De acordo com Wanderley (2009), com a expansão do capitalismo monopolista e a reformulação do papel do camponês dentro da cadeia produtiva, os camponeses passam a ser chamados de “agricultores familiares”. O termo consolidou-se ainda com a Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, conhecida como Lei da Agricultura familiar.

de materiais melhores, ainda assim, dificilmente tem acesso à assistência técnica. A presença de arquitetos na construção de habitações rurais é rara, e em grande parte dos municípios brasileiros, é ainda inexistente.

Da mesma forma, assim como estes pequenos agricultores veem no arquiteto um profissional distante, também os arquitetos, historicamente, não encontram incentivos governamentais para prática de sua profissão junto às famílias de baixa renda²⁵. Poucas são as escolas de arquitetura que incluem em seus planos curriculares o estudo e projeto de instalações rurais. Da mesma maneira, poucos são os estudiosos da área que se desafiaram a estudar a arquitetura camponesa no Brasil. Os estudos voltados à conservação do patrimônio histórico até propõem a estudar os casarões do campo, em especial as antigas sedes de fazenda, mas poucos exploram a habitação do camponês. São poucas as referências.

Qual então o valor do estudo da habitação rural? Embora, majoritariamente construídas pelos próprios agricultores, e fazendo uso dos materiais de fácil acesso, essas construções podem revelar uma série de estratégias construtivas adaptadas ao ambiente e de baixo impacto ambiental. Além disso, elas dão continuidade às técnicas construtivas passadas através de gerações. Elas podem ser, conforme a hipótese deste trabalho, um importante fator para a permanência dos agricultores no campo.

Quando se fala em permanência no campo, fala-se na desaceleração do fluxo migratório que vem ocorrendo há décadas, e que leva, anualmente, um elevado número de famílias a migrar para grandes cidades. Essas famílias, na maioria das vezes, terminam por ocupar áreas informais nas grandes cidades, deixando de serem produtores de alimentos. Nas cidades, elas entram na disputa por emprego, sem ensino técnico para disputar por melhores vagas, deixando de lado o conhecimento obtido através de gerações e gerando assim a perda de um capital social de grande relevância à sociedade (SILVESTRO et al., 2001).

Estudar a habitação rural é, então, necessário para que se pensem alternativas ao atual processo de ocupação das cidades. É importante, para que se trate o

²⁵ A Lei que assegura assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social só foi aprovada na última década por meio da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

problema da habitação no Brasil em suas raízes, não nos seus desdobramentos. Além disso, estudar a habitação rural é necessário para que se produza conhecimento sobre esta questão, dando visibilidade ao tema e para que assim se façam ainda mais justificáveis os investimentos na pequena agricultura.

Neste capítulo, discutimos a habitação camponesa no Brasil ao longo do tempo. Buscamos conhecer as alternativas encontradas pelos camponeses para sobreviver no campo em um cenário pouco incentivador. É brevemente apresentada a diversidade de técnicas construtivas que tem tornado possível a habitação rural ao longo dos séculos de Brasil, coexistindo com o as baixas condições destas habitações em termos de higiene, conforto e habitabilidade.

Buscamos abarcar quais foram os incentivos por parte do estado para que os camponeses pudessem construir ou melhorar suas casas ao longo do tempo, dando ênfase às políticas recentes. Discutiremos brevemente o Programa Minha Casa Minha Vida e faremos uma breve análise do seu desdobramento no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), em especial no Estado de Santa Catarina. Mostrando um pouco da abrangência do PNHR em Santa Catarina justificamos a escolha do município de Rancho Queimado como nosso caso de estudo.

3.1 A REALIDADE DA HABITAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO BRASIL

A bibliografia sobre habitação rural no Brasil não é vasta. Relatos sobre as casas dos agricultores pouco aparecem nas investigações sobre a arquitetura brasileira. O principal estudo, que nos possibilitou resgatar um pouco da casa e do modo de vida do agricultor no Brasil, é a investigação de Orlando Falls Borba²⁶, no início da década de 60, publicada por meio do livro “Brasil: Campesinos y Vivienda”. Falls Borba esteve no Brasil com o objetivo de ajudar implantar um programa nacional

²⁶ Em março de 1957 o arquiteto Silvio de Niemeyer, chefe da Divisão de Habitação e Construções Rurais da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), dirigiu-se ao Centro Interamericano de Habitação e Planejamento da Organização dos Estados Americanos (OEA) demonstrando interesse em realizar um programa de habitação rural no Brasil. A partir deste contato o Centro Interamericano encarregou-se de organizar um curso para formar especialistas em habitação rural, tendo como diretor o arquiteto Ernesto E. Vautier. Em maio do ano seguinte, iniciara-se as preparações para o curso em parceria com as Nações Unidas, sendo este o primeiro sobre o tema na América Latina. Além de preparar o curso sobre habitação rural, o acordo abarcava a realização de conferências sobre os aspectos sociais da habitação rural e informar sobre as condições atuais da habitação rural no Brasil (FALLS BORBA, 1963).

de habitação rural, que embora tenha abarcado uma grande quantidade de pesquisa, não foi levado a cabo por conta da instauração do governo militar nos anos seguintes. A pesquisa de Falls Borba organizou um vasto trabalho de extensão com viagens pelo Brasil, das quais resultaram documentos como o livro aqui citado.

O estudo de Falls Borba (1963), embora relate a situação das habitações rurais de cinco décadas atrás, permanece atual. O maior progresso que se teve em termos de melhorias na habitação rural se deu na última década com o PNHR, que mesmo assim não solucionou o problema habitacional do campo como um todo. O estudo traz, contudo, não somente os problemas encontrados na habitação rural, mas também um rico apanhado de soluções construtivas praticadas pelos agricultores brasileiros. Das vastas tribos indígenas, da cultura cabocla, e dos demais povos que formaram o campesinato brasileiro, herdou-se um apanhado de soluções habitacionais que, muitas vezes passam despercebidas pelos arquitetos. De acordo com o autor:

[...] a base para toda programação futura em habitação rural no Brasil deve ser o conhecimento das técnicas vernaculares de construção das casas e das normas de vida dos camponeses, a experimentação e o melhoramento destas técnicas e a educação das famílias para melhor uso e conservação de seus abrigos (FALLS BORBA, 1963, p.8. tradução nossa)²⁷.

Construiu-se ao longo do vasto território brasileiro uma grande diversidade de tipologias habitacionais. A região amazônica, a nordestina, a central, a do planalto e a sulina, com suas subdivisões (com características ainda mais específicas como os vales dos rios, as cadeias de montanhas ou zonas específicas como o litoral, a zona da mata, do agreste e do sertão) apresentam diferentes variações da habitação motivadas pelo esforço de se adaptar ao meio. Este fator geográfico complementa a variedade cultural, formada por povos de diferentes origens, para explicar os diversos tipos de casa. Para Falls Borba:

²⁷ [...] la base de toda programación futura en vivienda rural en el Brasil debe ser conocimiento de la técnica vernácula de la construcción de casas y de las normas de vida de los camponeses, la experimentación y el mejoramiento de esas técnicas y la educación de las familias para el mejor uso y conservación de sus albergues (Falls Borda, 1963, p.8).

A diversidade de formas e de práticas no uso da habitação brasileira se deve grandemente a esta origem múltipla da nacionalidade, das adoções e modificações produzidas pelos contatos, enfim, à ação das leis que regem a troca sociocultural e que motivam diferenças regionais segundo épocas, havendo algumas onde primam o aspecto colonial ao lado de outras onde a arquitetura moderna tem deixado sua marca (FALLS BORBA, 1953, p.19)²⁸.

De acordo com o autor, as diferenças regionais e as condicionantes climáticas de cada localidade devem, então, ser levadas em conta no projeto da habitação. Nesse sentido, fracassaria o arquiteto que tentasse estabelecer concepções técnicas urbanas no meio rural sem considerar a influência do clima, do solo, da cobertura vegetal, do regime de chuvas e da ocupação humana. As funções primárias da casa rural, classificadas pelo autor como o abrigo, o alojamento, intimidade, depósito e a subsistência, estão atreladas a fatores biológicos como o clima, a localização, a orientação, os espaços, o isolamento e o uso dos recursos naturais. Em síntese, “assim como uma entidade ecológica, a habitação não pode em nenhuma forma liberta-se do meio físico; em muito, ela representa uma forma de dominá-lo, um esforço para criar um microclima agradável, em muito, também ela é um monumento à inventividade do homem” (FALLS BORBA, 1963, p.21, tradução nossa)²⁹.

3.1.1 Aspectos da habitação rural

Buscando caracterizar a habitação rural, Falls Borba (1963) trata da mesma a partir de cinco principais funções, sendo elas: a função abrigo, o alojamento, a intimidade, o depósito e a subsistência. Conforme aborda estas funções, o autor descreve os diversos materiais utilizados na construção das casas, a distribuição dos cômodos, o programa de necessidades, entre outros aspectos. Neste texto, abordamos de forma semelhante alguns aspectos da habitação rural, complementando o levantamento de Falls Borba com a pesquisa de Silvestro et al.

²⁸ La diversidad de formas y de prácticas en el uso de la vivienda brasileña se debe grandemente a este origen múltiple de la nacionalidad, a las adopciones y modificaciones producidas por los contactos, en fin, a la acción de las leyes que rigen el cambio sociocultural y que motivan diferencias regionales según épocas, habiendo unas en donde prima todavía la de aspecto colonial al lado de otras en donde la arquitectura moderna há dejado su marca (FALLS BORBA, 1953, p.19).

²⁹ Así que, como entidad económica, la vivienda no puede en ninguna forma libertarse del medio físico; en mucho, también esa es un monumento a la inventiva del hombre (FALLS BORBA, 1953, p.21).

(2001) sobre os agricultores familiares de Santa Catarina. O texto é ilustrado com imagens obtidas na região de Rancho Queimado, na realização da presente pesquisa.

3.1.1.1 A função de abrigo e os materiais

A função de abrigo diz respeito a vedação das edificações, compreende-se aqui, o emprego de paredes, piso, teto, portas e janelas. De modo a suprir esta função, diversos materiais são empregados conforme a disponibilidade de cada região. Entre os principais está a madeira que, graças a sua diversidade em todas as regiões do Brasil, pode ser empregada em praticamente todas as partes da edificação. No Sul, a madeira é amplamente utilizada nas casas dos colonos, imigrantes alemães, italianos e poloneses, estando presente em todas as partes da edificação. Na região sudeste e no Paraná é amplamente encontrada nas casas dos imigrantes japoneses. Na região amazônica, também podem ser encontrados bons exemplos de abrigos de madeira, já que a justaposição de ripas permite boa vedação (FALLS BORBA, 1963).

No Nordeste, Falls Borba (1963) apud Freyre³⁰ (1936) salienta que, além da madeira, é utilizada uma ampla gama de fibras vegetais, tanto para a amarração das tábuas, como para a estrutura dos telhados. As fibras são amplamente encontradas nas casas nordestinas como substituição as telhas de barro cozido, enquanto estas ainda eram privilégio das casas de famílias abastadas. Em algumas regiões é comum também a utilização da madeira para vedação do teto, além da sua sustentação. A madeira é vista pelos agricultores como um bom elemento de isolamento de calor e frio. Como estrutura, pode ser transformada em pilares para a elevação das palafitas, das casas dos colonos sulinos ou ainda serve como base para as casas flutuantes nas regiões tropicais. Em Santa Catarina, quando da realização da pesquisa de Silvestro et al. (2001), a maioria das residências eram feitas de madeira, mas em geral pobres em isolamento. As fotos de antigas casas de agricultores na região de Rancho Queimado ilustram um pouco desta realidade (ver figuras 2, 3 e 4).

³⁰FREYRE, Gilberto. Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil. 2.ed. rev. e pref. pelo autor. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Imprensa Universitária, 1967.

Figura 2. Residências de Madeira em Rancho Queimado e região.



Fotos: Habitarq (2019).

Além da madeira, a argila é amplamente usada na habitação camponesa do Brasil. Inicialmente em técnicas vernaculares, como paredes de pau-a-pique e sopapo, além de paredes de taipa, onde o barro é pisado em canaletas de madeira, com o passar do tempo surgiram no Brasil uma série de olarias, e, conseqüentemente, a produção de tijolos. O tijolo era inicialmente, um material inacessível para as famílias mais pobres, mas popularizou-se no país (FREYRE, 1967, FALLS BORBA, 1963).

O piso varia nas habitações rurais do Brasil. Na década de 60, durante a pesquisa de Falls Borba, era ainda comum a existência de muitas habitações com piso de chão batido, sem qualquer revestimento. Nas regiões tropicais, ou ainda, na região sul, onde o frio e a umidade são rigorosos durante o inverno, é comum que as casas sejam elevadas do solo com madeira, construindo-se um assoalho simples. Nas residências das famílias mais abastadas aparecem assoalhos mais rebuscados e até mesmo pisos de ladrilho.

A madeira aparece em todas as regiões do Brasil, como o principal material utilizado para as aberturas. Estas geralmente consistem em janelas de uma folha sendo suportadas por esquadrias de madeira. O vidro aparece nas residências mais próximas dos centros urbanos ou dos colonos mais abastados, sua expansão pelo interior do país acompanha o melhoramento das condições de transporte (FALLS BORBA, 1963). O tamanho e quantidade das aberturas geralmente é adequado, já que a luz solar era a principal forma de iluminação das habitações até a instalação da energia elétrica. O acesso a energia elétrica se tornou mais acessível nas regiões rurais apenas no final do século XX e início do século XXI (SILVESTRO et al. 2001).

Figura 3. Residência em zona rural de município da Grande Florianópolis.



Foto: Habitarq, 2013.

3.1.1.2 As funções de alojamento e intimidade

A disposição dos espaços de alojamento das casas rurais varia entre regiões. É comum que se separem as áreas íntimas, em especial os dormitórios, das áreas comuns da casa (sala, cozinha e banheiro). As cabanas amazônicas, de acordo com Falls Borba (1963), apresentam um quarto grande aberto como espaço comum com outra área menor ao fundo que serve de dormitório. As casas nordestinas tem em geral uma sala pequena seguida de um corredor e quartos laterais. Na região do rio São Francisco as casas tem sala central, dois quartos e cozinha. Nas estancias gaúchas há em geral um terraço frontal, vários quartos dependendo da dimensão da família, banheiro, dispensa, quarto de visita e deposito a parte além da dispensa. Em Santa Catarina, Silvestro et al. (2001) relata que a maioria das casas entre as famílias de baixa renda são compostas por uma cozinha, uma sala e dois quartos, um para o casal e o outro para os filhos.

Conforme os autores, em todas as regiões, o espaço da cozinha prevalece como o espaço mais importante da casa, ocupando a maior área e sendo o mais frequentado por todos os moradores. É onde são preparados os alimentos e acontecem as refeições das famílias. No centro e sul do país é comum a construção

de casas que tenham além da cozinha uma despensa ligada à mesma. A sala, quando presente, tem para a maioria das famílias um alto valor social, sendo onde se recebem as visitas. Em algumas regiões se costuma isolar a cozinha da vista dos estranhos, esperando-se que os mesmos sempre cheguem à sala e deixem a cozinha como uma área privativa.

A cozinha foi também identificada por Silvestro et al. (2001), como o espaço de convivência das casas de Santa Catarina, é nela que fica o fogão a lenha, que “acaba sendo o bem mais precioso da moradia, em torno do qual a família se reúne para se aquecer e tomar chimarrão nas horas de folga e à noite” (SILVESTRO et al., 2001, p.61).

Os dormitórios, espaços de intimidade das famílias, são no geral são bem vedados, escuros e menos ventilados. Falls Borba (1963) e Freyre (1967) identificaram, em algumas regiões do Brasil, o hábito de se privar as filhas e esposa em áreas mais isoladas da casa, para que não sejam vistas pelos estranhos. Por vezes, o quarto da filha tem entrada apenas do quarto dos pais. Nas residências mais humildes é comum, no entanto, que os filhos tenham que dividir um quarto. Silvestro et al. (2001) comenta que, muitas vezes, a baixa condição da família faz com que as portas internas tenham que ser substituídas por cortinas de pano, não propiciando privacidade aos seus moradores. “Estas condições são mais facilmente aceitas pelos pais, mas não pelos jovens, que se sentem constrangidos em receber visitas e, principalmente em receber em sua residência o namorado ou a namorada” (SILVESTRO et al., 2001, p.62).

A disposição das casas geralmente ocorre de forma que estejam voltadas às vias de acesso. Apesar do desejo de estar perto da via, o pesquisador identificou o hábito de se plantar árvores ao redor da casa, de modo a isolá-la do vento ou mesmo da vista dos estranhos, que anunciam sua chegada batendo palmas.

3.1.1.3 A função de depósito

De acordo com Falls Borba (1963), não se pode conceber uma habitação rural sem um espaço destinado a guardar ferramentas, sementes e utensílios, ou ainda estruturas que abriguem os animais e a aparelhagem. O autor aponta que o esquecimento desta função tem sido um fracasso nas campanhas de melhoramento

habitacional campesino em vários países. “A definição por completo da casa deve conceber e aceitar a realidade a ocupação agropecuária e a forma como essa expande-se à toda vida do campo” (FALLS BORBA, 1963, p.59)³¹.

As despensas no Brasil rural também podem ser vistas em forma de paiol e de porão. O paiol geralmente em uma estrutura a parte, e o porão ocupando o espaço entre o assoalho de madeira e o chão. Além de abrigar as ferramentas e as sementes, o porão também, quando alto, é costumeiramente usado para abrigar o carro de boi e outros utensílios agrícolas. Quando não há paiol ou porão, um dos quartos da habitação se converte nele, sendo este a dispensa (FALLS BORBA, 1963). Silvestro et al. (2001) notou que muitas vezes, devido à ausência de instalações para depósito na propriedade, as pessoas dividem espaço com os produtos agrícolas, armazenados temporariamente no interior da casa (ver figura 5).

Figura 4. Casa no município de Rancho Queimado.



Fonte: Habitarq 2013.

Na região da serra no Rio Grande do Sul, o autor verificou a predominância dos porões de pedra onde se guardam as ferramentas para o plantio da uva e os barris de armazenamento do vinho. Entre os plantadores do tabaco também se construía um galpão para secagem das folhas. Os galpões também são comuns para secagem do cacau entre os produtores da Bahia. Em diversas regiões, percebe-se também os

³¹ La definición integral de esta vivienda debe comprender y aceptar la realidad de la ocupación agropecuaria y la forma como ésta satura toda la vida del campo. (p.59).

armazéns para produção e armazenamento da farinha. Entre os seringueiros do Amazonas é também comum que o barracão que serve de depósito dos alimentos seja o mesmo espaço que abriga os empregados da produção (FALLS BORBA, 1963).

3.1.1.4 Saúde, subsistência e outros aspectos da habitação.

Ao tratar de saúde e subsistência, Falls Borba relata um pouco do saneamento e do abastecimento de água das habitações rurais. A água, é em geral de fácil obtenção, tendo em vista a abundância de rios e córregos no território, no entanto, na época em que a pesquisa do mesmo autor foi realizada, o transporte da água até as residências ainda era um desafio. De acordo com o censo do IBGE de 1950, apenas 1,4% dos domicílios rurais tinham água encanada, a maioria das residências era abastecida por uma fonte ou um ponto de coleta junto ao rio ou córrego, fazendo com que a família tivesse que se deslocar para captação da água. Em algumas residências, os moradores providenciaram canaletas feitas com bambu ou troncos de embaúba como forma de transporte da água até em casa.

Os banhos, geralmente, aconteciam em banheiros de madeira com latrinas ou ainda em poços e riachos; o mesmo ocorre em relação a lavagem das roupas. No período de realização da pesquisa de Falls Borba, poucos camponeses possuíam instalações sanitárias em casa, e o mesmo poderia ser dito em relação à energia elétrica. De acordo com o autor, as condições higiênicas das propriedades deixavam muito a desejar, embora as casas fossem mantidas limpas, a ausência de tratamento do esgoto ocasionava a poluição da água, a mesma muitas vezes utilizada para o consumo. A ventilação e insolação foram constatadas como um aspecto positivo, já que, a maioria das casas possuía janelas grandes e as casas eram em geral isoladas das demais construções da propriedade.

Além das funções primárias, elencadas por Falls Borba, o autor ainda apresenta funções complementares da habitação rural, sendo estas as funções religiosa, estética, de trabalho, de lazer e a educativa. Sobre a influência da religiosidade, Falls Borba (1963) relata o adorno das casas com artigos religiosos e místicos como terços, imagens de santos, cruzes nas paredes e ainda plantas de proteção. Em relação à função estética, observaram-se jardins bem cuidados e o tratamento especial da fachada da casa, em geral pintada, mesmo que as outras

paredes não tivessem o mesmo tratamento. As casas eram geralmente simétricas e havia cuidado em relação ao alinhamento e proporção das aberturas. Em algumas casas havia identificação da propriedade com o nome ou as iniciais do dono.

O autor constatou que as casas campesinas também eram utilizadas como local de trabalho, isso quando não dividiam espaço com o local de trabalho. Era comum que uma parte da casa fosse utilizada como paiol ou despensa, ou que as varandas fossem utilizadas como área de serviço, abrigando o tanque e os varais para secagem das roupas. Ainda hoje, não é estranho que se utilize a varanda como espaço para os refrigeradores de carne e leite, já que os mesmos não cabem dentro das residências devido ao seu tamanho ou ainda devido ao tamanho das aberturas.

As casas, em geral, não possuíam um espaço destinado para lazer ou para estudos. As crianças geralmente utilizavam a mesa da cozinha para fazer as tarefas escolares. Quanto ao lazer, se ocupava o paiol (quando limpo), a garagem da charrete, o porão, ou mesmo a cozinha da casa para as confraternizações. O espaço de confraternização poderia ainda se estender para o pátio da casa, contando com a sombra das árvores em caso de recepções maiores.

Falls Borba (1963) constatou que, muitas vezes o crescimento da família não era previsto no projeto da casa. Geralmente quando se forma um novo casal, este depende da construção de uma nova casa para permanecer no campo. Esta é também uma das razões, pela qual, muitos casais jovens buscam condições de vida nas cidades. Há, ainda, a questão da posse, os meeiros, agregados, colonos, vaqueiros e empregados em geral, não se interessam em cuidar de casas que não suas, tão pouco efetuar melhorias. É evidente que, não se pode fazer uma boa casa onde não há a expectativa e condições de permanência. Se não há a expectativa de permanecer, se perde o interesse em cuidá-la (FALLS BORBA, 1963).

Outra reflexão de Falls Borba é de que as casas rurais não se tornam obsoletas como as urbanas, suas formas e o uso dos materiais são transmitidas de geração a geração. Não só baseando-se na matéria prima local, as técnicas construtivas dos camponeses também se limitam à mão de obra local. As variações percebidas são geralmente atreladas à adaptação ao clima e às trocas de conhecimento entre culturas. No Sul, por exemplo, os imigrantes italianos, poloneses e alemães trouxeram o conhecimento de técnicas construtivas da Europa. Ao chegar adotaram as técnicas

caboclas como forma de construir um abrigo emergencial, mais tarde com o aumento dos recursos passaram a executar habitações melhores com técnicas que herdaram de sua cultura mãe, é o caso do enxaimel, dos porões de pedra, entre outros. Em síntese, cada região apresenta sua própria forma para resolver o problema da habitação popular.

São também relevantes ao estudo da habitação rural, outros aspectos que se tornaram reais nas últimas décadas, como a expansão da energia elétrica, os investimentos na agricultura familiar entre outros. É importante constar que desde o início do século XXI, o campo passou por diversas transformações que, de forma direta ou indiretamente repercutiram na qualidade da habitação. Uma série de programas governamentais ganhou força na primeira década do século XXI, e pela primeira vez demonstrou um investimento estatal na vida dos camponeses. O programa Luz para Todos, como exemplo, foi criado pelo Governo Federal em 2003, no início do governo Lula, para fornecer energia elétrica para pessoas do meio rural. De acordo com Maricato (2011), o programa que inicialmente teria vigência até 2008, ganhou extensão de dois anos, e até abril de 2010 já haviam sido efetuadas mais de 2,34 milhões de ligações elétricas, beneficiando 11,5 milhões de pessoas.

Além disso, houveram outros programas que melhoraram a renda dos agricultores, de certa forma, permitiram melhorias na habitação. Entre eles podem ser citados o Pronaf e a Lei da Alimentação escolar (ambos lançados pelo Governo Federal). De acordo com Maricato, “de 2003 a 2004, o Pronaf financiou R\$4,49 bilhões de reais, o que representou uma evolução de 109% em relação ao período de 1999 e 2000. De 2007 a 2008, após aumentos sucessivos, o programa financiou R\$9 bilhões. Os juros previstos para tais empréstimos foram os mais baixos do mercado para o setor” (MARICATO, 2011, p.46). Não menos importante, a Lei da Alimentação escolar, de 2009, passou a obrigar os municípios a destinar 30% dos recursos da merenda escolar para compra de produtos da agricultura familiar, facilitando a comercialização do produto dos pequenos agricultores.

3.2 POLÍTICAS HABITACIONAIS PARA O MEIO RURAL

Uma política voltada para a habitação rural no Brasil nunca esteve entre as prioridades do governo. Da mesma maneira, entende-se que uma política habitacional

para o campo não pode ser elaborada isoladamente, sem que se considere o desenvolvimento territorial como um todo. Os programas habitacionais devem-se aliar a políticas fundiárias, de saneamento ambiental, de geração de trabalho e renda (SILVA, 2014). Embora tenha aparecido diversas vezes nos discursos de governos e na legislação do país, a história do crédito para habitação rural no Brasil é uma história recente, somente em 2003 uma Política Nacional para Habitação Rural foi instituída, o que anos mais tarde originaria o PNHR.

O primeiro alicerce legal da habitação camponesa no país foi estabelecido na constituição de 1934, onde de acordo com o Inciso 4 do Artigo 121 define-se que “O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas (BRASIL, 1934). Anos mais tarde, o Estatuto da Terra de 1964, além de regular as obrigações do governo para fins de reforma agrária e a promoção de uma política agrícola, menciona uma preocupação do governo em assistência técnica, que além de outros objetivos pudesse promover “ a elevação do nível sanitário, através de serviços próprios de saúde e saneamento rural, melhoria de habitação e de capacitação de lavradores e criadores, bem como de suas famílias” (Brasil, 1964, Artigo 75, parágrafo 4).

O Governo de Figueiredo (1979-1985) lançou diversos decretos relativos a política fundiária que incluíam projeto e construção de moradias para o trabalhador rural, envolvendo inclusive recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), entretanto, estes decretos foram na maioria revogados, não se tendo notícias de sua aplicação (ARRUDA, 2007 apud LENZI, 2016). Anos mais tarde, no governo de Itamar Franco (1992-1995), é aprovado através da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 o crédito instalação para assentados da reforma agrária. Esse benefício, parcialmente subsidiado pelo governo e operacionalizado pelo Incra, foi um dos primeiros investimentos do governo na habitação rural, embora sendo limitado aos agricultores assentados.

Para as famílias de trabalhadores rurais não beneficiados pelo crédito instalação, o primeiro programa de habitação surge em 2002 com o Programa de subsídio à Habitação de Interesse Social Rural (PSH Rural), que teve origem no Rio

Grande do Sul, no governo de Olívio Dutra. Em 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República e Olívio Dutra conduzindo o Ministério das Cidades, o PSH Rural ganhou abrangência nacional. Nesse ano, é instituída no Brasil, uma Política Nacional de Habitação (PNH), apoiada num Sistema Nacional de Habitação (SILVA, 2014; LENZI, 2016).

O Sistema Nacional de Habitação subdividia-se na habitação de interesse social e na habitação de mercado, com fontes de renda distintas e destinadas a diferentes faixas de renda. Um dos instrumentos principais do Sistema Nacional de Habitação de Interesse social (SHNIS), criado pela Lei 11.124/05 foi a criação de conselhos no âmbito dos Estados e Municípios, com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais. O Plano Nacional de Habitação, trazia consigo o planejamento estratégico de longo prazo, considerando a diversidade da questão habitacional entre regiões (SILVA, 2014). No entanto, antes que ganhasse vigor, o Governo Federal lançou em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com um subprograma que concentraria todas as ações do governo federal relativas à habitação rural, tratava-se do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) que passaria a ser operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Bolter (2013) salienta que, no momento de criação do Plano Nacional de Habitação, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e o Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA, passaram a dialogar diretamente com o Ministério das Cidades, podendo assim contribuir para implementação da programa em nível nacional. Anos mais tarde, em 2005, foi estabelecido o PSH Rural através do Ministério das Cidades. O programa oferecia uma quantia de R\$7.500,00 para cada família, dos quais R\$4500,00 eram subsidiados pelo OGU e 3000 financiados através do FGTS. Para acessar ao programa os agricultores familiares deveriam se organizar em entidades sem fins lucrativos, nesta ocasião diversas entidades surgiram no Brasil e 9410 famílias tiveram acesso ao benefício.

O Plano Nacional de Habitação (PlanHab) visava estabelecer metas de médio e longo prazo, linhas de financiamento, programas de provisão, urbanização e modernização da produção habitacional a serem implementados de acordo com as prioridades regionais (BRASIL, 2009). Com planejamento estratégico de longo prazo, o plano gestado por dois anos considerava a diversidade da questão habitacional

entre regiões. Suas estratégias se estruturavam em ações simultâneas em quatro eixos: a) financiamentos e subsídios; b) arranjos institucionais; c) cadeia construtiva da construção civil; d) estratégias urbano-fundiárias (BONDUKI, 2009). Dessa forma, o plano estabeleceu diretrizes para a gestão das cidades, apontou mecanismos para baratear a construção e facilitar o acesso ao crédito, ressaltando a necessidade de subsidiar a moradia para baixa renda. Além disso, lançou questões importantes como a adaptação das linhas de financiamento à realidade rural com destaque aquelas voltadas à melhoria dos imóveis. Entre estas melhorias, unidades sanitárias, melhorias no sistema de esgotamento sanitário, abastecimento de água, abastecimento de energia elétrica e produção por autogestão das unidades habitacionais rurais (BONDUKI, 2009).

3.2.1 O programa Minha Casa Minha Vida e suas repercussões na habitação para famílias de baixa renda

Em 2009, antes da efetivação do PlanHab é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Como meta inicial, o PMCMV previa a construção de um milhão de moradias urbanas e rurais para famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM) em parceria com as esferas estaduais e municipais, bem como a iniciativa privada, num investimento de R\$34 bilhões, podendo reduzir em 14 % o déficit habitacional do país (IPEA, 2011). Em sua segunda versão, até 2014, mais dois milhões de moradias deveriam ser construídas. Segundo Bonduki (2009), o pacote habitacional do PMCMV teve origem em 2008, com a crise econômica que afetou negativamente o setor imobiliário brasileiro. O programa surge, então, como uma ação emergencial anticíclica de apoio ao setor privado, dinamizando a construção civil e evitando o desemprego. Dentro deste, um subprograma que passaria a concentrar todas as ações de provisão de moradia rural do governo federal, o PNHR.

Tabela 2. Contratação por faixa de renda e modalidade no MCMV 1.

Renda (SM)	Meta (UH)	Modalidade de contratação	Contratos (UH)	%
0 a 3	400.000	Repasse para Construtoras	401.407	40,23
		Subsídio pelo FGTS	88.580	8,81
		Oferta Pública em cidades com até 50 mil hab.	63.772	6,34
		Repasse para entidades organizadoras (FDS)	9.395	0,93
		Repasse para o PNHR	5.167	0,51
		Subtotal	571.321	56,84
3 a 6	400.000	Financiamento pelo FGTS	284.772	28,33
6 a 10	200.000	Financiamento pelo FGTS	149.035	14,83
		Total:	1.005.128	100,00

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Bavarelli (2014).

O pacote habitacional do PMCMV surgiu com uma meta e investimentos nunca antes vistos (BONDUKI, 2009). É fato, que estas metas impulsionaram o mercado imobiliário, porém, trouxeram um montante de subsídios para população de baixa renda. A Tabela 2, apresentada acima, demonstra o montante de recursos do PMCMV em sua primeira versão para cada uma das modalidades de contratação. É importante observar a quantidade de 0,93%, destinada às entidades organizadoras urbanas, e o repasse de 0,51 % para a habitação rural. Juntos, estes repasses somam quase 1,5% dos recursos totais do programa, subsidiados pelo Orçamento Geral da União- OGU, e destinados as famílias de baixa renda.

O montante de recurso subsidiado do PMCMV foi de 1,5% dos recursos totais do programa, incluindo aqui entidades urbanas e rurais (BAVARELLI, 2014). Desse montante, o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) ocupou 0,51% do orçamento total do programa. Em um primeiro olhar, a parcela parece pequena, contudo, o benefício pode ser acessado por 172.273 famílias no país (ver Tabela 3). Se comparada a quantidade de beneficiários do programa ao número de estabelecimentos da agricultura familiar no país, verifica-se que 3,94% das famílias de agricultores familiares tiveram acesso aos recursos.

Tabela 3. Produção Nacional do PNHR por fases do PMCMV até dezembro de 2016.

U.T.	GRUPO	UNIDADES					
		total		construções		reformas	
1ª fase 2009 – 2011	GI	17.430	91,50%	17.253	95,51%	177	17,99%
	GII	1.600	8,40%	796	4,41%	804	81,71%
	GIII	19	0,10%	16	0,09%	3	0,30%
	TOTAL	19.049		18.065		984	
2ª fase 2012 - mar 2016	GI	134.385	98,72%	128.925	99,68%	5.460	80,55%
	GII	1.672	1,23%	358	0,28%	1.314	19,39%
	GIII	64	0,05%	60	0,05%	4	0,06%
	TOTAL	136.121		129.343		6.778	
3ª fase mar 2016 - dez 2016	GI	17.103	100,00%	16285	100,00%	818	100,00%
	GII	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	GIII	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	TOTAL	17.103		16.285		818	
TOTAL		172.273		163.693	95,02%	8.580	4,98%

Fonte: Lenzi (2017) a partir de CEF (2016).

3.3 O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL

Criado pelo governo federal em 2009, através da Lei Federal 11.977/2009, o Programa Nacional de Habitação Rural, surgiu com a fundição do PlanHab ao PMCMV, visando possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e as comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente (CEF, 2018).

Destinado a agricultores familiares com renda anual inferior a R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais)³², consideravam-se beneficiários pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais. Para participar, as famílias deveriam ser ordenadas em grupos de no mínimo quatro e no máximo cinquenta

³² O equivalente a 9,5 salários mínimos por mês (Salário base para 2013: R\$678,00).

famílias. Esse processo deveria ser realizado por uma entidade organizadora (EO) sem fins lucrativos, como o poder público, uma cooperativa ou um sindicato, entre outros.

No Brasil, 3,94% da população rural teve acesso ao PNHR, totalizando 172.273 famílias beneficiadas. Apesar da região nordeste do país ser recordista no número de famílias beneficiadas, o Estado de Santa Catarina teve o maior índice de adesão de agricultores quando comparado o número de unidades construídas com o número de estabelecimentos da agricultura familiar. No total, 8,84% dos estabelecimentos da agricultura familiar foram beneficiados pelo o PNHR em todo o estado (ver Tabela 4).

A Tabela 5 mostra um pouco da dinâmica do PNHR. Direcionando-nos ao Grupo I, na tabela, podemos observar o valor de R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil reais) destinado à todas as regiões do país, exceto à região Norte, onde há um acréscimo no valor devido as dificuldades para transporte de materiais. Deve ser ainda acrescentado, que este é o valor atualizado dos recursos no ano de 2016. No ano de 2013, e no município ao qual este estudo é proposto, Rancho Queimado, o valor repassado para cada família foi de R\$28.500 (vinte e oito mil e quinhentos reais), tendo igualmente 96% do valor subsidiado pelo OGU.

A segunda fase do PMCMV, e por consequência do PNHR, trouxe uma quantidade maior de recursos em comparação com a primeira fase (ver Tabela 3 e Gráfico 3), foi neste momento que houve o maior número de construções no país e também em Santa Catarina. No geral, em todas as fases do PNHR o número de construções excedeu significativamente o número de reformas, acredita-se que pelo fato de as reformas possuírem especificidades mais difíceis de serem generalizadas a todos os beneficiários de uma entidade organizadora, ao contrário das construções geralmente baseadas em um projeto arquitetônico padrão (LENZI, 2016).

Tabela 4. Distribuição dos Recursos do PNHR entre 2010 e 2016

REGIÃO	UF	Unidades PNHR (a)	Estab. da agricultura familiar (b)	a/b
BRASIL		172.273	4.367.902	3,94%
		21.358	413.101	5,17%
NORTE	Rondônia	7.000	75.251	9,30%
	Acre	1.111	25.187	4,41%
	Amazonas	3.995	61.843	6,46%
	Roraima	583	8.908	6,54%
	Pará	7.904	196.150	4,03%
	Amapá	387	2.863	13,52%
	Tocantins	378	42.899	0,88%
		68.324	2.187.295	3,12%
NORDESTE	Maranhão	18.808	262.089	7,18%
	Piauí	7.703	220.757	3,49%
	Ceará	4.311	341.510	1,26%
	Rio Gde do Norte	4.598	71.210	6,46%
	Paraíba	2.794	148.077	1,89%
	Pernambuco	7.016	275.740	2,54%
	Alagoas	2.370	111.751	2,12%
	Sergipe	12.426	90.330	13,76%
	Bahia	8.298	665.831	1,25%
		23.640	699.978	3,38%
SUDESTE	Minas Gerais	15.465	437.415	3,54%
	Espírito Santo	3.390	67.403	5,03%
	Rio de Janeiro	207	44.145	0,47%
	São Paulo	4.578	151.015	3,03%
		51.638	849.997	6,08%
SUL	Paraná	12.235	302.907	4,04%
	Santa Catarina	14.906	168.544	8,84%
	Rio Gde. do Sul	24.497	378.546	6,47%
CENTROESTE		7.313	220.531	3,32%
	Mato G. Sul	2.286	44.104	5,18%
	Mato Grosso	1039	86.167	1,21%
	Goiás	3.908	88.436	4,42%
	D.F.	80	1.824	4,39%

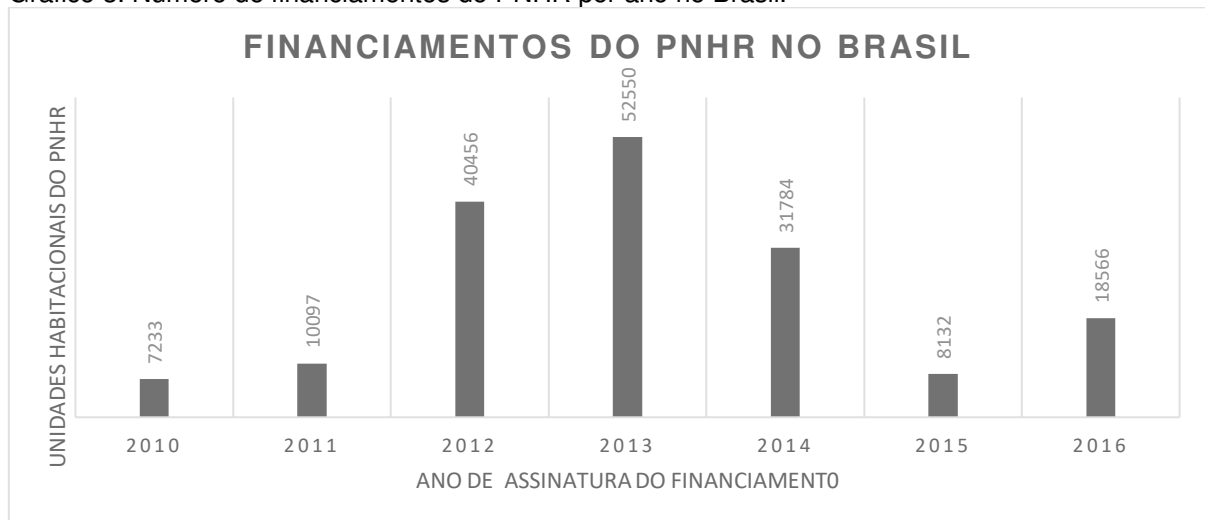
Fonte: LENZI (2016) a partir de IBGE (2006) e CEF (2016).

Tabela 5. Recursos do PNHR de acordo com as faixas de renda dos beneficiários.

Renda bruta familiar anual limite	Grupo I Até R\$17.000,00	Grupo II R\$17.000,00 a R\$33.000,00	Grupo III R\$33.000,00 a R\$78.000,00
Recurso para edificação ou reforma			
Região	NE,SE,CO e S	Norte	Todas as Regiões
Construção	R\$34.200,00 ³³	R\$36.600,00	Todas as regiões
Reforma	R\$20.700,00	R\$22.100,00	Não há
Subsídios e financiamentos			
Recursos destinados à Entidade Organizadora	R\$1.000,00 Assistência Técnica + R\$700,00 Trabalho Social	R\$1.000,00 Assistência Técnica + R\$700,00 Trabalho Social	Não há
Propostas	Via Entidade Organizadora (EO)	Via EO	Via EO ou individual.
Contrapartida do beneficiário	4% do valor do recurso, sem taxa e sem atualização monetária, carência de 1 ano.	Não há informações	Não há informações
Prestações e taxas.	Quatro parcelas anuais sem taxas de juros.	Não há informações	Não há informações
Prazo de amortização	4 anos	Não há informações	Não há informações
Fonte de Recurso:			
	OGU	FGTS	FGTS

Fonte: Elaboração do autor a partir de Lenzi (2017) e Brasil (2016).

Gráfico 3. Número de financiamentos do PNHR por ano no Brasil.



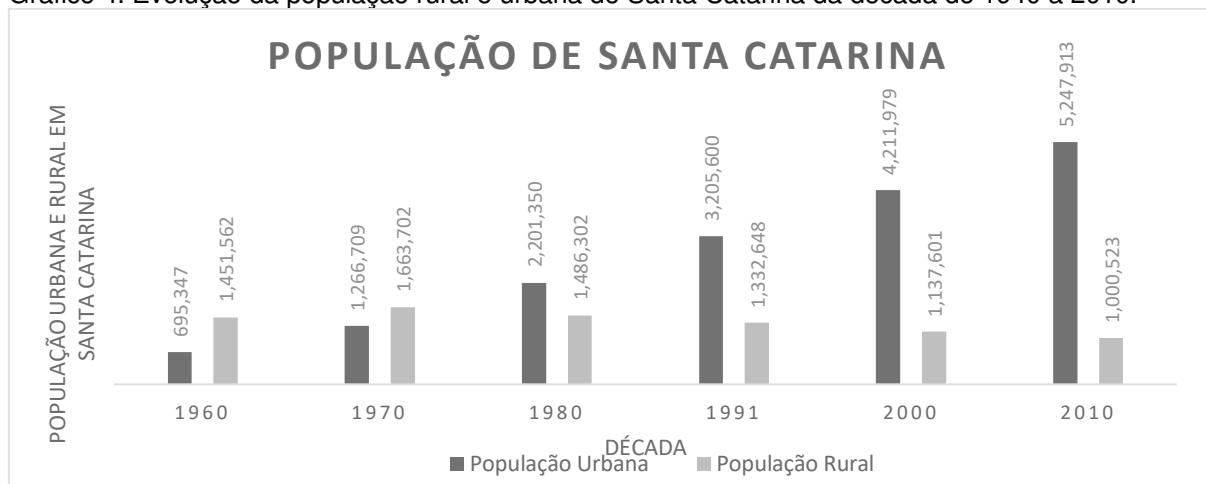
Fonte: Autor a partir de CEF (2016).

³³ O Valor de R\$34.200,00 foi atualizado de acordo com a portaria interministerial 97 de 30 de março de 2016. No ano de 2013, no município de Rancho Queimado os beneficiários receberam a quantia de R\$28.500,00.

3.3.1 Os desdobramentos do PNHR em Santa Catarina

Da mesma maneira que o Brasil teve uma diminuição na sua população rural na segunda metade do século XX, Santa Catarina apresentou o mesmo efeito (ver Gráfico 4). Enquanto a população urbana aumentou significativamente, a população rural vem diminuindo desde a década de oitenta. Atualmente 16,1% da população no estado vive em áreas rurais, enquanto 84,9% vive no perímetro urbano dos municípios. Dentre a população rural, há uma predominância de agricultores familiares, que representam cerca de 87% da população rural (IBGE, 2017).

Gráfico 4. Evolução da população rural e urbana de Santa Catarina da década de 1940 à 2010.



Fonte: elaboração do autor a partir de IBGE (2010).

A causa do crescimento das populações urbanas e consequente diminuição da população rural em Santa Catarina é o movimento migratório para as cidades. De acordo com Wanderley (2011), nas últimas décadas do século XX, é importante destacar o fortalecimento dos centros urbanos, com os investimentos estatais nas indústrias. Além disso, os investimentos na modernização agrícola deixaram de lado a questão fundiária, fortalecendo ainda mais a concentração de terras. Estas questões dariam impulso à migração do campo para as cidades, que já vinha ocorrendo desde o início da segunda metade do século.

Peluso Junior (1991) explica que estas migrações, se deram como continuidade às que se processaram nas colônias dos imigrantes europeus. Quando as novas gerações que sucederam os colonos necessitaram de terras. Se a família não detinha

terras suficiente para que fosse dividida entre os filhos, os novos agricultores migravam para outras regiões (no caso de Santa Catarina houve uma significativa migração para o Paraná), outra parte desta população terminava por migrar para os centros urbanos.

De acordo com o autor na metade do século XX, o território rural de Santa Catarina abrigava um número maior de famílias do que o a terra podia abrigar com a agricultura primitiva que era praticada. Para o autor “*a causa básica do mal que atinge a rede urbana está no atraso da agricultura que origina e incentiva as migrações. É a baixa produtividade agrícola, decorrente do emprego do sistema de rotação de terras em áreas reduzidas, que força ao agricultor, o abandono das terras*” (PELUSO JUNIOR, 1991, p.33). Ao mesmo tempo, a integração e fortalecimento da rede urbana em Santa Catarina também teve sua importância para que agricultores fossem atraídos para o campo. Um dos fatores que contribuiu para este fortalecimento foi o sistema rodoviário, em especial o surgimento da BR 282 que liga o extremo oeste catarinense a Florianópolis.

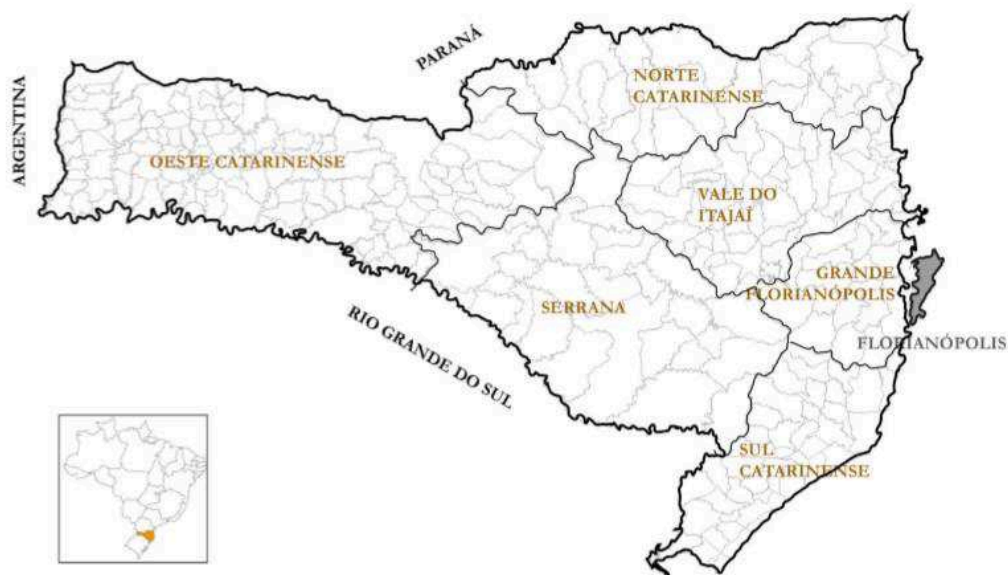
Outro fator importante para a presente pesquisa, é predominância de agricultores familiares no estado. Como recém citado, 87% da população rural do estado se enquadra na Lei da Agricultura familiar. Peluso Junior (1991) explica o surgimento dessa população como fruto da tendência ao minifúndio no estado. O autor, fazendo uma estudo sobre os estabelecimentos rurais do estado, nas décadas de 20, 40 e 50, chegou à conclusão de que o número de estabelecimentos crescia de forma mais acelerada do que o tamanho dos mesmos. O fenômeno demonstra que o território do estado foi dividido e subdividido pelos colonos e seus descendentes, popularizando a existência de famílias camponesas por todo estado e direcionando a população excedente aos centros urbanos. Conforme o autor:

“A população de origem alemã e italiana, que na primeira metade do século em curso reagiu, através da emigração, contra a subdivisão da propriedade, vem mostrando, nesta segunda metade do século, tendência a procurar, em vez de regiões pioneiras, a aproximação das cidades (PELUSO JUNIOR, 1991, p.236)

A predominância da pequena propriedade é generalizada em todas as regiões de Santa Catarina, diferente de outros estados onde predomina o latifúndio. A Tabela 7 demonstra este fenômeno ao apresentar a porcentagem de agricultores familiares

dentre o total de estabelecimentos agropecuários em cada região do estado de Santa Catarina. É importante notar o elevado número de agricultores familiares na mesorregião oeste do estado, que por sua vez, abriga quase dois terços do total de famílias do estado. Como veremos no decorrer deste capítulo, a Região Oeste também abriga os maiores índices de agricultores participantes no Programa Nacional de Habitação Rural.

Mapa 2. Localização das mesorregiões no estado de Santa Catarina.



Fonte: LENZI (2016) com base em IBGE (2010).

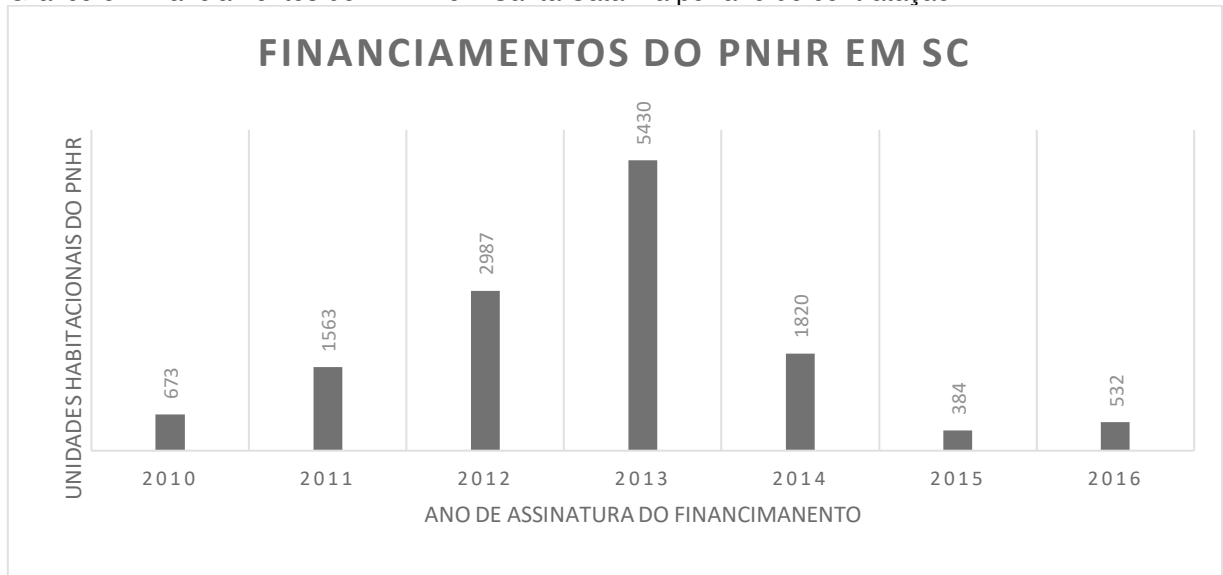
Tabela 6. Estabelecimentos enquadrados na Lei 11.326/2006 como da agricultura familiar.

	Estabelecimentos da agricultura familiar	% em total de estabelecimentos agropecuários	Área (ha)	Tamanho médio (há)
Santa Catarina	168.544	87%	1.645.088	15,7
Grande Florianópolis	9.750	86,7%	139.734	14,3
Norte Catarinense	20.361	85,9%	294.840	14,4
Oeste Catarinense	73.476	89,5%	1.183.213	16,1
Serrana	16.043	75,6%	323.485	20,1
Sul Catarinense	24.005	88,4%	321.684	13,4
Vale do Itajaí	24.909	88,4%	382.131	15,3

Fonte: LENZI (2016) com base em IBGE (2010).

Como já citado, o estado de Santa Catarina teve uma proporção recordista, onde 8,84% dos agricultores familiares acessaram os recursos do PNHR³⁴, totalizando 13.389 famílias. Importante acrescentar, que a maior parte dos contratos foram assinados no ano de 2013, quando um total de 6.115 beneficiários acessaram o recurso, cerca de 41% da produção total do programa no estado. Em parte, este sucesso do programa no estado, é consequência da forte presença de organizações sindicais e cooperativas no interior do estado, já que os recursos do PNHR só puderam ser acessados através de entidades organizadoras sem fins lucrativos.

Gráfico 5. Financiamentos do PNHR em Santa Catarina por ano de contratação.



Fonte: Elaboração do autor a partir de CEF (2016).

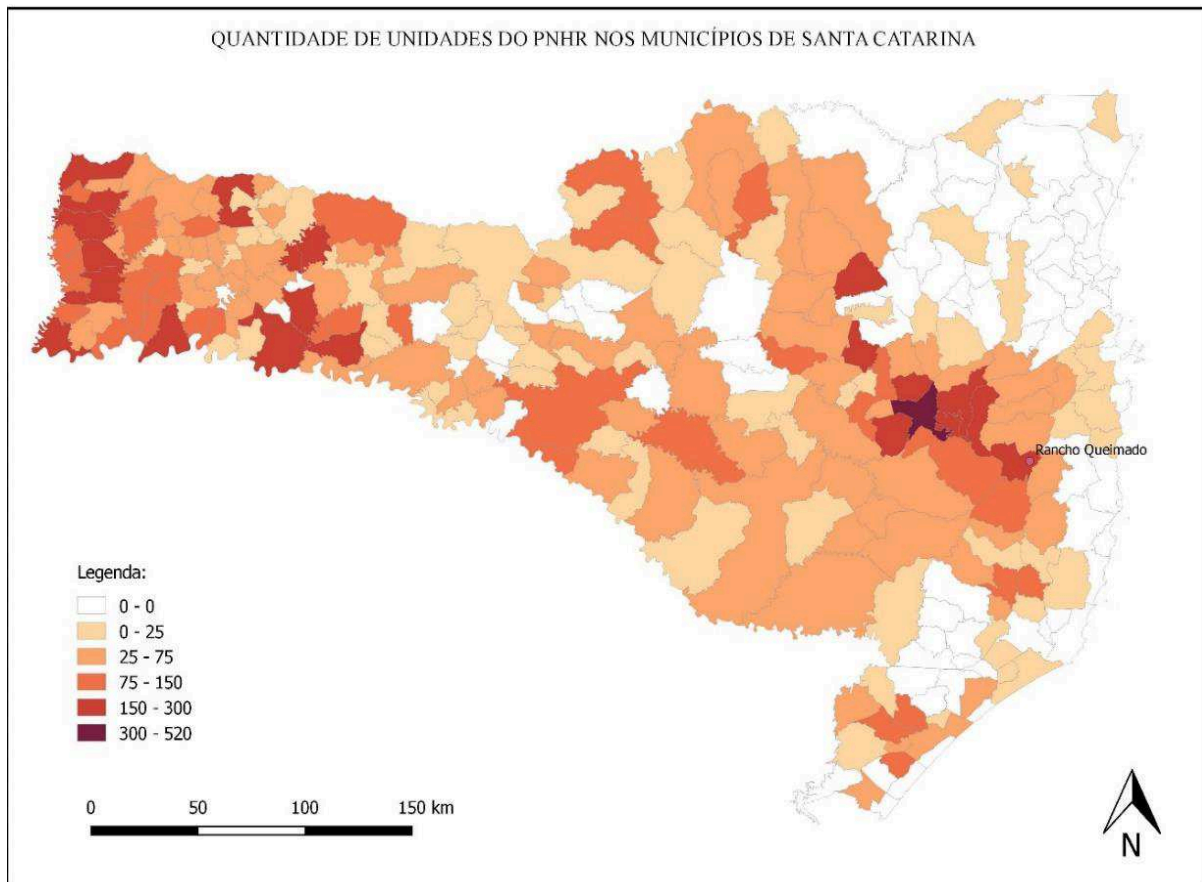
O PNHR, não só merece destaque como um programa voltado à habitação rural, como por ter atingido a população mais pobre do campo. De acordo com a CEF (2016), do total de contratos realizados, 98% se enquadraram no grupo de acesso G1, destinado às famílias com renda de até R\$17.000,00 por ano. Comprovada sua renda, atividade rural e ligados à uma entidade organizadora, os pequenos agricultores puderam acessar um valor de até R\$34.200,00 dos quais 96% foram subsidiados pelo OGU, podendo pagar em até dezesseis parcelas distribuídas ao longo de quatro anos a contrapartida de 4% do valor total que devia à Caixa Econômica Federal.

Os dados da Caixa Econômica Federal demonstram ainda que, 54% dos financiamentos do Minha Casa Minha Vida Rural em Santa Catarina ficaram

³⁴ LENZI (2017) com base em IBGE (2006) e CEF (2016).

concentrados na mesorregião oeste. Como veremos adiante, em alguns municípios, o número de famílias de agricultores beneficiados chegou próximo dos 50% de suas populações rurais³⁵ (ver Mapas 3 e 4). Estes índices apontam para grandes modificações na realidade socioeconômica dos pequenos municípios, e desta maneira, alimentam nossa hipótese que, os recursos subsidiados pelo governo para habitação foram fundamentais na permanência de famílias de agricultores no campo.

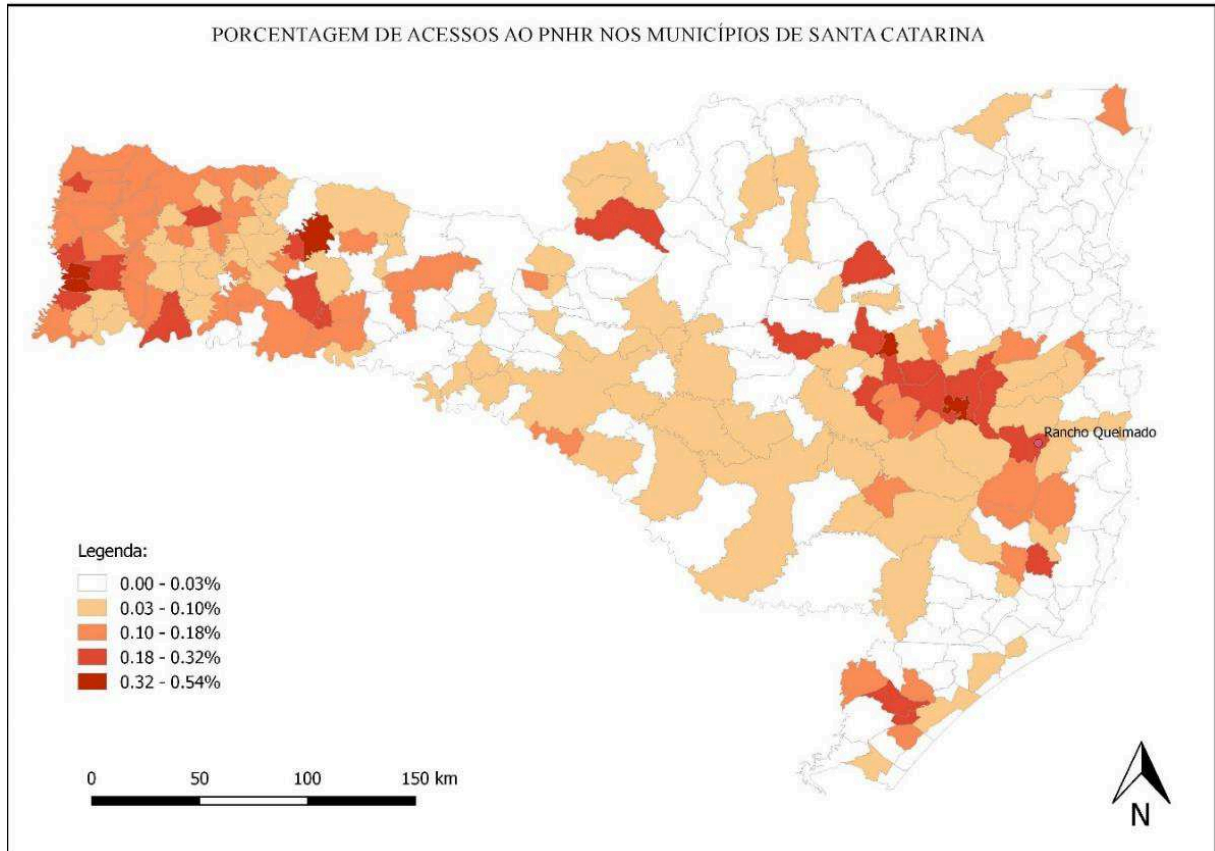
Mapa 3. Quantidade de unidades habitacionais do PNHR nos municípios de Santa Catarina.



Fonte: Elaboração do autor a partir de CEF (2016).

³⁵ Porcentagem extraída através da relação de beneficiários listados pela Caixa Econômica Federal com o número total de unidades agrícolas nos municípios de Santa Catarina, conforme demonstra a figura 10.

Mapa 4. Porcentagem de acessos ao PNRH nos municípios de Santa Catarina.



Fonte: Elaboração do autor a partir de dados da CEF (2016) e IBGE (2017).

Entre os municípios com contratos do PNRH pode-se dizer que houve duas regiões que se destacaram pela quantidade de contratações, sendo elas a mesorregião oeste do estado e o Vale do Itajaí. Estas regiões também se destacam por abrigar o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar e o maior índice (porcentagem) de adesão ao PNRH, onde alguns municípios tiveram quase metade das suas unidades agrícolas beneficiadas pelo programa. Além da hipótese de que esse significativo investimento pode ter impactado na permanência de famílias no campo, é também possível sugerir que tenham gerado significativa movimentação na economia dos pequenos municípios, em termos de mão de obra, compra de materiais de construção no comércio local, novos bens de consumo entre outros.

Nosso local de estudo, o município de Rancho Queimado, localizado a 65km da capital do estado Florianópolis, teve aproximadamente um terço das unidades agrícolas beneficiadas pelo PNRH. O município teve seus empreendimentos mediados pela entidade HABITARQ (Associação Habitacional do Município de Rancho Queimado), que abrange também seus municípios vizinhos. A HABITARQ

surgiu da necessidade do município de se adequar a estrutura institucional que previa o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)³⁶ antes da criação do PMCMV, no entanto permaneceu mobilizada por dois profissionais, que conhecendo a realidade do município, a transformaram em entidade organizadora.

Os beneficiários do PNHR em Rancho Queimado, são agricultores familiares, produtores de frutas, hortaliças, embutidos entre outros alimentos para consumo, mas há no local, uma predominância de produtores de morango. Como o município está localizado próximo à capital do estado, grande parte da produção é escoada para Florianópolis e sua região metropolitana. Rancho Queimado apresenta ainda outra característica ímpar aos demais municípios onde o PNHR repercutiu, suas áreas rurais são especuladas para construção de condomínios fechados. Macari (2009) identificou que o fenômeno tem dificultado o acesso à terra pelos pequenos agricultores, devido a sua valorização. É importante salientar, que são agricultores de baixa renda, como sugere o programa e que em geral possuíam pequenas propriedades e casas precárias; agricultores que dificilmente teriam condições de construir uma casa de outra forma que não através do PNHR.

³⁶ O SNHIS instituído pela Lei 11.124/05 exigia que os estados e municípios se organizassem através de conselhos e planos municipais de habitação para ter acesso aos recursos do PNH.

4 A REPERCUSSÃO DO PNHR NA VIDA DOS PEQUENOS AGRICULTORES DE RANCHO QUEIMADO

O capítulo aborda a pesquisa realizada no município de Rancho Queimado. Inicialmente, é discutida a organização da pesquisa e os procedimentos adotados nas visitas às propriedades dos agricultores do município. Em seguida, apresenta-se quem são os agricultores familiares de Rancho Queimado e em que contexto estão inseridos.

Sendo um dos municípios com maiores índices de adesão ao PNHR em Santa Catarina, em Rancho Queimado aproximadamente 30% dos agricultores construíram a nova moradia através do programa no ano de 2013. A pesquisa se propôs então a entender este processo e seus desdobramentos. Ao longo dos relatos e das visitas às propriedades, buscamos uma resposta para a pergunta proposta: As casas construídas através do PNHR repercutiram na permanência dos agricultores no campo?

Buscando entender a construção habitacional, o texto abarca os relatos dos membros da HABITARQ, assim como os relatos do arquiteto que atuou junto à entidade organizadora. Dando corpo ao texto, é apresentada uma comparação das habitações dos agricultores familiares de Rancho Queimado antes do PNHR e agora, cinco anos após a construção das casas. Para tal, é utilizado um levantamento fotográfico do local e a sintetização das informações coletadas durante as visitas às propriedades, em especial, os depoimentos dos próprios agricultores.

4.1 A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Este texto apresenta uma pesquisa de natureza qualitativa, embora se faça uso de algumas análises quantitativas para caracterizar os participantes e quantificar parte das respostas. Sobre este arranjo de métodos, Moré (2005) considera que, "a utilização dos métodos combinados enriquece a leitura do fenômeno pesquisado, pois permite a aproximação mais acurada do tema em estudo em contextos complexos, na medida em que permite integrar diferentes perspectivas" (MORÉ, 2015, p.127).

Com o intuito de conhecer a repercussão do PNHR no município de Rancho Queimado, a pesquisa de campo foi organizada através de uma série de diálogos.

Sendo assim, o principal procedimento metodológico utilizado no levantamento de dados foi a entrevista. Há um consenso, entre estudiosos da pesquisa qualitativa, de que a entrevista é uma proposta de diálogo entre aquele que pesquisa e o entrevistado participante³⁷. Ao optar-se pelo método de pesquisa semiestruturada, construiu-se um roteiro de perguntas flexível, direcionado aos agricultores. Isso significa que, embora no roteiro as perguntas tenham sido organizadas em uma ordem escolhida pelo autor, a sua aplicação foi feita de maneira flexível. Frazer (2004) afirma que este método permite a realização de perguntas complementares, possibilitando entender melhor o fenômeno em pauta.

De acordo com Moré (2015):

Entende-se que a entrevista, seja ela em profundidade, seja semiestruturada, no contexto da pesquisa qualitativa, respeitando as devidas adequações para o contexto individual e grupal, junto à observação do participante de campo constituem-se nos dois principais instrumentos de coleta de dados, visto que permitem trazer à tona informações de ângulos diferentes tanto do contexto, como sobre o fenômeno investigado, o que permite a melhor compreensão e integralização dos dados quando da ocasião do seu processo de análise. Nesse sentido, considera-se a utilização de ambos (a entrevista e a observação) como uma combinação necessária, visando à melhor contextualização dos dados (MORÉ, 2015, p.128).

Para que se definisse a região a ser realizada a pesquisa de campo, houve, todavia, uma análise preliminar da repercussão do PNHR no estado de Santa Catarina. Sendo assim buscou-se analisar os dados da Caixa Econômica Federal em cada município do estado, mapeando-os e elencando quais foram as entidades responsáveis pela operacionalização do programa em cada localidade. Neste momento contou-se com a contribuição da pesquisa de LENZI (2017), recentemente publicada, sobre o PNHR em Santa Catarina³⁸. Também foi realizado contato e visita ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e contato com algumas entidades organizadoras.

³⁷ (OLABUENÁGA, 2009; TURATTO, 2008, STRAUSS & CORBIN, 2008; FLICK, 2004; PATTON, 2001 e MINAYO (2010) apud MORÉ, 2015)

³⁸ O trabalho de Lenzi (2016) investiga a Cooperaf enquanto entidade organizadora na articulação do PNHR em municípios de Santa Catarina. O trabalho permitiu uma compreensão maior da repercussão do programa no estado.

Ao longo deste processo, escolheu-se a HABITARQ como entidade organizadora a ser abordada. A escolha levou em conta, primeiramente, o alto índice de moradores que acessaram o crédito através da entidade. Além disso, foi considerada a proximidade com a capital do estado (de modo a facilitar os deslocamentos) e a disponibilidade dos responsáveis pela entidade em participar da pesquisa. O primeiro contato com a entidade foi realizado através da Prefeitura Municipal de Rancho Queimado, momento no qual, foi realizada uma entrevista prévia por telefone com duração de 30 minutos.

Após este contato inicial, foi marcada a primeira visita ao município de Rancho Queimado, realizada no dia 12 de dezembro de 2018 com os dois representantes e idealizadores da HABITARQ, Nazareno Floriano e Josenei Schiller. Na mesma oportunidade, realizou-se uma primeira visita ao interior do município e diálogo informal com moradores da zona rural. A partir desta primeira aproximação, montou-se um roteiro de entrevista a ser seguido no contato com os agricultores e foi agendada a primeira visita às propriedades no dia 16 de março de 2019.

Inicialmente se estabeleceu a meta de entrevistar 15 (quinze) famílias, mas ao final da entrevista, haviam sido entrevistadas 19 (dezenove). Diversos autores discutem sobre o número de participantes necessários para credibilidade de uma pesquisa qualitativa. Os estudos de Ghiglione & Malaton (1963), Rodrigues Filho et al. (2014) e Guest et al. (2006) apontam que 20 (vinte), 14 (quatorze) e 12 (doze) respectivamente, seria o número ideal de entrevistas para credibilidade de um estudo qualitativo em grupos homogêneos (MOREÉ, 2015). No entanto, o estudo realizado por Guest et al. (2006), por meio da análise criteriosa de dezenas de entrevistas, garantiu que as respostas atingiam o ponto de saturação a partir da décima segunda entrevista. De acordo com o autor, a partir da décima segunda entrevista, os dados obtidos já seriam seguros para tratar do tema em pauta com precisão, desde que, a pesquisa estivesse sendo aplicada em um grupo homogêneo de entrevistados, como é o caso dos agricultores em Rancho Queimado.

A partir da definição dos procedimentos utilizados, foi elaborado um roteiro de entrevista e aplicado o mesmo com 5 (cinco) famílias na comunidade de Taquaras e Rio Acima. A partir destas entrevistas, algumas adaptações foram feitas nos procedimentos adotados, sendo uma das principais adaptações, a não gravação dos relatos, já que se notou certo desconforto por parte dos agricultores. Dessa maneira,

optou-se por anotar os principais depoimentos e informações em formulários preparados individualmente para cada família. Para que fosse possível o registro por escrito das informações, contou-se com o auxílio de outro pesquisador, intercalando as perguntas para que houvesse tempo de anotar os relatos. Todos os entrevistados foram assegurados claramente sobre os objetivos da pesquisa e quais os fins do registro de seus depoimentos, também foi assegurado o anonimato no uso das respostas e das fotografias de suas propriedades.

Na segunda visita, realizada no dia 19 de março, foram visitadas 7 (sete) famílias na comunidade Mato Francês. As entrevistas foram realizadas com auxílio de outras duas pesquisadoras, sendo abordados moradores de diversas áreas da comunidade, já que na localidade há muitas construções da PNHR próximas umas das outras. Por fim, nos dias 06 de julho de 2019 foram visitadas outras 7 (sete) famílias das comunidades de Envernadinha e Rio Bonito, para que se pudessem obter informações de diferentes localidades de Rancho Queimado.

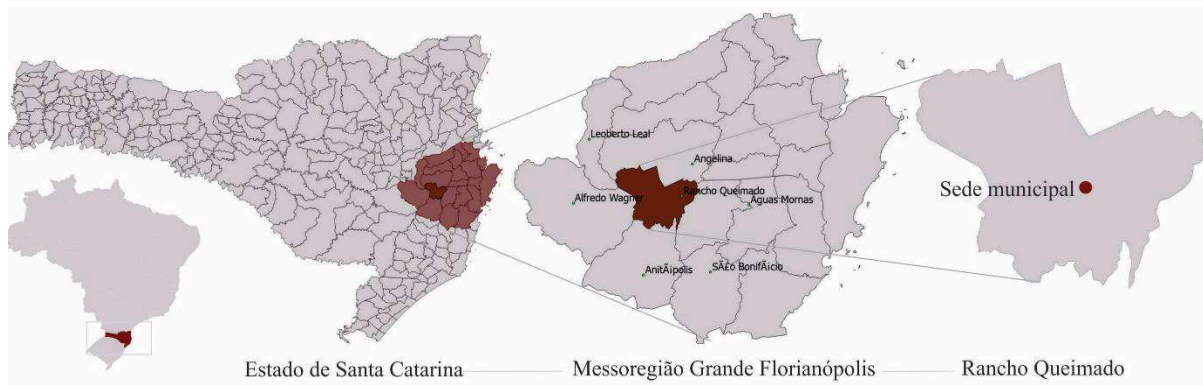
No total foram entrevistadas 19 famílias de agricultores, porém, foram visitadas cerca de 30 propriedades, sendo que em 11 os proprietários não foram encontrados. A entrevista foi realizada com homens e mulheres, proprietários de diversas faixas etárias e foram realizadas em sábados e feriados. Os agricultores foram inicialmente perguntados sobre a estrutura e origem de suas famílias, sobre sua experiência enquanto agricultor e sua produção. Na segunda metade da entrevista foram feitas perguntas sobre a antiga casa que habitavam e sobre a casa construída através do PNHR. A recepção foi positiva em todas propriedades, embora em algumas os entrevistados demonstrassem desconfiança em relação a pesquisa. Os participantes foram deixados à vontade para responder ou não as perguntas.

Os depoimentos e informações coletados durante as entrevistas, são utilizados no trabalho de forma anônima, para que se possa preservar a privacidade de todos os entrevistados. Utilizam-se as iniciais e a idade para se referir aos entrevistados, e se faz uso aleatório das fotos. Portanto, as imagens utilizadas para ilustrar as condições de vida dos agricultores, embora sejam de propriedades visitadas não estarão diretamente ligadas aos depoimentos apresentados.

4.2 CONHECENDO OS AGRICULTORES FAMILIARES DE RANCHO QUEIMADO

Localizado à 60km da capital do estado Florianópolis, o município de Rancho queimado faz divisa com os municípios de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis e Águas Mornas (ver figura 6). O município tem área de 188,7km², sendo 40,4% desta área urbana e 59,6% área rural (PMRQ, 2019)³⁹. A população do município em 2010 era de 2.748 (dois mil e setecentos e quarenta e oito) habitantes (IBGE,2010) sendo que destes, 1458 (um mil e quatrocentos e cinquenta e oito), 53% do total, viviam no perímetro rural. A estimativa do IBGE para 2019 é de que a população chegue em 2878 (dois mil e oitocentos e setenta e oito) habitantes. A densidade demográfica do município é de 9.60 hab/km² de acordo com o IBGE (2019). O clima do município é temperado úmido, com temperaturas entre 10°C e 25°C. O relevo é acidentado, com altitude em torno dos 810m.

Figura 5. Localização de Rancho Queimado no Estado de Santa Catarina.



Fonte: Elaboração do autor a partir de IBGE (2010).

O município de Rancho Queimado foi constituído junto a uma série de pequenas cidades na serra catarinense, situadas ao longo da BR 282⁴⁰. Inicialmente, era um ponto de pernoite para os tropeiros que transportavam os rebanhos do interior para a capital. O município foi criado oficialmente em 1962 e a maioria de sua população é descendente de imigrantes alemães. A renda média mensal dos

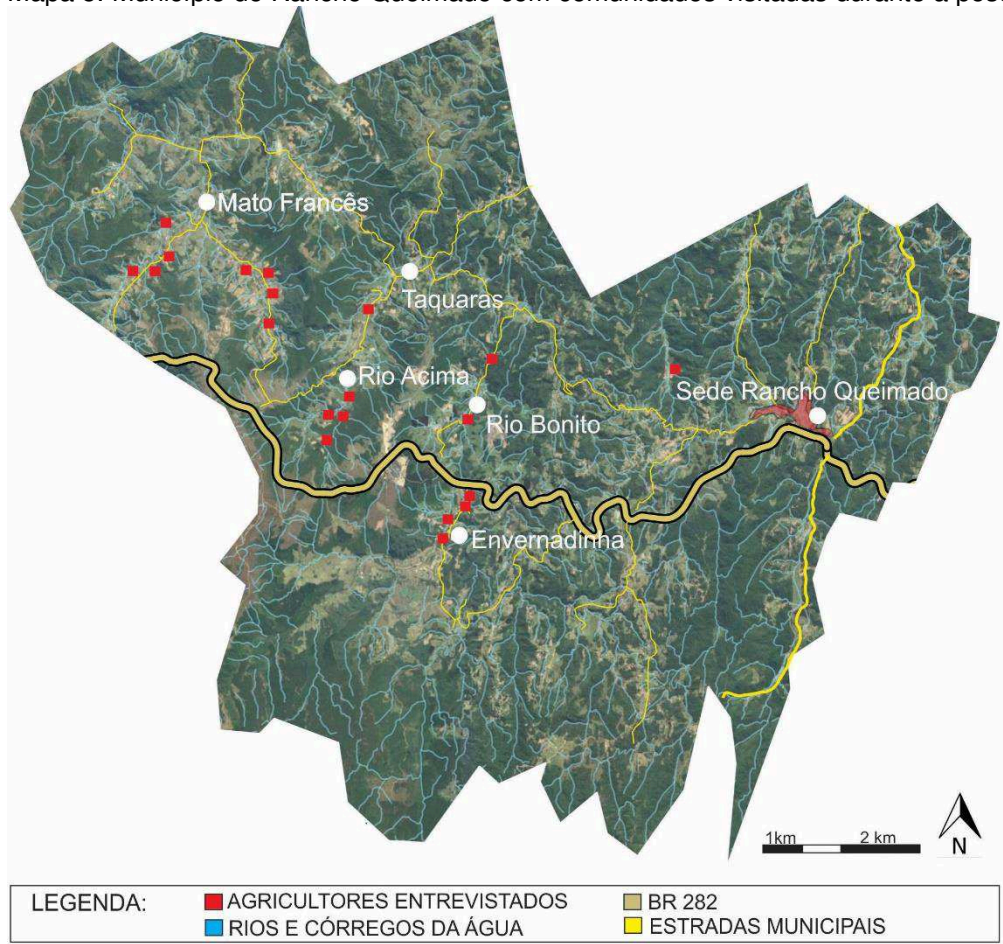
³⁹ Um fator curioso em Rancho Queimado, é que o entorno de algumas estradas do município que dão acesso as comunidades rurais são consideradas área urbana, embora não tenha pavimentação, presença de casas ou qualquer infraestrutura.

⁴⁰ A BR 282 foi implementada no local de uma antiga picada aberta em 1972 ligando a serra ao litoral do estado. Ainda hoje é uma das principais vias de acesso ao interior do estado de Santa Catarina (PMRQ, 2019).

habitantes de Rancho Queimado era de 2,9 SM em 2019 (IBGE,2017). Em seu território, 51,9% dos domicílios possuem esgotamento sanitário e 40.4% de domicílios urbanos se encontram em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2010).

O município apresenta ainda outra característica ímpar aos demais municípios onde agricultores acessaram o PNHR. A sua área rural apresenta, além de pequenas propriedades rurais, também empreendimentos na forma de condomínios fechados de alto padrão. Macari (2009) identificou que o fenômeno tem dificultado o acesso à terra pelos pequenos agricultores, devido à valorização imobiliária (MACARI, 2009).

Mapa 5. Município de Rancho Queimado com comunidades visitadas durante a pesquisa.



Fonte: Autor.

O Mapa 4 mostra o município de Rancho Queimado com a demarcação da sede municipal e das comunidades visitadas. Em amarelo estão marcadas a BR282 e as estradas municipais. Em vermelho estão marcadas as propriedades beneficiadas

pelo PNHR que foram visitadas ao longo das pesquisas de campo. Interessante notar que a maioria das propriedades estão localizadas ao norte da BR282, já que ao sul da mesma, o território é basicamente ocupado por condomínios de alto padrão. A motivação para existência destes condomínios é o potencial paisagístico do local unido à facilidade de acesso às demais cidades da Grande Florianópolis.

Figura 6. Paisagem tradicional de Rancho Queimado



Foto: Anelise Macari

Figura 7. Sítio de agricultores familiares.



Foto: Anelise Macari (2008)

4.2.1 As famílias beneficiadas pelo PNHR

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2007) em Rancho Queimado existiam cerca de 350 (trezentos e cinquenta e três) estabelecimentos da agricultura familiar. Dentre estas, 95 (noventa e cinco) foram beneficiadas pelo PNHR

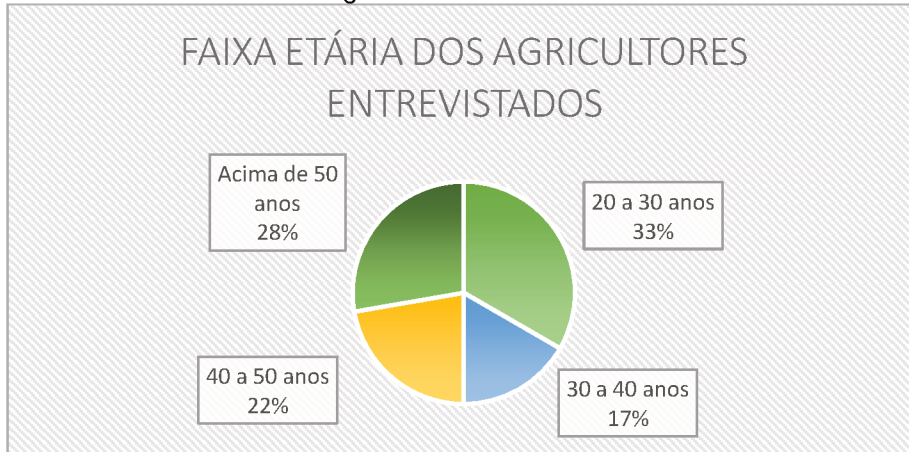
(CEF,2016). Esse percentual totaliza 27% dos agricultores do município, muito acima da média no estado de Santa Catarina que é de 8,84% ou ainda da média brasileira de 3,94% da população rural. Entre os beneficiados, foram visitadas aproximadamente 30% das propriedades e entrevistadas cerca de 20% das famílias. Conforme citado, as entrevistas foram realizadas em 3 (três) viagens já que as casas são isoladas umas das outras. Foram visitadas famílias nas comunidades de Mato Francês, Taquaras, Rio Acima, Rio Bonito e Envernadinha (ver mapa 4).

Dentre os agricultores entrevistados, todos foram beneficiados no ano de 2013, tendo residido na casa por mais de 5 (cinco) anos no momento da entrevista. Do total, 33,3% dos entrevistados possui entre 20 (vinte) e 30 (trinta) anos, tratando-se de casais jovens que casaram na oportunidade da construção da casa. O total de 17% possui entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos, outros 22% possui entre 40 (quarenta) e 50 (cinquenta) anos e 28% se encontra acima dos 50 (cinquenta) anos de idade (ver gráfico 6). Entre os proprietários, metade das famílias vive com os filhos e a outra metade é composta apenas pelo casal de agricultores. O número médio de filhos entre os que possuem é de dois filhos por casal. Entre os filhos, os mais velhos já ajudam a família na produção e os mais novos estudam em escolas locais.

Todos os entrevistados já residiam no município quando beneficiados pelo crédito e a grande maioria deles é originária do local, tendo se casado com cônjuges de outras comunidades ou municípios vizinhos. Dos 33,3% dos entrevistados menores de 30 (trinta) anos, nenhum possuía casa própria até a construção pelo programa, tendo vivido com os pais até então. Os demais habitavam casas em situação de precariedade, e vivem no local por terem herdado a terra da família. Apenas uma família alegou ter comprado a terra no local por ser o único lote pelo qual pode pagar.

Todos os entrevistados, também foram inclusos no grupo G1 do Programa Nacional de Habitação Rural, o que indica que sua renda familiar bruta em 2013 era inferior ou igual a R\$17.000,00 (dezessete mil reais) por ano. Tendo em vista que em 2013 o valor do salário mínimo era de 678,00, cada família recebia em média 2 salários mínimos por mês.

Gráfico 6. Faixa etária dos agricultores entrevistados em Rancho Queimado.



Fonte: Autor

4.2.2 Produção Agrícola

A agricultura é não apenas a principal atividade desenvolvida entre os entrevistados, como também a principal fonte econômica do município de Rancho Queimado (PMRQ, 2019). As principais culturas cultivadas no local são a cebola, o tomate, o morango, a batata, o milho, as verduras e frutas em geral. A pecuária também aparece nas propriedades, por meio da produção de gado de corte, laticínios, apicultura e piscicultura. Em Rancho Queimado também há uma significativa produção de produtos orgânicos e artesanais, como derivados do morango, mel, cerveja, chocolate e artesanato em geral (PMRQ, 2019). O município é considerado a capital estadual do morango pela significativa produção da fruta entre os agricultores familiares⁴¹. É importante notar que, por fazer parte da Grande Florianópolis, o município, assim como outros da região tem a maioria dos seus produtos destinados ao consumo da região. Essa característica diferencia Rancho Queimado de municípios pequenos em outras regiões do estado. O clima predominantemente frio, a possibilidade de produzir a fruta em áreas de terra reduzidas e a proximidade com um mercado consumidor amplo tornaram o produto uma das principais alternativas econômicas do município.

⁴¹ Rancho Queimado passou a ser considerada a capital estadual do morango por meio da Lei nº 11.954, de 25 de outubro de 2001. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2001/11954_2001_Lei.html. Acesso em: 24 ago. 2018.

O que ocorre, é que em municípios distantes dos centros urbanos, a produção depende mais das indústrias próximas ou da produção de produtos que possam ser transportados por longas distâncias. A produção de leite e de carne da região oeste de Santa Catarina, por exemplo, é possível graças a existência de indústrias próximas que compram o produto, industrializam e vendem para outras regiões e países. Nesta realidade, a produção dos pequenos agricultores é limitada pelo interesse e demanda do mercado, além disso, ela limita a participação de parte dos produtores, por exigir que se adequem aos padrões das grandes indústrias e tenham áreas um pouco maiores de terra para dar conta da demanda. A relação produção/consumo em Rancho Queimado não deixa de ser regulada pelo mercado, no entanto, há maior proximidade com o consumidor final. Por estar próxima da capital do estado, é possível que os próprios produtores se organizem e consigam comercializar seus produtos nos mercados da região. O tamanho reduzido das propriedades, que tem em média 7 (sete) hectares, e o relevo sinuoso (que impede o uso de maquinários agrícolas) não impedem a produção de legumes, frutas e hortaliças.

Entre os agricultores visitados e entrevistados, verificou-se uma produção variada. No entanto, a maioria dos entrevistados, cerca de 64% tem como principal fonte de renda a produção do morango. Os demais 36% dos entrevistados produzem outros alimentos. (repolho, brócolis, couve, tomate, abobrinha e cebola). Um terço das famílias também alegou produzir milho e conseqüentemente leite e queijo, estas famílias o fazem, no entanto, para consumo próprio e não para venda. A comercialização dos produtos é feita em sua maioria com a Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA), para a qual dois terços das famílias alegaram vender a produção. As demais famílias vendem para empresas de outros municípios. A produção é em maioria financiada por recursos da própria família, sendo que, 25% das famílias entrevistadas alegaram usufruir de financiamentos de bancos ou cooperativas de crédito rural.

A CEASA, para onde vão a maioria da produção destes produtores, compra a produção destes agricultores (através de caminhões que passam recolhendo nas propriedades) e comercializa com os mercados da região. Para a maioria dos agricultores, trata-se de uma relação confiável, onde sempre haverá demanda, apesar de não estarem totalmente satisfeitos com o preço pelo qual vendem o produto. Já os

produtores que alegaram vender seus produtos para outras empresas relatam um processo um pouco diferente. Eles se organizam em grupos de família e vendem seu produto para um transportador local (geralmente um vizinho ou conhecido que comprou um caminhão e faz a coleta nas propriedades). Este transportador leva o produto dos agricultores diretamente para os mercados da região, podendo pagar um valor um pouco maior aos produtores. Por outro lado, a demanda dos mercados que compram estes produtos tem menos estabilidade, podendo ser um fator de risco para os produtores.

4.2.3 Infraestrutura e Saneamento básico nas comunidades rurais

Conforme citado, o município de Rancho Queimado está diretamente relacionado a existência da BR 282, que corta o município de oeste a leste. A via, é também um fator facilitador no escoamento da produção dos agricultores locais, já que facilita o transporte dos alimentos e a mobilidade dos moradores. A partir da BR 282, se dão também os principais acessos as comunidades rurais de Rancho Queimado. Os acessos as comunidades acontecem por meio das estradas municipais, sendo que estas, são em sua maioria de chão batido (não possuem pavimentação). O Mapa 4 (página 78) mostra, por meio das linhas em amarelo, de menor espessura, as estradas municipais que fazem as principais conexões no interior do município.

Quando tratamos das comunidades rurais, tratamos de um conjunto de propriedades de agricultores, geralmente dispostas ao longo de uma via, e próximas a um centro comunitário local, onde há, na maioria das vezes, uma igreja, um salão comunitário, um campo de futebol, um cemitério e uma escola. A estrutura destes centros comunitários pode ainda variar, dependendo da quantidade de moradores de cada comunidade, e da possibilidade do município de descentralizar seus serviços, podendo ou não alocar uma escola e ou um posto de saúde por exemplo. Nas comunidades pesquisadas em Rancho Queimado a principal instituição de cada centro comunitário, com a qual os agricultores se relacionam, é a igreja. De origem alemã, boa parte das famílias se considera luterana, seguida pelo destaque da religião católica. Em todos os casos, percebeu-se uma forte ligação das famílias com a igreja local (ver localização das igrejas no Mapa 6).

Dos centros comunitários, em geral, partem as estradas de acesso às propriedades dos agricultores que, em Rancho Queimado, por conta do relevo sinuoso, se dão geralmente junto aos córregos da água. Estas estradas, são geralmente mantidas pelo poder público municipal, e tal manutenção é um fator determinante para o transporte dos produtos comercializados nas propriedades rurais. Durante as entrevistas notou-se, por exemplo, que, quando perguntados sobre melhorias nas suas propriedades ou produção, os agricultores da comunidade de Mato Francês, contemplados com o calçamento de uma parte da via de acesso a comunidade, citavam a melhoria da via como uma das conquistas recentes.

Junto às vias, geralmente também se dá a distribuição de energia elétrica, que no município é provida pela CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina). No ato de construção da nova casa, a maioria das famílias necessitou fazer adequações à rede local, seja por meio de extensão na rede ou instalação de um novo poste. Outra adequação pela qual a maioria das famílias passou recentemente foi a construção de uma fossa séptica para esgotamento sanitário adequado.

O acesso à água potável em Rancho Queimado é um fator positivo para a produção, tendo em vista que no local há abundância de fontes e rios. A maioria das famílias possui um poço, para coleta da água, individual em suas propriedades. Os que vivem mais próximos aos centros comunitários relatam ainda o beneficiamento de água a partir de um poço compartilhado. A canalização e tratamento da água é uma realidade da sede municipal, não se estendendo às propriedades rurais⁴².

Na realização das entrevistas, constatou-se também uma série de investimentos do poder público municipal na infraestrutura viária do município. Além do melhoramento e algumas vias de acesso, verificou-se a construção de pontes de acesso as casas dos agricultores. Por geralmente terem as sedes de suas propriedades localizadas junto aos fundos dos vales, e conseqüentemente dos córregos da água, há um elevado número de pontes de acesso as propriedades. Boa parte destas pontes estava em reforma ou haviam sido recentemente reformadas pela prefeitura municipal.

⁴² Na sede municipal onde a água é tratada e canalizada, o procedimento ocorre por intermédio da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Disponível em: <https://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/municipios-atendidos#0>. Acesso: 06, set. 2019.

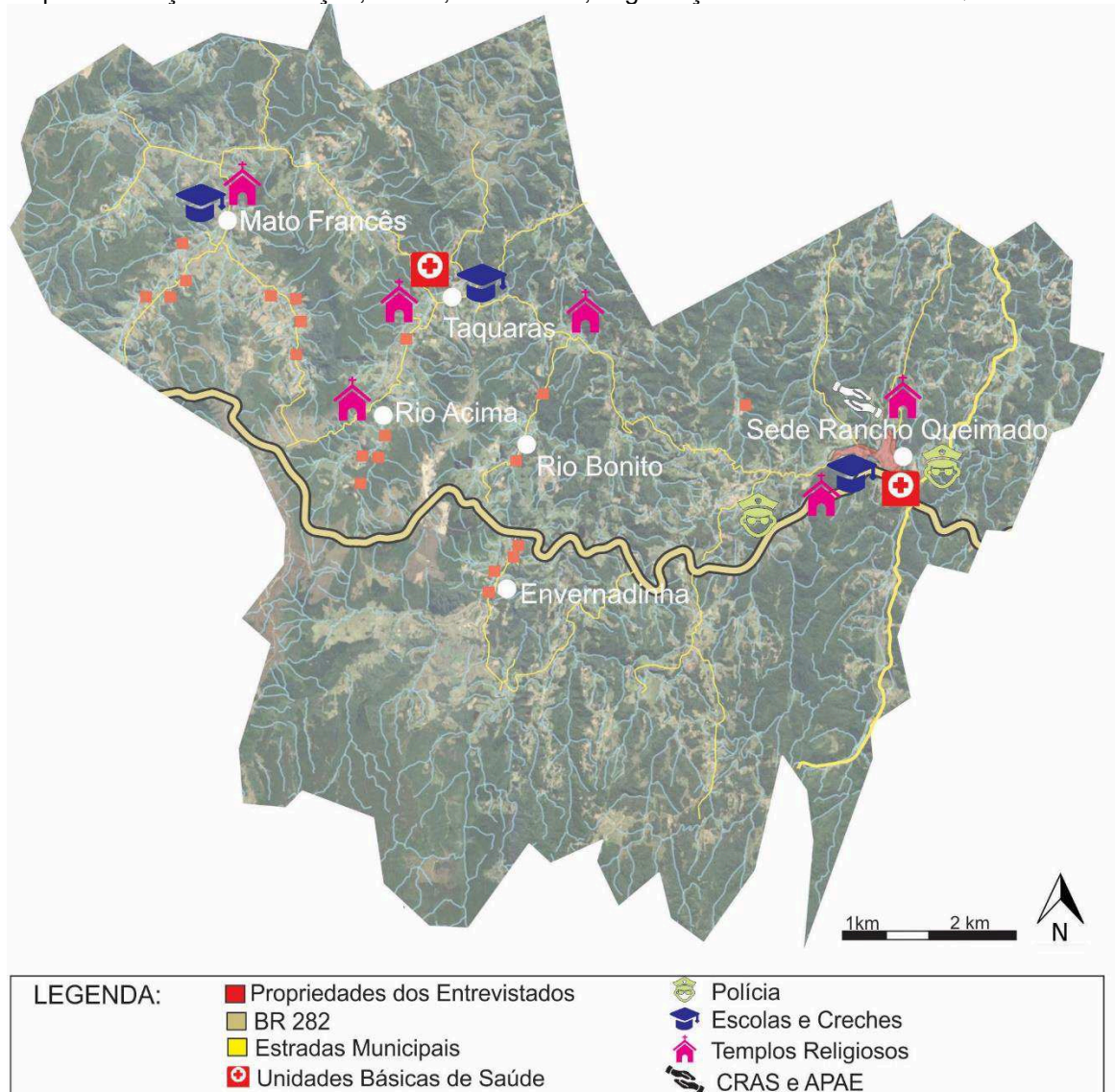
4.2.4 Acesso à educação, saúde e lazer

A principal forma de acesso aos serviços de educação, saúde e lazer nas comunidades rurais de Rancho Queimado se dá através de visitas ao centro comunitário local ou ainda à sede do município. Durante a entrevista, verificou-se a existência de escola em uma das comunidades rurais (ver Mapa 6), onde os filhos dos agricultores estudavam. Em outra comunidade, as crianças precisavam se deslocar, no entanto, contavam com o transporte escolar da prefeitura. Não existem instituições de ensino superior no município, fazendo com que os jovens que almejam o ensino superior necessitem se deslocar para a capital ou outros municípios da Grande Florianópolis.

Da mesma forma, o município de Rancho Queimado não conta com nenhum hospital, sendo assim, os atendimentos não viabilizados pelos postos de saúde (ver Mapa 6) são supridos nos municípios vizinhos. Entre as entrevistas, houve citação ao município de Angelina, no qual os agricultores relataram terem recorrido em casos de emergência. A dificuldade de acesso ao hospital demonstrou-se um fator preocupante entre alguns entrevistados idosos, os mesmos que relataram problemas de saúde recorrentes. O acesso à saúde é um fator importante para a permanência destas famílias no local.

As atividades de lazer dos agricultores entrevistados, geralmente, estão relacionadas à vida comunitária. Nos finais de semana, os agricultores frequentam a igreja, o salão comunitário, os bares e restaurantes locais, os campos esportivos, ou ainda visitam uns aos outros. A ligação com a comunidade demonstra ter um papel importante no sentimento de pertencimento das famílias ao lugar onde vivem. Além de terem uma forte ligação com suas propriedades e a sua terra, as famílias também têm relações solidas com a vizinhança local, da qual conquistaram o respeito e a amizade ao longo dos anos. Alguns agricultores relataram ainda terem construído a casa nova ou realizado melhoramentos nas suas propriedades a partir de mutirões entre vizinhos e parentes, sendo estas ocasiões motivos de celebração entre eles.

Mapa 6. Serviços de educação, saúde, assistência, segurança e lazer em Rancho Queimado.



Fonte: Autor

4.3 AS CONDIÇÕES DE MORADIA DOS AGRICULTORES DE RANCHO QUEIMADO ANTES DO PNHR

Como exposto, o fato de produzirem alimentos para um mercado em constante demanda, terem ou não acesso à infraestrutura pública, bem como as relações sociais construídas nas comunidades rurais, são fatores importantes para a permanência dos agricultores no campo. Entre estes fatores, a presente pesquisa traz ao debate a garantia da moradia, adotando a hipótese de que ela é um fator de grande importância para a permanência no campo.

Neste tópico, são debatidas as condições em que moravam os agricultores familiares antes da repercussão do PNHR. Entendemos que o conhecimento destas condições é essencial para uma análise das repercussões do programa. Para que se possa fazer esta análise, descrevemos as antigas moradias dos agricultores entrevistados a partir de uma série de aspectos, sendo eles: aspectos construtivos, aspectos espaciais e funcionais, saneamento e abastecimento, condições de manutenção e os aspectos simbólicos das casas rurais⁴³.

4.3.1 Aspectos construtivos

As casas em que os agricultores familiares de Rancho Queimado moravam foram em geral construídas com os materiais disponíveis no local, em especial a madeira (ver Figuras 8, 9, 10 e 11). Trata-se de um material comum nas casas dos camponeses do planalto e da serra catarinense por ser um material de fácil obtenção, já que pode ser retirada das propriedades rurais ou comprada de fornecedores locais. O tijolo, material predominante na maioria das regiões do Brasil, é conhecido pelos agricultores como um material mais sólido para construção da casa, no entanto, ao contrário da madeira, ele precisa ser comprado em olarias, tornando-se um material restrito aos agricultores com melhores ganhos financeiros.

A estrutura das casas era em geral composta por pilares feitos com toras de madeira. Sobre recortes nestes pilares eram apoiadas vigas também feitas em madeira e fixadas com pregos. Sobre estes pilares e vigas apoiavam-se as demais partes da moradia. Quando da existência de um assoalho, as tábuas eram fixadas nos barrotes com uma distância relativa do solo, de modo a evitar o excesso de umidade. Enquanto nas casas de alguns agricultores já se havia construído um piso de cimento em partes da casa, nas casas mais simples era comum encontrar ainda um piso de chão batido. A madeira em geral não era tratada para resistir as intempéries do clima.

Os telhados também eram estruturados em madeira, na sua maioria suportada por treliças simples. A cobertura se dava com telhas de barro do tipo francesas, havendo ainda a presença de telhas de fibrocimento em moradias mais recentes ou

⁴³ A caracterização das condições de vida através destes aspectos foi definida pelo autor com base nas informações coletadas e na divisão por funções da habitação rural encontrada na pesquisa de Falls Borba (1963).

em ampliações (ver Figuras 8, 9, 10 e 11). Em algumas casas, verificou-se ainda a presença de zinco. A maioria das casas havia sido construída através de uma estrutura inicial com um telhado de duas águas e ampliações feitas ao longo do tempo cobertas com fibrocimento. As telhas nem sempre eram devidamente fixadas, sendo que em alguns casos foram utilizadas pedras, troncos de árvore ou cimento para que não se deslocassem (ver Figura 8). As casas nem sempre possuíam forro, e quando o tinham, era em geral feito com ripas de madeira. Na maioria dos telhados havia goteiras, não oferecendo proteção adequada à incidência de chuvas.

Figura 8. Casa rural em madeira.



Fonte: HABITARQ.

Figura 9. Esquadrias em madeira.



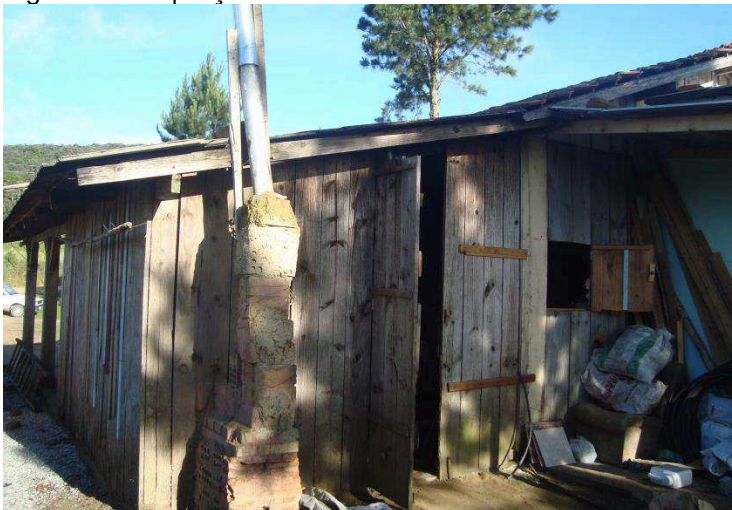
Fonte: HABITARQ.

A vedação das casas também tinha como principal material a madeira, em geral feita através da justaposição de tábuas na vertical fixadas à estrutura de

madeira, deixando muitas frestas. Em algumas moradias, percebeu-se ainda o uso de lonas plásticas ou chapas de compensado como material de vedação. O acabamento destas paredes variava um pouco conforme a situação econômica da família, mas em sua maioria era inexistente, não oferecendo o isolamento adequado ao vento frio e a umidade. Assim como as paredes, as esquadrias também eram construídas em madeira, sendo que em alguns casos havia presença do vidro e de venezianas. Entre as casas mais simples as aberturas são de apenas uma folha, de abrir, confeccionadas através da justaposição de tábuas e fixadas com dobradiças metálicas, em geral pobres em isolamento térmico e acústico (ver Figura 9).

As Figuras 10 e 11 mostram duas casas de agricultores beneficiados pelo PNHR através da HABITARQ. Na foto, observa-se predominância da madeira, embora sejam também utilizados outros materiais para vedação. Em ambas fica evidente uma estrutura primária coberta por telha francesa e expansões horizontais com materiais reaproveitados de outras construções. Não há pintura ou tratamento da madeira, o que parece ter acelerado o processo de apodrecimento. Não há piso e as casas foram construídas no nível do solo, sem qualquer proteção contra a umidade. A vedação transparece muitas frestas, não indicando proteção contra as intempéries do clima ou insetos. Há que se considerar que, Rancho Queimado é um município onde predominam temperaturas frias e umidade em quase todos os meses do ano. Os agricultores entrevistados relataram que suas casas estavam em situação de apodrecimento, como de fato se verificou por meio das imagens.

Figura 10. Ampliação em casa de madeira.



Fonte: HABITARQ (2013).

Figura 11. Casa em madeira com ampliações.



Fonte: HABITARQ (2013).

De um modo geral, a maioria dos agricultores dominava o uso da madeira na construção, no entanto, nem sempre estes agricultores tinham condição de obter madeira de boa qualidade ou de fazer a manutenção dela. Se tratando de uma região úmida, o material se decompôs rapidamente e como consequência as casas ofereciam riscos para as famílias que vão além da perda material. Enquanto nos guiava pela antiga residência, hoje utilizada como despensa para limpeza e embalagem do morango, Moradora R.S. (51 anos) relata a situação que vivia com o marido antes da construção da casa nova:

“Aqui nesta parte já tava podre, chovia e subia muita umidade. E daí, como ele tinha problemas respiratórios, o mofo só piorava. A gente não tinha o que fazer, quando viemos pra cá foi o que deu pra comprar, depois disso não tivemos sorte. Aqui deu fungo na terra, foi difícil produzir” (informação verbal⁴⁴).

Ao encontro do depoimento anterior, Morador R.P. (59 anos) também descreveu um pouco da situação que vivia:

“A casa era antiga e de madeira fraca, tava velha e podre já. Tava caindo já, não deu pra aproveitar nada na casa nova, entrou aquela broca e a madeira tava imprestável. Tinha o risco de o telhado desabar, poeira e barulho” (informação verbal⁴⁵).

⁴⁴ Entrevista de Moradora R.S. concedida ao autor em março de 2019.

⁴⁵ Entrevista de Morador R.P. concedida ao autor em julho de 2019.

Os depoimentos expõem dois casos em que as condições de moradia vinham causando danos à saúde. No entanto, as condições visíveis através das fotos e das visitas ao local permitem uma generalização dos riscos que as condições das moradias ofereciam à saúde dos moradores. Estas famílias, em geral, tinham ciência de que a madeira estava apodrecendo, a estrutura da casa se desfazendo, e dos riscos que à exposição ao clima e às estruturas em decomposição traziam para sua saúde. Por outro lado, a falta de recursos para executar as melhorias os condicionava a continuar vivendo naquelas condições.

4.3.2 Aspectos espaciais e funcionais

As casas dos agricultores visitados compreendiam um programa simples, composto por cozinha, sala, despensa, dois quartos, varanda e um banheiro. Na maioria dos casos, a moradia havia sido construída numa estrutura inicial de quartos, sala e cozinha, por vezes conjugados ou separados por uma divisória de madeira nas casas de dimensões maiores. Após a construção dessa estrutura inicial, a família geralmente ampliava a casa construindo uma varanda e quando possível um banheiro em alvenaria. Era também comum, que na casa dos agricultores se encontrasse uma despensa para guardar os mantimentos, geralmente ligada diretamente à cozinha.

O banheiro, até poucos anos atrás, era construído em uma estrutura externa à casa, geralmente feita em madeira com despejo dos dejetos direto no solo, sem a existência de uma fossa séptica. Com o passar dos anos, a maioria das casas rurais visitadas, recebeu melhorias e banheiros em alvenaria foram construídos no interior da casa. Era comum que esses banheiros tivessem abertura para a varanda da casa, já que facilitam assim o uso no cotidiano, quando os agricultores trabalham na lavoura ou em outras atividades no exterior da casa.

A sala era um ambiente nem sempre presente na casa dos agricultores. Embora haja um alto valor social atrelado à mesma, conforme salientado por Falls Borba (1963), é comum que a sala só aparecesse nas casas de dimensões um pouco maiores, onde era usada como uma extensão da cozinha. A cozinha, pelo contrário, estava presente em todas as moradias e se tratava do coração da casa, é nela que a família compartilhava a maioria dos momentos. Na cozinha sempre foram preparadas

as refeições e ficava a mesa, onde a família se reunia, diversas vezes ao dia, inclusive ao receber visitas. Na cozinha também ficava o fogão a lenha, elemento que, além de facilitar o preparo das refeições, funciona como principal fonte de calor nos meses de inverno. O fogão era também usado nos momentos de descanso, quando a família sentava para tomar o café ou chimarrão (comum no planalto e oeste do estado), e em geral era acompanhado de uma caixa para armazenagem de lenhas. O fogão era também lugar onde as roupas eram secas durante os meses de inverno.

Junto à cozinha, sempre que possível era construída a despensa. Na despensa eram armazenados os mantimentos, em especial aqueles comprados no mercado. A despensa era em geral mobiliada com prateleiras ou armários de madeira, em alguns casos, verificou-se ainda a existência de um cilindro para fazer pão, as massas, e para moer a carne. Se a família produzia embutidos e queijos, era também comum que os guardasse na despensa.

A lavagem das roupas geralmente era feita em um tanque ou em uma máquina de lavar roupas, a qual a maioria das famílias entrevistadas já possuía no momento das entrevistas. Antes da compra da máquina era comum que a maioria dos agricultores construísse uma estrutura a parte para abrigar o tanque, geralmente próximo à um rio ou córrego da água quando existente. Algumas destas estruturas ainda são encontradas atualmente, onde se faz a lavagem das roupas mais sujas.

Os quartos eram em geral a área mais privativa da casa. Na maioria das vezes eram mobiliados com uma cama e um guarda-roupa. É comum que houvesse pelo menos dois quartos nas casas dos agricultores, um para o casal e outro para os filhos. Quando a família possuía melhores condições construía um quarto para as visitas. Era também comum que os quartos não possuíssem portas, sendo as mesmas substituídas por cortinas.

As casas dos agricultores possuíam, em geral, dimensões pequenas quando construídas, sendo ampliadas ao longo do tempo e conforme o crescimento das famílias. Quando a família conseguia reformar a casa é comum que fizesse uso dos móveis antigos para construir uma cozinha a parte, também conhecida como rancho⁴⁶.

⁴⁶ "Rancho" é uma denominação para uma construção externa a casa da serra e litoral catarinense. No Rancho são frequentemente realizadas as atividades de cozinha e lazer. A construção é em geral mais rústica do que a casa.

No caso dos agricultores de Rancho Queimado, este fenômeno está sendo evidenciado agora com a construção da nova casa e o reaproveitamento da estrutura antiga.

4.3.2.1 A casa enquanto local de trabalho e depósito

A casa do agricultor tem diversos aspectos que a diferenciam das casas urbanas, entre eles, o fato de estarem ligadas diretamente ao processo de cultivo na propriedade rural. A casa é também um local de trabalho para as famílias de agricultores, em especial para aquelas que não têm condições financeiras de construir uma estrutura a parte para armazenar sua produção ou ainda os utensílios da lavoura. Essa característica explica o fato de a maioria das casas rurais possuem banheiros externos a casa, despensas grandes ou ainda porões para armazenamento de utensílios. É comum ainda, que se utilizem a varanda ou a cozinha da casa para limpeza e embalagem de produtos, podendo esta função ser ampliada para um quarto quando não há espaço nas demais áreas.

4.3.3 Saneamento e abastecimento

As condições de saneamento das antigas casas dos agricultores variavam conforme a propriedade, no entanto, a maioria delas ainda não possuía tratamento adequado dos dejetos. Quando havia presença de uma fossa séptica, ainda assim, as águas da cozinha e do tanque não recebiam o tratamento adequado. As famílias, no geral, possuíam água potável em casa, já que havia abundância de fontes de água nas propriedades e poços nas comunidades. A água era geralmente transportada por uma moto bomba até a caixa da água nas moradias. As famílias que não possuíam esse sistema de abastecimento, geralmente coletavam a água diretamente dos rios as sangas do entorno.

No momento de construção das novas moradias, todas as propriedades visitadas já acessavam as redes de energia elétrica.

4.3.4 Condições de Manutenção

A falta de recursos financeiros foi a resposta de todos os entrevistados para não ter construído uma casa antes do PNHR. Duas destas famílias chegaram consultar informações sobre financiamento para construção, mas não poderiam arcar com os juros e as parcelas. Cientes das condições em que moravam, os moradores faziam a manutenção das casas com os materiais aos quais tinham acesso, geralmente a madeira e telhas reaproveitadas de outras construções, em uma minoria dos casos, usavam-se tijolos. Essas reformas ou ampliações eram ainda realizadas sem qualquer assistência técnica ou tratamento adequado dos materiais.

Conforme apresentado no Capítulo II deste trabalho, para os pequenos agricultores, investir na melhoria da moradia, seja ela relativa aos aspectos construtivos, a ampliação dos espaços, às condições sanitárias ou ao conforto, não era uma prioridade. A não prioridade resultava, não da falta de interesse, mas sim, porque estes agricultores quase sempre tinham que investir todo o lucro de sua produção na sua subsistência ou ainda em investimentos para continuidade de sua produção.

4.3.5 Outros aspectos da moradia

Notou-se no decorrer da pesquisa, que os agricultores de Rancho Queimado, em sua maioria, têm um grande valor sentimental atrelado as antigas casas em que moravam. Há um valor simbólico atrelado à casa, este, se dá, em geral, pelos esforços dedicados na construção da mesma, geralmente realizada pela própria família ou com a ajuda dos vizinhos. Quando perguntada sobre a situação de sua antiga casa, Moradora F.J. (56 anos) relata: “Era a casa que a gente conseguiu construir com o tempo, estava caindo, mas era a nossa casa” (informação verbal⁴⁷).

A reflexão vem ao encontro do já salientado por Falls Borba (1953) e Silvestro et al. (2001), de que embora as famílias do campo vivam em condições difíceis, no geral tem muito zelo pela sua propriedade e os bens que conquistaram ao longo do

⁴⁷ Entrevista de Moradora F.J. concedida ao autor em março de 2019.

tempo. O zelo pela casa era também expresso, especialmente entre as mulheres, nos jardins floridos e os vasos de flor que aparecem em quase todas as construções (ver figura 12).

No ato de construção da casa nova, a maioria das casas velhas foi desmanchada, seja por exigência do programa ou ainda para estarem implantadas no lote onde seria construída a nova casa. Algumas famílias, cerca de 30% das entrevistadas, optaram por manter a casa velha e destruir outra construção da propriedade, podendo assim utilizar a estrutura da casa (que por mais precária que fosse geralmente era melhor mantida) como paiol ou despensa. A casa antiga quando existente, tornou-se uma extensão da casa nova, que por dimensões reduzidas, não tinha espaço para o trabalho da produção (limpar, embalar e armazenar os alimentos) ou ainda para os móveis que os agricultores possuíam.

Um aspecto percebido nas visitas às propriedades é o desejo de conservar as casas novas do desgaste cotidiano. Percebeu-se que algumas famílias utilizam a casa antiga para as principais refeições do dia ou para abrigar o fogão à lenha⁴⁸. Estas famílias se dizem contentes com a nova construção, ao mesmo tempo, manifestam um apego pelo aconchego da casa antiga e o desejo de preservar o novo patrimônio.

Figura 12. Entrada de residência rural com jardim.



Foto: HABITARQ, 2013.

⁴⁸ Em algumas propriedades, mesmo com a ampliação da casa, sempre para construção de uma cozinha maior, percebeu-se ainda que as atividades de cozinha do dia a dia ainda seguem sendo realizadas numa estrutura a parte. Enquanto a cozinha nova é preservada com os novos móveis para ocasiões especiais ou uso noturno.

4.4 A HABITARQ E A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNHR EM RANCHO QUEIMADO

A Associação Habitacional de Rancho Queimado (HABITARQ) nasceu da necessidade do município de Rancho Queimado de se adequar as normas do governo federal para acesso ao crédito habitacional. Como já citado, em 2005, o governo criou um Sistema Nacional de Habitação, como um de seus instrumentos foi então criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SHNIS) através da Lei 11.124/05. Como consequência, foram criados conselhos de habitação e planos de habitação nos estados e nos municípios.

Anos mais tarde, Nazareno Floriano e Josenei Schiller, funcionários públicos do município, submeteram uma proposta para construção habitacional, que mais tarde seria aprovada pelo Ministério das Cidades. “A gente não tinha noção do funcionamento do programa, mas sabia que era necessário organizar as pessoas para que pudessem ser beneficiadas” (informação verbal⁴⁹) salienta Schiller (2018), um dos representantes da HABITARQ e prefeito do município no momento da criação da Associação. Para viabilização da Associação, o município buscou assessoria com uma empresa de Criciúma, que os deu suporte no âmbito institucional. Em 2011 era então criada oficialmente a HABITARQ.

Em 2012, quando Josenei Schiller trabalhava na Prefeitura Municipal, foram feitos projetos de habitação no interior do município através da instituição⁵⁰. Com sua saída da prefeitura no ano posterior, juntamente com Nazareno Floriano (com quem vinha trabalhando na construção da entidade), deu-se continuidade no trabalho, em um escritório à parte, mas em constante diálogo com a prefeitura. Os dois profissionais consultaram a viabilidade de trabalhar através do PNHR junto a Caixa Econômica Federal e começaram a organizar novos grupos de família interessados na construção da casa.

49 Entrevista concedida por Josenei Schiller ao autor em fevereiro de 2019.

50 É comum que em vários municípios a Prefeitura Municipal tenha atuado como entidade organizadora na operacionalização do PNHR.

“Não havia opção de habitação no interior, então os jovens vinham pra cidade, a oportunidade pra eles, de trabalhar e construir uma casa, estava na cidade⁵¹” afirma Nazareno Floriano (2018) sobre a impossibilidade de os jovens construírem uma casa no campo antes do trabalho da entidade. De 2012 em diante, a entidade passou a atuar não de dentro da prefeitura, mas como uma estrutura a parte que atuava autorizada pela mesma e com sua contribuição.

A entidade mobilizava e organizava os grupos de agricultores, coletava documentos, visitava as propriedades, fazia os levantamentos, acessava o recurso e atuava na fiscalização da construção, no geral, tornava viável a construção da casa para o agricultor. A entidade contava com auxílio da prefeitura na preparação do lote e do acesso, onde dependia do trabalho de máquinas que a prefeitura podia oferecer. Caso a prefeitura não pudesse efetuar a preparação do lote e o proprietário não pudesse arcar com o serviço, a entidade ficava inviabilizada de construir.

Para participar do programa as famílias precisavam comprovar renda familiar máxima de R\$17.000,00 (dezesete mil reais por ano), o que na época correspondia aproximadamente a dois salários mínimos por mês. A comprovação era feita através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento este que também comprovava o enquadramento das famílias na Lei da Agricultura Familiar. Ocorre que em certos casos, as famílias, para fins de financiamento de trator e maquinário agrícola, mesmo que tivessem baixa renda, precisavam declarar um valor maior do que o exigido pelo programa, tendo sua participação restringida no PNHR.

Caso as famílias se encaixassem nos padrões do programa, eram mobilizadas a participar das reuniões realizadas pela Entidade Organizadora (EO), onde os participantes eram conscientizados sobre a importância da moradia digna, saneamento básico e mobilização social. A triagem das famílias interessadas era feita pelos representantes da EO em conjunto com uma assistente social da prefeitura municipal, tendo prioridade famílias que se encontravam em situação de risco, o processo também teve participação do arquiteto responsável,

Inicialmente a entidade contratou um projeto para construção das casas com um escritório de engenharia, mais tarde passaria a contar com um profissional trabalhando diretamente dentro da entidade, o arquiteto Loureci Ribeiro. De acordo com RIBEIRO (2019), o recurso disponibilizado pelo PNHR para assistência técnica,

51 Informação verbal de entrevista concedida ao autor por Nazareno Floriano em dezembro de 2018.

uma quantia de R\$1.000,00 (um mil reais) por família, era então dividida entre os articuladores da entidade e o arquiteto, recebendo cada uma das partes um terço do recurso (informação verbal⁵²). Estando aprovadas as propostas de empreendimentos, e estando a entidade em posse dos recursos era, então, iniciada a construção das casas.

Para construção, o PNHR também disponibilizava R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) para mão de obra. A família beneficiada escolhia se queria se responsabilizar pela contratação da mão de obra ou contar com a indicação da entidade organizadora. No entanto, em ambos os casos os responsáveis técnicos eram encarregados do acompanhamento da obra até finalização e entrega.

Os responsáveis pela entidade também tinham a possibilidade de manejar o dinheiro liberado pela caixa da forma mais conveniente para a idealização dos empreendimentos, podendo assim controlar melhor os gastos e otimizar a compra dos materiais. Desta maneira, e em diálogo com os beneficiados a entidade conseguiu idealizar um projeto de dimensões maiores do que os normalmente construídos através do PNHR. O projeto inicial planejava uma construção de 34m² (trinta e quatro metros quadrados), no entanto, ao acordar com os beneficiados uma contrapartida em forma de materiais, a entidade conseguiu idealizar moradias de 50m². Esta contrapartida na forma de materiais tratava-se da proteção para o madeiramento, a impermeabilização das vigas baldrames, os revestimentos e a tinta (RIBEIRO, 2019). Além disso as famílias foram também responsáveis pela construção do sistema de tratamento de esgoto de suas casas. Para o arquiteto Loureci Ribeiro (2019) ao oferecer a tinta e os revestimentos na forma de contrapartida, as famílias puderam imprimir na casa um pouco da sua identidade. De acordo ainda com FLORIANO (2018), a exigência de uma contrapartida não foi um fator limitador para a participação no programa, uma minoria das famílias não pode arcar com estes materiais, mesmo assim foi beneficiada com a casa, tendo assumido a entidade organizadora a responsabilidade pelo acabamento (informação verbal⁵³).

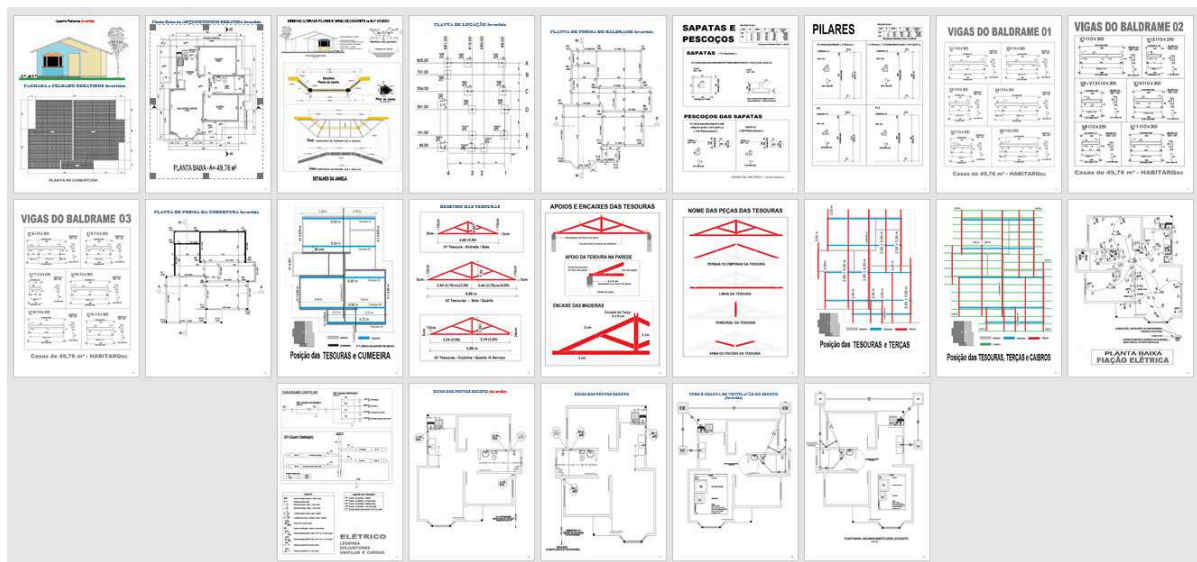
Vale lembrar que os beneficiados do PNHR tiveram ainda que dar uma contrapartida ao Governo Federal pelo benefício que receberam. Em Rancho

⁵² Entrevista concedida por Loureci Ribeiro ao autor em março de 2019.

⁵³ Entrevista concedida ao autor por Nazareno Floriano em dezembro de 2018.

Queimado, cada família recebeu uma quantia de R\$28,500 (vinte e oito mil reais), sendo 96% (R\$27.360,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais)) subsidiados pelo OGU. Desta forma, cada família teve que devolver 4%, totalizando R\$1,140,00 (um mil e cento e quarenta reais) à Caixa Econômica Federal, através de quatro parcelas anuais (CEF, 2016). Para que fosse viável a construção da casa com esse valor, a EO e o arquiteto responsável organizaram um projeto padrão e uma cartilha a ser seguida pelos construtores. A cartilha continha instruções sobre o uso dos recursos de forma adequada, minimizando o desperdício de materiais.

Figura 13. Visão geral da apostila entregue aos construtores pela HABITARQ.



Fonte: HABITARQ

4.5 AS TRANSFORMAÇÕES NAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE RANCHO QUEIMADO

Como vimos, o PNHR trouxe um crédito para construção nunca antes disponibilizado para as famílias de agricultores. Antes disso, a possibilidade de construir uma casa era privilégio das famílias de maior renda, que pudessem arcar com financiamentos ou mesmo pagar integralmente por uma casa. O surgimento do PNHR, trouxe não somente fundos para construção, mas uma série de aspectos que tornou possível a construção de uma casa mais próxima da realidade dos agricultores. Em primeiro lugar, considera-se positivo o fato de a própria entidade organizadora elaborar um projeto arquitetônico para a comunidade a ser beneficiada. Em segundo,

foi também positiva a flexibilidade do programa em permitir que os jovens fizessem a construção da casa em um lote da família, bastando a comprovação do vínculo familiar, sem precisar possuir a escritura da terra. São dois aspectos percebidos no funcionamento do PNHR que contribuíram de forma transformadora para os agricultores de Rancho Queimado.

O fato de os responsáveis pela entidade organizadora residirem no município e de contarem com ajuda de um arquiteto da região, com experiência na habitação de interesse social foi essencial para o sucesso dos empreendimentos em Rancho Queimado. Esses profissionais, responsabilizados pela fiscalização das obras puderam dialogar com as famílias beneficiadas e com os construtores locais, contribuindo para melhor implantação da casa no lote, para a otimização do processo construtivo e do uso dos materiais. Através desse diálogo, as famílias também foram ouvidas sobre os planos para futuras ampliações, podendo estas serem consideradas na implantação da casa.

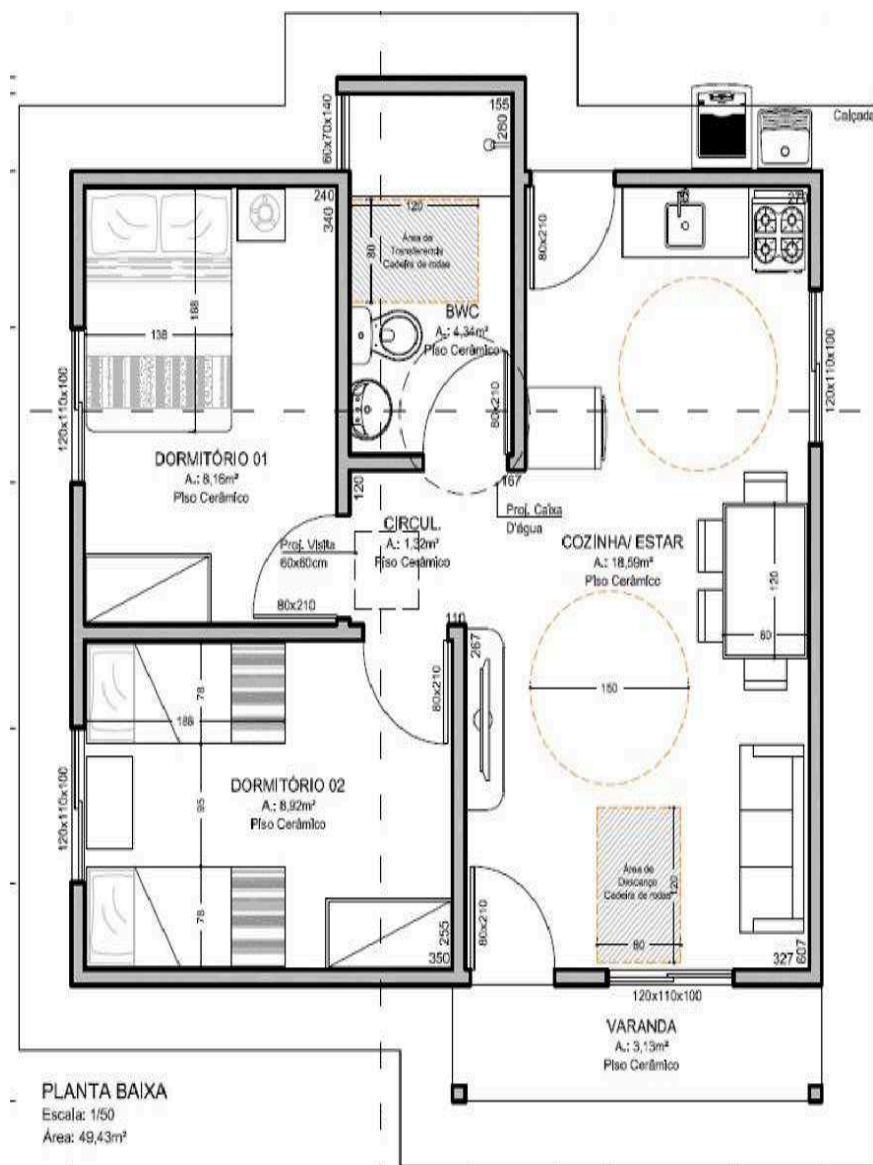
4.5.1 Aspectos gerais da nova moradia

O projeto arquitetônico das casas estudadas em Rancho Queimado teve duas variações (ver Figuras 14 e 15), embora as dimensões e o programa dos mesmos sejam semelhantes. O projeto arquitetônico inicial (ver Figura 13) foi terceirizado à um escritório de arquitetura e engenharia e através do mesmo foram construídos alguns empreendimentos no município. Meses mais tarde, a entidade em parceria com o arquiteto Loureci Ribeiro realizou um novo projeto (ver Figura 13), sendo este construído nos últimos empreendimentos. Apresentamos brevemente os aspectos construtivos e funcionais dos dois projetos. A pesquisa não se propõe a compará-los, mas sim, demonstrar que maneira trouxeram melhorias às moradias dos agricultores.

Em ambos os projetos arquitetônicos, a área se aproxima dos 50m², abrangendo uma cozinha, uma sala, ou cozinha e sala integradas, dois quartos e um banheiro. Entre as famílias pesquisadas, a maioria das casas foram concebidas a partir do segundo projeto, embora os moradores tenham preferência pelo primeiro em função da facilidade de se fazer uma ampliação, já que, se trata de um espaço retangular. Em ambos os projetos arquitetônicos o banheiro segue as normas de

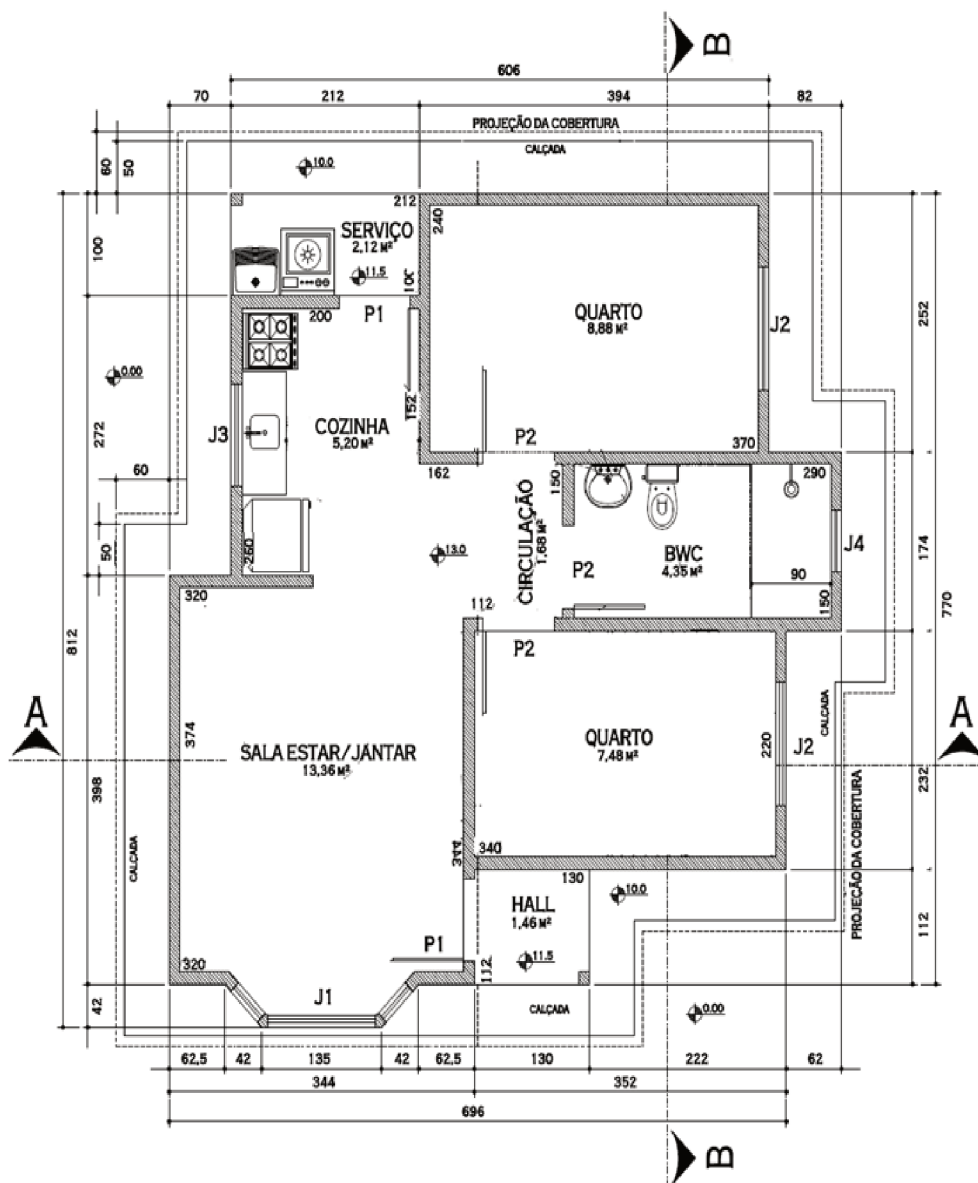
acessibilidade da NBR 9050 resultando em dimensões maiores. A adequação à norma era uma das exigências do programa, embora não conheçam a norma as dimensões dos banheiros são consideradas como um aspecto positivo pelas famílias.

Figura 14. Planta baixa do projeto Inicial contratado pela HABITARQ (sem escala).



Fonte: HABITARQ

Figura 15. Planta baixa do segundo projeto construído pela HABITARQ em parceria com o arquiteto Loureci Ribeiro (sem escala).



Fonte: HABITARQ

As construções foram feitas a partir de uma estrutura de fundações, pilares e vigas construídas em concreto armado. A vedação foi feita com alvenaria de tijolos e reboco de argamassa, sobre o qual mais tarde aplicou-se a tinta fornecida pelos moradores. A estrutura do telhado foi construída com tesouras, terças, caibros e ripas de madeira, sobre a estrutura foram fixadas telhas cerâmicas. As janelas escolhidas foram janelas de correr, de vidro, com esquadrias de alumínio. As portas foram feitas

em madeira, com esquadrias igualmente em madeira. O forro das casas foi efetuado com placas de PVC (Policloreto de Vinila).

A implantação das casas foi na maioria dos casos decidida em diálogo entre os técnicos e os moradores, tendo em vista a melhor insolação, acesso à estrada geral e as demais instalações da propriedade. Em alguns casos, quando a família já possuía um banheiro ou varanda em alvenaria, e desejava utilizar a estrutura como parte da nova casa, a implantação levou em conta uma futura conexão entre as duas estruturas.

A cartilha fornecida pelo responsável técnico aos construtores foi muito importante no processo construtivo. O documento indicou a quantidade, as dimensões, o dimensionamento de material e posição exata de todos os pilares, das vigas e até mesmo das tesouras e terças da construção. Como as construções eram feitas por pedreiros distintos em cada casa, a cartilha possibilitou que os materiais comprados e fornecidos pela entidade organizadora fossem suficientes para construção integral da moradia.

Conforme citado anteriormente, na maioria dos empreendimentos os moradores compraram a tinta e a cerâmica de sua preferência, podendo assim dar o acabamento que desejavam à construção. O projeto elétrico e hidro sanitário foram também realizados e executados através da entidade, no entanto, também coube aos beneficiados a execução do sistema de esgoto (fossa e sumidouro).

Os cômodos propostos no projeto arquitetônico abrangeram um programa simples, mesmo por conta das dimensões e orçamento reduzidos. O tamanho dos cômodos foi considerado pelos beneficiados como positivo, exceto pela dimensão da cozinha, que, de acordo com os próprios beneficiados, é o principal cômodo da casa do agricultor. De fato, as dimensões da nova cozinha não dão conta de um fogão a lenha, por exemplo, motivo pelo qual a cozinha foi o primeiro cômodo ampliado pelos agricultores que tiveram condições. O projeto, além disso, não compreendeu a construção de uma despensa, de uma varanda e garagem, espaços que apareceriam nas ampliações posteriores.

4.5.2 Uma análise de contrastes: o antes e o depois das casas

Embora a casa construída tenha na maioria das vezes proporções menores das casas que habitavam os agricultores anteriormente, todos os entrevistados em Rancho Queimado demonstraram-se muito satisfeitos com a casa nova. Quando perguntados: “A casa nova resolveu os problemas da casa antiga?”, todos responderam positivamente, em especial os jovens que antes não tinham casa própria e pensavam em constituir família no município. Os mais velhos, viram no programa a oportunidade de construir uma casa de alvenaria, que consideram mais apropriada ao clima local, e que acreditavam ser de maior durabilidade. As imagens a seguir (ver figuras 16, 17 e 18) mostram o antes e depois de algumas propriedades onde agricultores construíram casas por meio da HABITARQ.

Figura 16. Antes e depois residência A.F. construída através da HABITARQ, em Rancho Queimado.



Figura 18. Antes e depois residência de construída J.S. construída por meio da HABITARQ.



Fonte: HABITARQ.

Figura 19. Antes e depois residência H.W.K. construída por meio da HABITARQ.



Fonte: HABITARQ.

São visíveis transformações significantes nas propriedades dos agricultores a partir da construção da nova casa. As novas moradias apresentam estruturas mais resistentes, construídas com materiais mais sólidos. A vedação de alvenaria é mais adequada ao clima da região, frio e úmido. As divisórias entre os cômodos, também construídas em alvenaria, oferecem maior privacidade para os moradores. Destaca-se, a existência de forro nas casas e de esquadrias mais adequadas ao clima local (embora não possuam tratamento térmico e acústico), protegendo os moradores das intempéries do clima de forma mais eficiente do que as antigas estruturas improvisadas em madeira.

As instalações sanitárias aparecem de forma adequada (tendo em vista as condições de higiene e tratamento dos dejetos) pela primeira vez em muitas residências. É importante considerar que a construção de banheiros ligados ao sistema de esgoto com filtro, fossa e sumidouro melhora não apenas a vida das famílias, mas também a relação das mesmas como o local que habita, evitando a poluição das águas e do solo. Todas as casas passaram a ter eletricidade e acesso à água encanada, facilitando o serviço de cozinha, lavanderia e banheiro.

Os telhados das novas moradias passaram a isolar melhor a estrutura em relação às águas da chuva, amenizando o problema das goteiras existentes nas casas antigas. O fato de possuírem telhas mais resistentes e forro, garantiu melhor adequação às condições climáticas. Assim como telhado, todas as casas passaram a possuir pisos devidamente impermeabilizados e vedados quanto a entrada de água e insetos, diferente de como acontecia anteriormente. Todas as casas também

passaram a ser pintadas e na maioria delas foram construídos jardins e calçadas, melhorando a qualidade visual do entorno⁵⁴.

Figura 20. Tratamento adequado dos dejetos em propriedade rural.



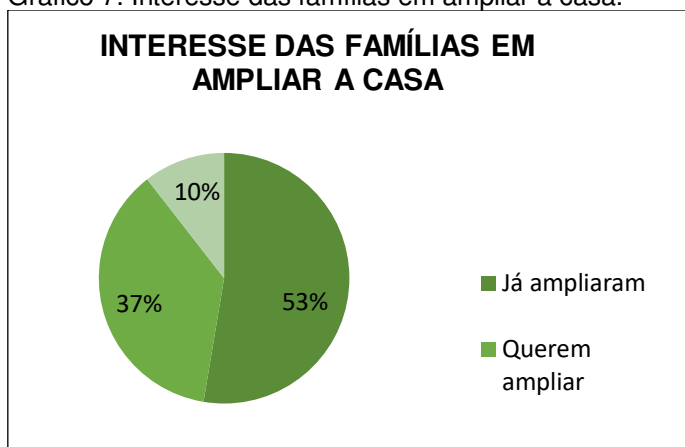
Fonte: HABITARQ

Outro fator que evidencia a transformação nas propriedades é a rapidez com a qual as famílias ampliaram suas casas (ver Figuras 20, 21 e 22). Do total dos entrevistados, mais da metade já ampliou a residência entre 2013 e 2019. De acordo com o Gráfico 7, no momento da realização da entrevista 53% das famílias já haviam ampliado as suas casas, outros 37% ainda não ampliaram, mas pretendem construir novos cômodos nos próximos anos. Uma parcela de 10% dos entrevistados, afirmou que a casa está de bom tamanho e não tem planos de ampliá-la.

A ampliação, geralmente, se dá a partir da construção de uma cozinha maior e uma garagem. Enquanto a ampliação da cozinha se dá pela necessidade de maior espaço para o mobiliário e as atividades que acontecem na mesma (trabalho, alimentação, lazer), a garagem é um cômodo não incluso no projeto arquitetônico inicial e necessário para a maioria das famílias. Em algumas propriedades os agricultores já construíram novos quartos para os filhos ou até mesmo uma área de lazer, geralmente justificados pelo crescimento da família. Entre aqueles que não puderam ampliar os cômodos da moradia, se verificou, ainda, a melhoria dos acessos e do entorno em geral: jardins, hortas, calçadas entre outros.

⁵⁴ Observou-se que nas casas novas a maioria das famílias construí canteiros de flores para embelezamento do acesso e do entorno. Muitas famílias plantaram grama no entorno. A melhoria das condições do entorno também foi uma melhoria citada por Floriano e Schiller (2018) quando questionados sobre o a repercussão das casas nas propriedades.

Gráfico 7. Interesse das famílias em ampliar a casa.



Fonte: Autor

Figura 21. Ampliação aos fundos (segunda imagem) de residência em RQ.



Foto: HABITARQ (2013) /Autor (2019).

De acordo com os dados, é possível dizer que o recurso para construção foi um incentivo para que os agricultores também investissem mais na compra de móveis e eletrodomésticos habitação e na manutenção da mesma. As imagens a seguir mostram um pouco da evolução nas residências em 2019, cinco anos após a construção das casas pelo PNHR.

A Figura 20 mostra a ampliação realizada por Morador R.P. (59 anos). Ele e sua família construíram uma nova cozinha e ampliaram a área de varanda. Com o tempo ampliaram a área de calçamento da casa e ainda construíram mais um banheiro. Transformando uma parte da antiga sala em quarto, puderam construir mais um dormitório na casa, podendo abrigar a filha, o genro e a neta na mesma casa. De acordo com ele a casa hoje está de bom tamanho, é confortável e tem tudo que a família precisa para continuar morando no local.

Em uma comunidade vizinha, Moradora J.K. (31 anos) já ampliou a casa onde mora com o marido e a filha. O casal não construiu novos quartos, mas aumentou o tamanho da cozinha, construiu um banheiro e uma garagem. De acordo com ela a ampliação facilitou as atividades do cotidiano, já que a garagem também pode ser utilizada como uma extensão da casa quando recebem visitas e a familiares. A moradora se diz feliz com a construção da casa, já que antes ela e o marido moravam com a filha na casa da sogra.

Figura 22. Ampliação de residência construída pela HABITARQ em RQ.



Foto: HABITARQ (2013) /Autor (2019).

Figura 23. Ampliação de residência em Rancho Queimado .



Foto: HABITARQ (2013) / Autor (2019).

De forma semelhante aos dois casos apresentados, Moradora C.H. (41 anos) pode ampliar sua casa ao longo dos últimos cinco anos, juntando a nova construção com a cozinha e o banheiro já existentes e construídos em alvenaria. Para ela, a ampliação veio da necessidade de dar mais conforto a família que possui dois filhos.

Com a ampliação, o filho já em idade adulta ganhou mais espaço na residência. O rapaz deseja morar e trabalhar com os pais pelos próximos anos.

A construção da nova casa fez com que as famílias imediatamente deixassem as antigas instalações. No momento de entrada na nova moradia, boa parte das famílias demoliu as antigas instalações, outros resolveram mantê-las com um novo uso. A casa antiga passou a ser utilizada como armazém para a limpeza e o depósito dos alimentos produzidos, como paiol para guardar utensílios de uso na lavoura, ou ainda como uma extensão da casa nova, na forma de cozinha, suprimindo a demanda por espaço para os móveis que a família possuía e que nem sempre couberam nas novas instalações. Em muitas residências é comum que o serviço de cozinha do dia-a-dia continue a ser realizado nas dependências da casa antiga.

5 ANALISANDO A REPERCUSSÃO DO PNHR SOB O PONTO DE VISTA DA PERMANÊNCIA RURAL.

É apresentada uma análise das informações levantadas. Comparam-se os depoimentos dos agricultores entrevistados em Rancho Queimado e aqueles da entidade organizadora com constatações do diário de campo do autor e as leituras feitas previamente. Através dessa análise busca-se responder de que maneira a casa permitiu ou contribuiu para a permanência desses agricultores no campo.

Por fim, se faz ainda uma leitura do atual cenário da agricultura familiar, os recentes cortes nas verbas para habitação rural e financiamento da produção e quais podem ser os seus desdobramentos futuros.

5.1 CASA E PERMANÊNCIA: DE QUE FORMA A CASA PERMITIU A PERMANÊNCIA DE AGRICULTORES NO CAMPO.

Um estudo preciso sobre o impacto do PNHR na permanência de agricultores familiares no campo dependeria de uma análise mais ampla em outras regiões além da estudada. No entanto, é possível apresentar através dessa pesquisa, a repercussão do programa no município de Rancho Queimado. Do total de beneficiados no município, a grande maioria permanece na agricultura em 2019. Entre as mais de 40 propriedades visitadas, em apenas duas os moradores eram novos, ou não proprietários. Nestas, havia em geral um motivo justificável, como o óbito do proprietário ou mudança por conta de problemas familiares, tendo alugado a casa para moradia de outros agricultores, também iniciando suas atividades na zona rural. Entre as famílias entrevistadas, apenas uma vivia de aluguel na casa, correspondendo a 5% das famílias entrevistadas. As demais 95% das famílias continua na casa, tendo 50% das mesmas investido na ampliação delas.

Entre as famílias entrevistadas, há diversos aspectos que apontam para a permanência no campo. Entre eles podemos destacar a realização pessoal/profissional através da construção da casa, a chance de construir a casa própria entre os jovens agricultores, a melhoria das condições de habitabilidade e conseqüentemente de saúde de agricultores mais velhos, e ainda, não menos

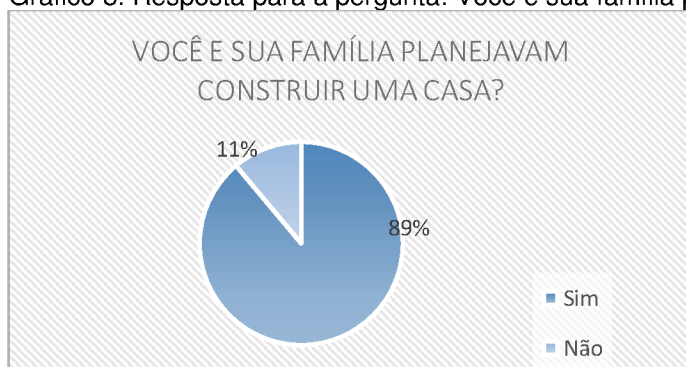
importante, a motivação para continuar na agricultura. Quando perguntados “O que a casa mudou na sua propriedade e na sua vida?”, uma parcela representativa dos agricultores apontou o ânimo para continuar produzindo como uma mudança.

5.1.1 A casa como realização pessoal para os agricultores

Durante a realização da pesquisa, constatou-se que 94% dos entrevistados nasceram em Rancho Queimado, tendo vivido na zona rural do município durante a vida toda. Entre eles havia também em comum o desejo de construir uma nova casa. Quando questionados sobre a intenção de construir antes da existência do PNHR, a maioria dos entrevistados, cerca de 89%, afirmaram que sim, almejavam a construção (ver gráfico 9). Por outro lado, os 11% dos entrevistados que afirmaram não planejarem a construção da casa antes do PNHR, tratavam-se de jovens que moravam com os pais.

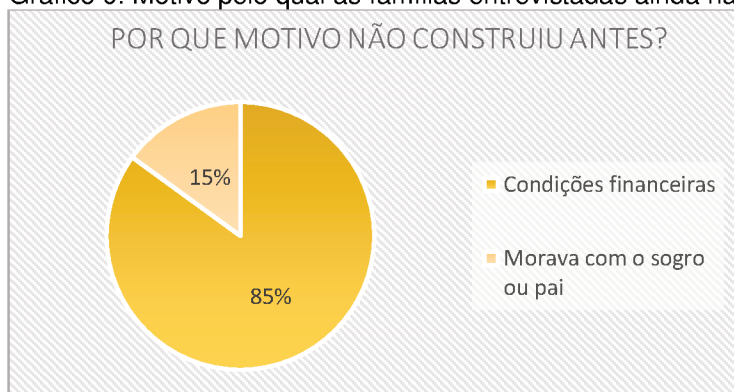
Investigando-se o motivo pelo qual as famílias com intenção de construção de uma casa ainda não o haviam feito, verificou-se ainda que a maioria de 85% não o fizera por falta de dinheiro, os demais 15% afirmou que não havia construído por que morava com os pais (ver Gráfico 10). De um modo geral, constatou-se que havia o desejo de morar melhor, mas que o desejo era limitado por falta de condições financeiras. Como já citado no Capítulo 3, estas famílias também eram cientes dos riscos que as antigas casas apresentavam.

Gráfico 8. Resposta para a pergunta: Você e sua família planejavam construir uma casa?



Fonte: Autor

Gráfico 9. Motivo pelo qual as famílias entrevistadas ainda não haviam construído uma casa.



Fonte: Autor

Para as famílias beneficiadas pelo PNHR, a casa era um sonho distante. A possibilidade de construí-la não apenas agregou valor às suas propriedades, como os trouxe um sentimento de conquista. Adquirir uma casa nova, a qual ajudaram a construir é de certa forma uma retribuição pelos anos de trabalho, uma visualização do progresso em suas propriedades. Trata-se de um sentimento muito importante na realização pessoal e profissional destes agricultores, uma motivação para continuar produzindo e morando na zona rural de Rancho Queimado.

5.1.2 A casa como incentivo à permanência dos jovens

Entre os jovens, permanecer no campo é sempre uma escolha difícil. Por um lado, é cômodo continuar fazendo o que sabem fazer, vivendo com o suporte da família e pertencendo à comunidade na qual cresceram. Por outro lado, a família nem sempre consegue dar o suporte material para que construam sua vida no campo, não tem uma área significativa de terra que possa ser dividida entre os filhos ou um ganho financeiro que permita recompensá-los financeiramente de forma que possam obter sua própria parcela de terra. Nestas condições, ir para cidade em busca de emprego e dinheiro torna-se um caminho mais viável e mais rápido.

É importante notar, que antes do PNHR, as chances de um jovem de baixa renda construir uma casa no campo eram baixas. Os programas habitacionais, entre eles o programa Minha Casa Minha Vida em sua fase inicial, não traziam linhas de financiamento para que jovens produtores pudessem construir sua casa. Para eles a

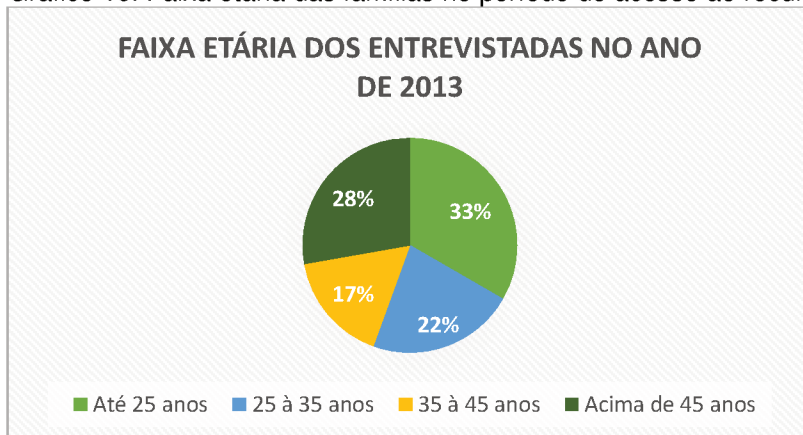
alternativa mais viável era ir para cidade, conseguir um emprego (geralmente sem ensino superior ou formação técnica) e contar com uma renda mensal fixa, mesmo que não fosse um valor alto. Certamente há jovens no campo, jovens filhos de agricultores mais capitalizados, que tem condições de investir no seu futuro sem deixar o campo, mas para os filhos de agricultores familiares, essa é raramente a realidade.

Comprovar uma renda fixa mensal, sem ter a sua propriedade, é praticamente impossível para um jovem de baixa renda do campo. Nesse sentido, o acesso aos financiamentos tradicionais oferecidos pelos bancos é inviabilizado. Além disso, as taxas de juros cobradas pelos bancos, no acesso aos financiamentos, raramente são acessíveis para aqueles que querem começar uma vida no campo. Trabalhar como agricultor vai muito além da disposição, já que, a atividade requer uma série de investimentos. Para ser agricultor é preciso ter recursos para a compra da terra, ter instrumentos adequados ao trabalho, ter dinheiro para compra de insumos e sementes, e muito importante, ter onde morar.

Para os jovens agricultores de Rancho Queimado, a oportunidade da construção da casa para estes jovens surgiu como uma oportunidade de permanecer. No total, a proporção de entrevistados jovens beneficiados pelo PNHR (considerando famílias com até 30 anos no momento de construção da casa) foi de 33%. Entre estas famílias, metade alegou que não planejava a construção antes do PNHR sendo surpreendida pela oportunidade de construir. A outra metade, jovens que já namoravam ou recém-casados alegou a falta de recursos financeiros para construir a casa.

Nenhum dos jovens entrevistados possuía casa ou terra antes, todos moravam com os pais. Ao possibilitar o acesso ao programa e viabilizar a construção da casa sobre a terra de um familiar, se deu a chance aos jovens de começar sua própria vida no campo. Com a posse da casa, eles construíram suas próprias famílias e passaram a tomar decisões nas propriedades. A maioria destes jovens continua trabalhando na terra dos pais, mas agora recebem parte do lucro, podendo decidir como investi-lo. Outra parte foi ainda beneficiada com uma parcela da terra dos pais, que por menor que seja, os dá a possibilidade de escolher o que produzir e como produzir. Através desse processo, se garante a sucessão rural, que significa em outras palavras a continuidade da vida no campo.

Gráfico 10. Faixa etária das famílias no período de acesso ao recurso do PNHR.



Fonte: Autor.

Morador L.M.S. (27 anos) foi contemplado com a casa aos 22 anos. O pai, agricultor, 66 anos, cedeu um lote próximo a sua casa para que o filho construísse a casa. O jovem construiu sua casa e meses depois casou-se com sua esposa, Moradora F.M.S. (26 anos), filha de agricultores de um município vizinho. Atualmente, ambos trabalham junto com o agricultor mais velho, na propriedade de 6 hectares, sendo a principal mão de obra na produção do morango, do milho e do leite. A renda não é alta, mas permite que tenham uma vida razoavelmente confortável já que produzem uma ampla variedade de alimentos para consumo. Os ganhos são divididos entre as duas famílias permitindo que os jovens invistam em comodidade na sua casa. O casal já construiu uma garagem para o carro que comprou e instalou internet em sua casa. No futuro, a agricultora quer ainda que ampliem a cozinha como fez o sogro, também beneficiado pelo PNHR.

Situação semelhante é a de Morador F.L.S. (28 anos). O jovem construiu a casa em 2013, aos 24 anos, num lote também cedido pelo pai; que dividiu a propriedade de 37 hectares entre si e os dois filhos. O agricultor foi entrevistado junto à sua esposa, também agricultora, 23 anos, enquanto ambos selecionavam a cebola para venda. A filha do casal, de 5 anos, brincava por perto. Os dois trabalham na produção de cebola, morango e hortaliças, vendem sua produção para a CEASA de São José. Para o casal, a casa foi a oportunidade de morarem juntos e começar uma vida perto dos pais ou sogros. Ainda não ampliaram a casa, acham que por enquanto ela está de

bom tamanho para os dois e a filha, mas no futuro gostariam de aumentar um pouco a cozinha.

Para este agricultor e seu irmão (não entrevistado) a oportunidade de construir uma família e continuar na agricultura também surgiu com a construção da casa. Antes disso, ambos viviam com os pais em uma propriedade próxima, tinham intenção de ter suas próprias casas, mas não tinham condições. No momento em que surgiu a oportunidade, o pai dividiu a terra e os dois passaram a construir suas propriedades. Ambos têm produções independentes podendo escolher como desejam administrar os ganhos.

Não distante da propriedade do casal recém citado, vivem Morador E.K. (32 anos) e sua esposa, Moradora J.K. (26 anos). O casal, que tem uma filha de 9 anos, vive na nova casa há 5 anos. Dividem o lote da casa com a mãe dele já aposentada, Moradora C.K. (70 anos e viúva), também beneficiada pelo PNHR. Ao longo da conversa, Moradora J.K. relata seu contentamento com a casa. Antes de construí-la moravam com a sogra, mas sempre queriam ter sua casa própria. Para eles o PNHR foi uma ajuda inesperada, tanto que duvidaram da efetividade do programa durante as primeiras reuniões.

Após a construção da casa, o casal já conseguiu ampliá-la. A ampliação, contudo, não foi o único investimento. O casal fez financiamentos e compraram trator junto com os demais familiares, conseguiram comprar outros maquinários para auxiliar na produção. Eles se orgulham dos investimentos na sua produção e percebem melhoras na sua propriedade.

Os relatos desta família explicitam uma série de repercussões positivas do programa. Em primeiro lugar, se deu condições para que construíssem uma casa (tendo em vista que o casal já era casado há anos e não tinha casa). Não menos importante, a casa permitiu que morassem perto da mãe dele, já em idade avançada, podendo dar suporte a ela sempre que necessário.

5.1.3 A casa como garantia de melhores condições de saúde

Embora tenha sido comum encontrar famílias jovens em Rancho Queimado, há também diversas famílias de pessoas, já em idade avançada, beneficiadas. Entre estes, a casa nova permitiu não apenas a permanência, já que dificilmente sairiam de

suas propriedades para tentar a vida na cidade com idade avançada, mas sim um envelhecimento com melhor qualidade de vida. É o caso da produtora de morangos, Moradora R.S. (56 anos) e seu marido, Morador A.S. (60 anos). O casal que não pode ter filhos, trabalhou como arrendatário em outras propriedades e municípios vizinhos antes de comprar a terra onde produzem em Rancho Queimado. Compraram esta propriedade por ser próximo à comunidade onde vivem os irmãos dele, com quem dividem o trator e demais maquinários agrícolas. Desde que construíram a casa vivem em condições melhores, já que a casa velha agravava os problemas respiratórios do marido, comenta a agricultora.

Enquanto selecionava os morangos para vender, ela relata como a casa melhorou a aparência de sua propriedade e os animou para continuar vivendo no local e plantando. De acordo com ela, ambos possuem enfermidades e ainda não estão aposentados (questão que os preocupa), gastam tudo o que obtém da produção para seu sustento e a compra de medicamentos. Por este motivo, embora cansados e enfermos, não podem parar com a produção. Com o retorno que obtém da produção de morango, conseguem rigorosamente dar conta dos gastos com sua saúde e subsistência e dificilmente teriam condições para construir uma casa nova.

A agricultora nos mostra a casa em que vivia com o marido antes da nova moradia, a estrutura em madeira, já podre apresentava uma série de frestas e esquadrias quebradas. A única parede em alvenaria presente na construção já se encontrava cheia de rachaduras, colocando em risco a estrutura da casa. Ao mesmo tempo, o casal sobreviveu nestas condições com problemas de coluna e problemas respiratórios. Para eles, a construção da nova casa trouxe a possibilidade de viver com um pouco mais de conforto. De acordo com a entrevistada, já perceberam melhorias nos problemas respiratórios do marido ao longo dos cinco anos desde que a nova casa fora construída.

Na comunidade vizinha, Morador O.M.S. (66 anos) vive na propriedade que herdou dos pais e onde morou desde que nasceu. Casou-se com a esposa, a agricultora Moradora T.M.S. ainda na juventude; desde então não tiveram uma vida fácil. Acompanhados pela nora e ainda com as roupas que usavam na produção, eles convidam os pesquisadores para conhecer a cozinha nova. É sábado, final da tarde,

e o fogo já está acesso no fogão de tijolos que construíram. Sentada próximo ao fogão, Moradora T.M.S. relata emocionada um pouco da trajetória do casal:

“A gente plantava cebola até 2002, vários anos perdemos a safra, a cebola não produzia direito, de lá pra cá começamos a plantar morango, agora são mais eles que cuidam do morango (referindo-se ao filho e à nora). Aqui nunca foi fácil, eu tinha outro filho que perdi logo que nasceu, depois fiquei várias vezes doente, ainda hoje não estou boa” (informação verbal⁵⁵).

Na conversa com o casal, fica explícito o cansaço, a ansiedade, a preocupação com a aposentadoria. Há, no entanto, o alívio de contar com ajuda do filho e da nora na propriedade. O casal foi um dos primeiros beneficiados pelo PNHR, a casa do filho foi construída quase um ano mais tarde. No relato de ambas as famílias, nunca teriam condições de construir a casa sem a ajuda da associação (forma na qual se referem ao programa relacionando-o à HABITARQ). Viviam em uma casa velha de madeira que estava apodrecendo, era o que tinham. Depois que construíram a casa nova muita coisa melhorou, conseguiram construir a cozinha nova e estão terminando a garagem. Quando questionados se ainda mudariam algo na casa, Morador O.M.S. salienta: “*Ficou como queria que ficasse, é uma casa simples que é adequada para o colono. A casa do colono tem que ter a cozinha grande, colono não precisa de sala, agora está bom*” (informação verbal⁵⁶).

Em outra comunidade do município vive a aposentada Moradora C.K. (70 anos). A senhora vive sozinha na casa que construiu através do PNHR desde que o marido faleceu. O sonho dos dois sempre foi construir uma casa de alvenaria. Quando primeiro ouviu sobre o programa, ela e os filhos não acreditaram que poderia dar certo, mesmo assim, a idosa inscreveu-se com a HABITARQ, já que vivia em uma casa de madeira já em processo de decomposição. Soube do programa através de uma vizinha.

Moradora C.K. relata um pouco da realidade da comunidade onde vive desde que nasceu. Dos seus filhos, um hoje mora na cidade, os outros dois dividem a terra que era da família, plantam morango e hortaliças. Para ela, o recurso foi uma ajuda inédita nos 70 anos de vida, ficou muito feliz ao ser beneficiada, e mais ainda ao ver os filhos e vizinhos construírem a casa. “*Parece que depois que fizeram a casa tudo*

⁵⁵ Entrevista concedida por Moradora T.M.S ao autor em março de 2019.

⁵⁶ Morador O.M.S em entrevista concedida ao autor em março de 2019.

melhorou. Aqui ao redor, um monte de gente fez a casa, depois compraram maquinário, começaram a investir, hoje em dia está bem melhor pra eles” (informação verbal⁵⁷). A entrevistada ainda comenta que em comparação a sua juventude, hoje está mais fácil para os jovens ficarem na roça, antes não tinham ajuda e o acesso aos recursos, era mais difícil.

Para esta senhora, o PNHR possibilitou uma velhice mais saudável, hoje ela pode viver melhor no lugar onde sempre viveu. Tem sua casa e tem na presença do filho e da nora o auxílio que eventualmente precisa, quando necessita se deslocar para fora da comunidade ou realizar atividades que exigem maior esforço. De igual forma, ela os ajuda a cuidar da neta, possibilitando que os dois trabalhem na produção.

Outra entrevistada, Moradora R.O. (57 anos), portadora de necessidades especiais, e seu marido, agricultor, aposentado, 59 anos, também relataram a amenização dos problemas de saúde quando questionados sobre a importância da casa em suas propriedades. De acordo com ela, o marido vive há alguns anos acamado, antes disso trabalhava como arrendatário na lavoura. Quando adoeceu mudaram-se para o lote atual, próximo ao centro comunitário, onde viviam em uma casa de madeira que frequentemente alagava. A construção da nova casa permitiu que vivessem com mais conforto e construíssem um quarto para a filha de 22 anos. Os dois não tem mais condições de trabalhar como arrendatários, vivendo da aposentadoria do marido e com a ajuda da filha que hoje trabalha em uma indústria nas proximidades. Para famílias como a dessa senhora, a construção de uma casa teria sido impossível sem o auxílio do programa. A casa nova permite que vivam com mais dignidade e qualidade de vida. Os mesmos também se orgulham de ter a filha morando com eles na casa que futuramente será dela.

Entre os relatos dos entrevistados mais velhos, é comum à menção de doenças. As condições difíceis do trabalho agrícola ou ainda das residências precárias expõe os agricultores à problemas de coluna, problemas respiratórios ou ainda complicações por conta de agrotóxicos. As dificuldades econômicas e as condições de vida resultam ainda em casos depressão, citados em algumas das propriedades.

57 Moradora C.K. em entrevista concedida ao autor em março de 2019.

É importante citar, que estes agricultores são submetidos à extensas rotinas de trabalho, muitas vezes em condições de grande isolamento.

No caso das mulheres agricultoras, além do trabalho na lavoura, existe ainda, o trabalho de cuidar da casa e da família. Grande parte delas trabalha na produção com os demais membros da família e nos momentos de descanso trabalham nas atividades domésticas, preparando as refeições e fazendo o serviço da casa. Na maioria das propriedades, é comum também que o marido seja responsável por administrar o dinheiro, dando à esposa pouco espaço de decisão. Algumas pesquisas recentes, tem indicado que os índices de depressão no campo são mais alto entre as mulheres devido aos fatores recém citados⁵⁸. Para as mulheres agricultoras, a construção da casa nova repercute de forma ainda mais significativa, afinal de contas, são elas que cuidam da casa e passam mais tempo dentro dela.

5.1.4 A casa como motivação para novos projetos

Durante a pesquisa buscamos entender de que forma a casa permitiu a permanência no campo, além disso, questionou-se o quanto ela trouxe outros investimentos para os agricultores familiares. De um modo geral, percebemos que além da compra de novos bens de consumo, muitas famílias passaram a investir mais nas suas condições de produção após o acesso a nova moradia. Nesse sentido, a moradia se tornou um porto seguro para que os agricultores de fato se estabelecessem na profissão e na propriedade. Durante as entrevistas com os agricultores, eles foram perguntados sobre a importância da nova casa para sua permanência na propriedade. Para esta questão, 89% dos entrevistados respondeu que sim, a casa havia sido importante, outros 11% não souberam responder à pergunta (conforme demonstra o gráfico 11).

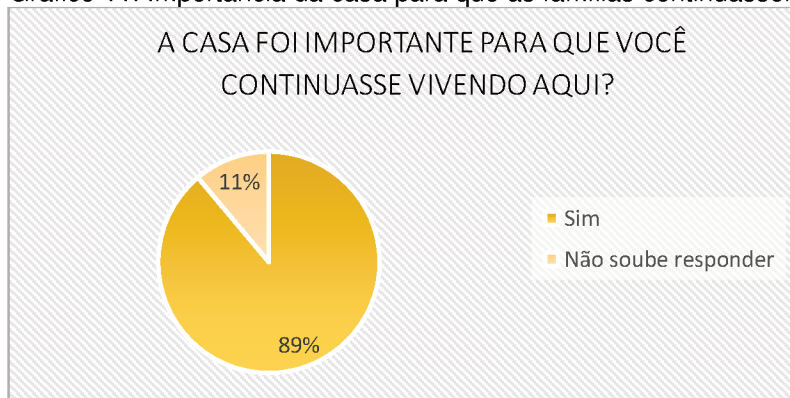
Entre os agricultores que responderam de forma afirmativa, buscou-se ainda compreender os motivos pelos quais a casa foi importante para que continuassem vivendo no local. Para esta pergunta houveram 4 diferentes respostas entre os entrevistados (ver gráfico 12). A maioria dos agricultores, cerca de 44% apontou como

⁵⁸ Para mais informações sobre os índices de depressão entre as mulheres do campo ver o texto publicado em < <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587311-a-vida-calejada-das-mulheres-do-campo>> acesso em: 24 de Ago. 2019.

motivo a possibilidade de se estabelecer na propriedade com sua família. Seguindo estes, outros 25% apontaram que a principal razão foi a melhoria na qualidade de vida da família, em termos de conforto. Outros 19%, tratando-se de famílias com menos de 30 anos, afirmaram que a casa foi a oportunidade para que cassassem. Por fim, 12% relatou que a casa foi importante por conta dos problemas de saúde de um ou mais membros da família.

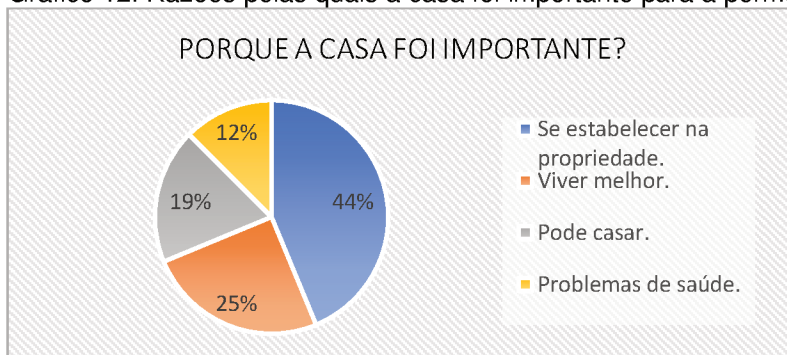
As respostas dos agricultores entrevistadas, bem como as observações feitas durante as visitas às propriedades, tornam possível afirmar que a construção da casa teve um efeito positivo na permanência das famílias no campo, abrangendo diversos aspectos. Para os mais jovens, tratou-se de um estímulo para viver no campo e construir sua própria família, estimulando assim o processo de sucessão na agricultura. Para os mais velhos, que já tinham uma casa, as construções trouxeram melhor qualidade de vida e o conforto. Feitas com materiais mais resistentes e cumprindo melhor sua função de abrigo, melhoraram o desempenho contra as condições climática além de dar mais privacidade dos moradores.

Gráfico 11. Importância da casa para que as famílias continuassem vivendo no campo.



Fonte: Autor.

Gráfico 12. Razões pelas quais a casa foi importante para a permanência dos agricultores.



Fonte: Autor

Ainda em termos de qualidade de vida, a casa foi um agente motivador para os agricultores que viviam em situação precária. Ter uma casa de melhores condições representou para eles, não apenas um ganho material, mas o sentimento de dignidade, de ver seu trabalho de anos na agricultura ser recompensado de alguma maneira. Além disso, contribuíram para que outras melhorias surgissem nas propriedades, como construção de novos cômodos, ajardinamento e melhoramentos na apresentação da propriedade, investimentos ou busca por melhores condições para a produção (construção de novos canteiros, estufas, depósitos), acesso a bens de consumo como móveis, eletrodomésticos novos, sinal de internet, veículos entre outros⁵⁹.

É importante salientar, que todas estas melhorias não se devem somente ao recurso do PNHR, mas da contribuição de outros programas do Governo Federal que teve início na década passada. Entre eles, podemos citar o PRONAF e do programa “Mais Alimentos”, por exemplo. Deve se reconhecer, que entre 2003 e 2016 uma série de investimentos para a população de baixa renda foram alvo do Governo Federal (conforme citado ao longo do texto, investimento para produção, luz elétrica, compra de maquinários entre outros). investimentos estes que atualmente vem perdendo espaço e colocando em risco as recentes melhorias que vinham sido construídas no campo.

⁵⁹ Embora entendamos que a casa, em si, não aumentou o poder de consumo das famílias, os entrevistados relataram que se sentiram mais motivados para comprar novos móveis e eletrodomésticos após entrarem na casa nova.

5.2 REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DA HABITAÇÃO RURAL: HÁ PERSPECTIVAS NO ATUAL CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

Como já debatido, a agricultura familiar é uma atividade produtiva em constante adaptação. O setor produz em função das demandas, da capacidade de distribuição, das políticas públicas, dos incentivos governamentais e das exigências do mercado, o que exige a sua constante adequação. Nesta lógica, os agricultores capazes de arcar financeiramente com os custos da modernização agrícola conseguem progredir e competir. Os mais pobres, ficam à mercê dos incentivos e apoio do estado. Para estes agricultores, os programas governamentais são essenciais para a melhoria das condições de trabalho.

Em dezembro de 2017 a FAO (Food and Agriculture Organization) anunciou que a década 2019-2028 será a década da Agricultura Familiar⁶⁰. A instituição reconhece a agricultura familiar como produtora de 80% dos alimentos consumidos no mundo, reconhece também que sua preservação é importante para a conservação da biodiversidade e manutenção do patrimônio cultural em áreas rurais, dessa maneira precisa ser incentivada e preservada. A organização afirma:

“Os agricultores familiares gerenciam sistemas agrícolas diversificados e preservam os produtos alimentares tradicionais, o que contribui para permitir dietas equilibradas e proteger a agro biodiversidade global. Os agricultores familiares salvagam as culturas locais e gastam os seus rendimentos nos mercados locais e regionais, gerando assim numerosos empregos agrícolas e não agrícolas. Portanto, os agricultores familiares têm um potencial único para aumentar a sustentabilidade da agricultura e dos sistemas alimentares, por isso um ambiente regulatório favorável é essencial para apoiá-los” (FAO, 2019).

Neste contexto, em que como nunca antes se valoriza o papel da agricultura familiar no mundo, o Brasil parece não avançar. Os recentes cortes nos investimentos sociais, que tem sido pautado nos discursos do atual Governo, sejam eles em áreas urbanas e rurais, podem significar o final de um período de avanços na diminuição da pobreza e na melhoria das condições de vida no campo. Essas restrições podem representar uma perda significativa para a agricultura familiar nos próximos anos,

⁶⁰ A reportagem completa está disponível em < <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/> > acesso em 23 Ago. 2019.

impondo limites ao desenvolvimento econômico desse setor e a consequente produção de alimentos.

Exemplificando o exposto, começamos tratando da questão da habitação rural, elemento central deste trabalho. O Programa Nacional de Habitação Rural foi parte de uma série de investimentos do governo federal no final da primeira década e início da segunda década do século XXI, como vimos ele teve um potencial transformador para as comunidades no campo. São investimentos que, no entanto, já não fazem parte das novas políticas de governo. O crédito subsidiado do PNHR, deixou de ser oferecido pela CEF no final do ano de 2016, desde quando, não se tem notícias de novos investimentos no setor.

Em 2019, o Governo Federal tem anunciado que disponibilizará Crédito para financiamento de moradia através do PRONAF⁶¹, mas nada falou sobre a retomada dos subsídios para viabilização de acesso ao crédito para as famílias de vulnerabilidade econômica. O Governo prevê a disponibilização de uma linha de financiamentos com prazo de 10 anos para pagar, que pouco se diferencia das linhas de crédito oferecidas pelas instituições bancárias privadas, que como vimos não resolvem a demanda da habitação para os agricultores familiares.

De maneira semelhante, no início do ano de 2019 novas restrições do Governo Federal tem limitado as linhas de financiamento do PRONAF. Em 30 de Abril, o BNDES anunciou às instituições financeiras credenciadas ao programa, o suspense no repasse de recursos para as linhas de financiamento com juros fixadas em 4,6% ao ano⁶². As linhas de financiamento afetadas foram as com menores taxas de juros e que até então eram acessíveis aos agricultores de baixa renda. A instituição alegou a falta de recursos financeiros como motivo para o corte nos repasses. Até a conclusão desta pesquisa, não se teve novas informações sobre a retomada de novos investimentos.

Outro fator de risco para os agricultores familiares é a recente liberação do uso de agrotóxicos no Brasil. Em agosto de 2019, o Boletim Epidemiológico do Centro

⁶¹ Mais informações podem ser obtidas através do endereço < <http://www.agricultura.gov.br/noticias/pronaf-e-pronamp-terao-os-maiores-orcamentos-de-suas-historias-no-plano-safra> > acessado em Agosto de 2019.

⁶² Mais informações sobre o corte no repasse de recursos para o PRONAF disponíveis em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/20479a5c-b9c1-4025-9e34-6858e6005628/19avadig14+PRONAF+Investimento+4%2C6%25+Suspens%C3%A3o.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mFVM-8y> . Acesso em: 26 de Ago. 2019.

Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador⁶³ publicou um estudo realizado entre os anos de 2007 e 2015, sobre as taxas de suicídio entre trabalhadores no Brasil. O estudo apontou que a taxa de suicídio entre os trabalhadores do setor agropecuário é a maior entre todos, e que a taxa aumentou progressivamente durante os últimos anos da pesquisa. Entre as motivações, estão a baixa renda, a instabilidade no emprego, a pressão por produtividade, o acesso limitado aos serviços de educação e saúde, e em destaque, a exposição às substâncias químicas presentes nos agrotóxicos. De acordo com o estudo, muitas destas substâncias químicas atuam no sistema nervoso central ou ainda desregulando o sistema endócrino, podendo levar a depressão, ansiedade entre outros transtornos.

Ao mesmo tempo em que tem compreensão dos riscos causados pelos agrotóxicos, em 2019, o Governo Federal aprovou o uso de um número recordista de agrotóxicos. De acordo com uma reportagem publicada em julho de 2019 pela revista National Geographic Brasil, já foram 290 produtos liberados só em 2019. Do total de 290 produtos, 41% dos mesmos é considerado de alta toxicidade e 32% deles já são banidos na União Europeia⁶⁴.

Não nos aprofundamos aqui em fazer uma leitura minuciosa do atual cenário, mas pelo que os recentes fatos indicam, o cenário aponta para um futuro muito incerto. A incerteza de um futuro com terra, trabalho, casa e renda é o que historicamente faz com que os agricultores familiares deixem de viver no campo. Com a diminuição dos incentivos para permanecer é provável que milhares de jovens nos próximos anos não tenham as mesmas oportunidades que tiveram os jovens de Rancho Queimado, precisando assim deixar de lado a profissão de agricultor.

⁶³ Maiores informações sobre o boletim podem ser acessadas em <http://www.ccvisat.ufba.br/wp-content/uploads/2019/08/SUICIDIO_BOLETIM_CCVISATfinalFINAL.pdf > acesso em Agosto de 2019.

⁶⁴ A reportagem completa está disponível em < <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/07/liberacao-recorde-reacende-debate-sobre-uso-de-agrotoxicos-no-brasil-entenda> > acesso em agosto de 2019.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve por objetivo analisar a repercussão do PNHR para a permanência no campo. Além disso, buscou entender sua repercussão na qualidade de vida, saúde e produção das famílias de agricultores. Para tal, foram estudados o financiamento e construção habitacional, por meio do programa, em propriedades agrícolas do município de Rancho Queimado, localizado na região da Grande Florianópolis. Rancho Queimado teve aproximadamente 30 % das famílias de agricultores familiares beneficiadas pelo Programa Nacional de Habitação Rural. Destas famílias, foram entrevistadas cerca de 20% do total, sendo famílias que tiveram sua casa construída no período de 2011 a 2013. A partir deste estudo, foi possível conhecer a realidade e analisar a repercussão do programa no município.

Sabe-se que a agricultura familiar é realidade em todas as regiões do Brasil. Ela compreende 84% de toda a população rural do país (IBGE, 2017) sendo a base da economia de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes. Também é realidade, as condições precárias nas quais estes trabalhadores historicamente vivem. Munidos de pequenas propriedades e de sua força de trabalho, os agricultores de baixa renda dificilmente conseguem investir na melhoria de suas condições de vida, habitação e trabalho. Ao mesmo tempo, são forçados a produzir dentro dos parâmetros exigidos pelo mercado. É ele quem define o sucesso ou insucesso de sua produção agrícola, o que faz destes agricultores, trabalhadores em constante adaptação, sem certeza do futuro de sua produção, da sua família e da sua propriedade.

Embora a permanência no campo seja uma alternativa difícil, ela é necessária para a continuidade da produção de alimentos. Sabe-se hoje que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos no Brasil e 80% dos alimentos consumidos no mundo. Desses agricultores depende a provisão de alimentos para o planeta, e de certa forma, o funcionamento do sistema capitalista como um todo.

Em um cenário onde são escassos os recursos para investir na produção e onde são, ainda, detentores de pequenas parcelas de terra, investir na construção de uma casa com conforto e qualidade é um privilégio que a maioria dos pequenos agricultores não tem condições de se proporcionar. As casas dos agricultores são em geral construídas com os materiais disponíveis propriedade, as técnicas construtivas que herdaram das gerações precedentes e a força de trabalho de amigos e parentes,

dispostos a contribuir no momento da construção. Essas alternativas são importantes, por tratarem-se de uma herança cultural que pode e deve ser preservada. No entanto, nem sempre garantem condições de moradia digna e adequada.

O financiamento de crédito habitacional raramente é uma alternativa para os agricultores familiares. Grande parte das famílias não tem condições para acessar os programas de financiamento dos bancos, menos ainda de arcar com os juros implícitos nos mesmos. Estas famílias dependem, geralmente, de alguma ajuda externa, uma renda alheia à produção agrícola (é comum que jovens saiam para trabalhar na cidade e juntar dinheiro) ou ainda da ajuda do Estado, como é o caso do PNHR, discutido neste trabalho. Investir em moradia contando com a sorte da produção é arriscado para quem precisa sobreviver no campo.

Nesse sentido, como uma ajuda inédita do governo federal para o setor, é que o PNHR teve um potencial transformador. A oferta de crédito, apoiada em uma política de apoio à agricultura familiar, quase que totalmente subsidiada pelo governo, possibilitando a operacionalização do crédito mediada por Entidades Organizadoras a nível local, permitiu que milhares de famílias de pequenos agricultores pudessem ter acesso a casa própria. Acredita-se que através dessas moradias e de melhores condições de vida, esses agricultores puderam permanecer no campo e continuar produzindo alimentos.

Os relatos da pesquisa trazem um quadro da situação que viviam os agricultores familiares em Rancho Queimado, e da grande repercussão que a construção de uma nova moradia ocasionou na vida dos mesmos. Enquanto mais da metade das famílias entrevistadas relata ter vivido por décadas em habitações precárias, as demais, ainda não tinham casa própria. Em comum, todos alimentavam o sonho de construir uma moradia melhor, sonho que, no entanto, era inalcançável financeiramente até a existência do PNHR e dos subsídios governamentais.

As repercussões do PNHR nas casas dos agricultores entrevistados em Rancho Queimado são surpreendentes. Como exposto, elas possibilitaram à um grande número de famílias que antes moravam em habitações precárias, a construção de casas melhores, onde tem a possibilidade de viver e produzir com melhores condições de vida. Com a construção das casas, famílias de agricultores, com décadas de trabalho na agricultura, puderam pela primeira vez construir uma casa de

alvenaria, com vedações mais adequadas ao clima local, condições sanitárias adequadas, durabilidade, privacidade entre outros aspectos. Para estes, a casa possibilitou não apenas morar melhor, mas a garantia de uma vida mais saudável, minimizando problemas de saúde e promovendo o bem-estar.

Outras famílias tiveram sua chance de habitar o campo através da construção das casas, é o caso dos jovens filhos de agricultores que não se sentiam realizados vivendo com os pais, e que viram na construção da casa a possibilidade de morar com o namorado ou namorada, tomar as suas próprias decisões, ou ainda assumir o controle da propriedade dos pais. A proporção de famílias com menos de trinta anos atualmente, portanto, menos de vinte cinco anos em 2013, entre os entrevistados, foi de 33%. Entre estes há casos em que a passagem ou divisão dos bens foi efetivada na oportunidade da construção da casa, já que os pais, vendo a oportunidade de o filho se estabelecer na propriedade através da nova casa, cedeu uma parcela de sua terra ao mesmo.

No caso destes jovens, que ainda não haviam decidido permanecer no campo e que não tinham casa própria ou controle sobre a produção, a casa surgiu como incentivo. Como exposto ao longo do trabalho, os jovens que deixam o campo, nem sempre o deixam porque não gostam da sua profissão, mas sim porque buscam alternativas para progredir, sonham com a possibilidade de tomar suas próprias decisões, terem boas condições de vida e serem reconhecidos pela sociedade. A reflexão que sugere este trabalho, é de que este reconhecimento e dignidade podem ser encontrados na vida do campo desde que existam condições de vida adequada.

A construção da casa também foi um incentivo para outros investimentos. Já foi salientado por Falls Borba (1963) que um dos principais motivos, além da falta de recursos, para que os agricultores não invistam em suas propriedades é a incerteza de que vão permanecer nas mesmas, ou ainda a falta de título da propriedade. Com a propriedade da casa e da terra, constrói-se um cenário onde os investimentos poderão ser feitos com maior tranquilidade. Em Rancho Queimado, cinco anos após serem beneficiados pelo PNHR, a maior parte dos agricultores aumentou o tamanho da sua casa, ou ainda adquiriram novas máquinas agrícolas e bens de consumo. Na medida do possível, melhoraram as suas condições de produção e trabalho. Em relação a forma que se encontravam antes do PNHR, as propriedades estão mais estruturadas e seus moradores estão mais motivados.

A motivação para permanecer na profissão é outra constatação desta pesquisa, trata-se de uma condição importante para a permanência no campo. Do total dos entrevistados, cerca de 89%, em especial aqueles com mais de 40 anos, afirmaram que a casa foi importante para que permanecessem no local e que se sentem mais motivados desde a construção da casa. De certa forma, o benefício representou para estes agricultores uma ajuda inédita nos anos que vivem na agricultura. Além disso, o fato de terem contribuído no processo de construção da casa e no pagamento de parte da mesma, ainda os traz o sentimento de conquista pelo bem adquirido.

Além do exposto, é ainda importante citar, particularidades muito importantes na operacionalização do PNHR em Rancho Queimado, como a existência de uma entidade organizadora local, a HABITARQ. Criada e administrada por moradores do município, a entidade contou com assistência técnica comprometida. Juntos, os técnicos da entidade e o arquiteto responsável conseguiram visitar e acompanhar todas as construções, estabelecendo diálogo contínuo com os agricultores beneficiados. Foi também um diferencial o fato de entidade organizadora poder administrar os recursos da CEF para compra dos materiais e pagamento da mão de obra, repassando o recurso na forma de materiais para as famílias.

A necessidade de um projeto padrão, como forma de viabilizar o programa, não atendeu as necessidades individuais de cada família, menos ainda permitiu aproveitar os materiais disponíveis nas propriedades. No entanto, o diálogo entre a EO e os beneficiados possibilitou acordar a construção de um projeto maior e com algumas características individuais à cada propriedade através de uma contrapartida das famílias. A participação na compra dos materiais, possibilitou uma série de melhorias nas casas. Cada família pode pintar e revestir a sua casa a próprio gosto além de participar na compra dos materiais. Esta participação não foi uma condição excludente para que agricultores sem condições de participar ficassem de fora do programa, já que a própria entidade organizadora assumiu o custeio dos materiais quando houve impossibilidade por parte dos agricultores.

De um modo geral, as entrevistas demonstraram que mais de 90% das famílias beneficiadas em Rancho Queimado demonstraram satisfeitas no final do processo de construção de suas casas. Entre os entrevistados, todos permanecem satisfeitos ainda no dia de hoje e pelo menos metade das famílias já realizou melhorias em suas

residências. Fazendo uma análise do número total de beneficiados no município (285 famílias), a HABITARQ prevê que pelo menos 95% permaneça na casa em 2019.

Se tem consciência de que a moradia, por si, não resolve o a questão da permanência no campo. É necessário que existam oportunidades para investir na produção, acesso aos serviços de educação, saúde e lazer. No entanto, os relatos dos entrevistados permitem afirmar que a construção da casa contribuiu para a permanência destas famílias no campo, refletindo, ainda, em melhorias para a produção. É uma constatação que corrobora a hipótese levantada no início desta pesquisa.

Embora a fase final da investigação tenha sido restrita ao município em questão, os resultados obtidos são reflexo de uma realidade mais ampla, já que o programa abrangeu todas as regiões do país. Verificamos entre as propriedades visitadas em RQ, que 90% dos beneficiados ainda permanece na moradia e que somente 10% das casas visitadas abrigam novos moradores. Analisando o total de beneficiados constatamos ainda pelo menos 95% ainda vive no campo e continua produzindo⁶⁵. Se a nível nacional, a mesma proporção de famílias beneficiadas pelo PNHR continua vivendo no campo, podemos estimar que, pelo menos 163.000 (cento e sessenta e três mil) famílias de agricultores continuem vivendo na moradia construída pelo PNHR e continue produzindo alimentos.

Se fizermos uma prospecção da permanência de jovens no campo (através da formação de novas famílias de agricultores) tendo em vista o índice verificado em Rancho Queimado, podemos estimar que mais de 56.500 famílias jovens puderam permanecer no campo através da construção da casa em todas as regiões do Brasil. Trata-se da conservação de um capital social inestimável para o futuro das gerações rurais, ao mesmo tempo, trata-se da garantia da produção de alimentos para o futuro das gerações urbanas.

A reflexão que se faz ao término desta pesquisa, é de que o Programa Nacional de Habitação Rural foi, sem dúvidas, uma política transformadora para o campo. Suas repercussões tornam evidente a importância da existência de programas habitacionais voltados para a população rural de baixa renda, elas precisam ser estudadas, discutidas e reconhecidas. Embora no atual cenário o programa não vigore e políticas desta natureza não estejam presentes nos programas do governo, é um estudo que

⁶⁵ Trata-se de uma estimativa do autor com base em informação verbal da EO.

pode contribuir para a construção de futuros programas habitacionais e para a construção de políticas voltadas à agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **Entrevistas – Agricultura Familiar**. 2010. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/entrevistas-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 20 set. 2019.

ARANTES, O; MARICATO, E. & VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura na era digital-financeira: desenho, canteiro e renda de forma**. São Paulo: Editora 34, 2012.

Agenda da ONU para 2013. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>> acesso em 10 de setembro de 2018.

BAVARELLI, José Eduardo. **Trabalho e Tecnologia no Programa Minha Casa Minha Vida** (Tese). São Paulo, SP:USP, 2014.

BOLTER, Jairo. **Interfaces e cogestão nas políticas para a agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural (TESE)**. Porto Alegre: PGDR/ UFRGS, 2013.

BRASIL. Constituição (1934). Decreto nº 6, de 16 de julho de 1934. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**.

_____. **Decreto nº 311, de 02 de abril de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências.

_____. **Decreto n. 6.819 de 13 de abril de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 9.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.

_____. **Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

_____. **Lei Nº 12.424, de 16 de junho de 2011.** Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

_____. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.** Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005

_____. **Portaria Interministerial n.326, de 31 de agosto de 2009.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

_____. **Portaria Interministerial n.97, de 30/03/2016.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR, integrante do PMCMV, para os fins que especifica. 2016.

BRASIL: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 15 set. 2018.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

_____. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida.** In: Teoria e Debate, n. 82, p. 8-14, maio/ junho.2009.

Branford, Sue; Rocha, Jan. **Rompendo a Cerca: A história do MST;** (tradução Rubens Galves Merino) - 1.ed.- São Paulo: Casa Amarela,2004.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Laudes, 1970.

CARDOSO, A. L. (Org.). **Habitação social nas metrópoles brasileiras.** Rio de Janeiro: Finep/CEF, 2007.

CASAN- CASAN COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO. **Municípios atendidos.** 2019. Disponível em: <<https://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/municipios-atendidos#0>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CEF. Caixa Econômica Federal. **Programa Nacional de Habitação Rural: Subsídios para o trabalhador rural e agricultor familiar construir ou reformar sua casa.** 2018. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas->

uniao/habitacao/programa-nacional-habitacao-rural/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 02 ago. 2018.

_____. **Caixa Econômica Federal. Produção do PNHR no Brasil – planilha.** Brasília: CEF, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

FALLS BORBA, Orlando. **El Brasil: Campesinos y Vivienda.** Bogotá, Imprenta Nacional. 1963.

FERRO, Sergio. **Arquitetura e trabalho livre.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do nordeste do Brasil.** 2.ed. rev. e pref. pelo autor. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Imprensa Universitária, 1967.

FAO- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Onu (Org.). **Década das Nações Unidas para a Agricultura Familiar.** 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1190270/>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

_____. **Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos.** 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/901168/>>. Acesso em: 07 out. 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1959.

GUEST, G, A. BUNCE, AND JOHNSON, L. **“How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability”.** Field Methods, vol 18, pp. 59-82, 2006.

GHIGLIONE, R; MATALON, B. **O inquérito: Teoria e Prática.** Oeiras: Celta. pp. 306-347, 1993.

UN HABITAT. **HABITAT III: The New Urban Agenda.** Disponível em: <<http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablune, 2005.

_____. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro: Editora, 2010.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017: Primeiros Resultados.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=21858&t=sobre>. Acesso em: 08 de Out. 2018.

_____. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: Uma primeira aproximação / IBGE,** Coordenação de Geografia. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: Mai. 2019.

IFM. **International Monetary Fund DataMapper.** Disponível em https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/WEOWORLD/ADVEC > acesso em 01 de setembro de 2018.

IPEA. **Habitação: Relatórios de Atividades / Técnicos.** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/110?locale=pt_BR. Acesso em: 03 de Out. 2018.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; LIMA NETO, V. C. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?** Rio de Janeiro: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1853).

LEFEVRE, Henri (1969). **O direito à cidade.** São Paulo: Ed. documentos, 2001.

_____. **Espacio y política.** Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LENZI, Cecília Corrêa. *A habitação camponesa no programa MCMV.* 2017. 142f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MACARI, Anelise Christine. **Condomínios Fechados em Áreas Rurais: O Caso de Rancho Queimado na Região Metropolitana de Florianópolis**, 2009. Dissertação, Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-Cidade, UFSC, Florianópolis, 216 págs. Linha de Pesquisa: Urbanismo, Cultura e História da Cidade.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

_____. **O Capital**. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MORÉ, C. **A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde: Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação**. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA. 2015. Atas CIAIQ2015, v. 3, p. 126-131. Disponível em: <http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/viewFile/158/154>. Acesso em: 14 mar. 2016.

MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A História da luta pela terra**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. *Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2018*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 15 set. 2018.

OLABUÉNAGA, J.I. **Metología de la Investigación Cualitativa**. Espanha: Universidad de Deust, 2009.

OLIVEIRA, Umbelindo Ariovaldo de. **“Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI”** In: O campo no século XXI, por Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA, 29-70. São Paulo, SP: Paz e Terra/ Casa Amarela, 2004.

_____. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf>. Acesso em: 10 de Out. 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**, Estudos Cebrap, n.2. São Paulo, 1972, pp. 3-82.

_____. **O Estado e o urbano no Brasil. Espaço & Debates.** São Paulo: Neru, n. 1, v. 16, p.36-54, 1982

_____. **Crítica à razão dualista- O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Aspectos Geográficos de Santa Catarina.** Florianópolis: FCC Ed./ Ed. da UFSC, 1991.

PMRQ- PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO. (Org.). **RANCHO QUEIMADO - A CAPITAL CATARINENSE DO MORANGO.** 2019. Disponível em: <<http://www.rq.sc.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

RODRIGUEZ, Angel Catañeda. **Qualidade da habitação nos assentamentos rurais no PNHR/PMCMV do estado de São Paulo (Dissertação).** São Carlos: IAU/USP, 2016.

ROLNIK, Raquel. **A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país- avanços e desafios.** In: IPEA. Políticas sociais- acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 12, fev. 2006. p.199-210. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_12_complet_o.pdf . Acesso em 24 de Ago. 2018.

ROVER, Oscar José e MUNARINI, Paulo Roberto. “**A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar.**” Revista Katálise, jul/dez de 2010: 260-269.

SANTA CATARINA (Estado). **Lei nº 11954, de 25 de janeiro de 2001.** Declara o Município de Rancho Queimado a Capital Catarinense do Morango. Florianópolis, SC.

SILVA, Cecília Milanez Graziano da. **Habitação Rural: uma luta por cidadania.** São Paulo: FAU-USP, 2014.

SILVA, José Graziano da (coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira.** São Paulo, Hucitec, 1978. Coleção Estudos Rurais.

SILVESTRO, Milton Luiz et al. **Os Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Epagri; Brasília, D. F.: NEAD, 2001. 120 p.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Nacional, 1974.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil. O Debate Tradicional.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação Silenciosa: Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000).** Florianópolis: Editora da UFSC, 2015.

TORRES, Raquel. **A vida calejada das mulheres do campo.** 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587311-a-vida-calejada-das-mulheres-do-campo>>. Acesso em: 24 ago. 1992.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um espaço de vida- Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

World Inequality Database. Disponível em: Acesso em 16 de Set. 2018.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias.** Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **O que é Reforma Agrária.** São Paulo, SP: Brasiliense S.A.,1981.

ANEXO A – Roteiro de Entrevistas

Entrevista com famílias beneficiadas pelo PNHR em Rancho Queimado:

Parte 1. Sobre a família:

1. Quantas pessoas moram na sua propriedade?
2. Qual a idade das pessoas que moram na propriedade?
3. Há quanto tempo você mora em Rancho Queimado?
4. Vocês sempre moraram nesta propriedade? Caso não, qual foi o motivo da mudança?
5. De onde a família veio?
6. Qual foi o motivo da escolha desta propriedade?
7. Qual a área da sua propriedade?

Parte 2. Sobre a Produção:

8. O que vocês produzem? Esta produção é sua principal fonte de renda?
9. Como vocês começaram a produzir?
10. Quantas pessoas participam da produção?
11. Como é vendida a sua produção?
12. Vocês participam de alguma cooperativa?
13. A sua produção melhorou nos últimos anos?
14. Você já acessou programas de crédito para produção no campo?

Parte 3. Sobre a antiga habitação:

15. Como era a casa que você vivia antes?
16. Onde era a casa?
17. Qual era o tamanho da antiga casa e de material era construída?
18. A casa foi demolida depois da construção da casa nova?
19. Quais os problemas da casa? Oferecia riscos para sua família?

Parte 4. Sobre o PNHR e produção da casa:

20. Como você ficou sabendo do programa?
21. Há quanto tempo você mora na casa nova?
22. Você planejava construir a casa nova mesmo antes de saber do programa?
23. Você tentou acessar alguma outra linha de crédito para construção antes?
24. Você participou da construção?
25. A casa nova resolveu os problemas da casa antiga?
26. A casa nova foi importante para que você continuasse vivendo no campo?
27. Se sim, por que foi importante?
28. O que mudou na sua propriedade com a construção da casa?
29. Você planeja ampliações futuras na casa?
30. Você mudaria algo na sua casa? O que mudaria?